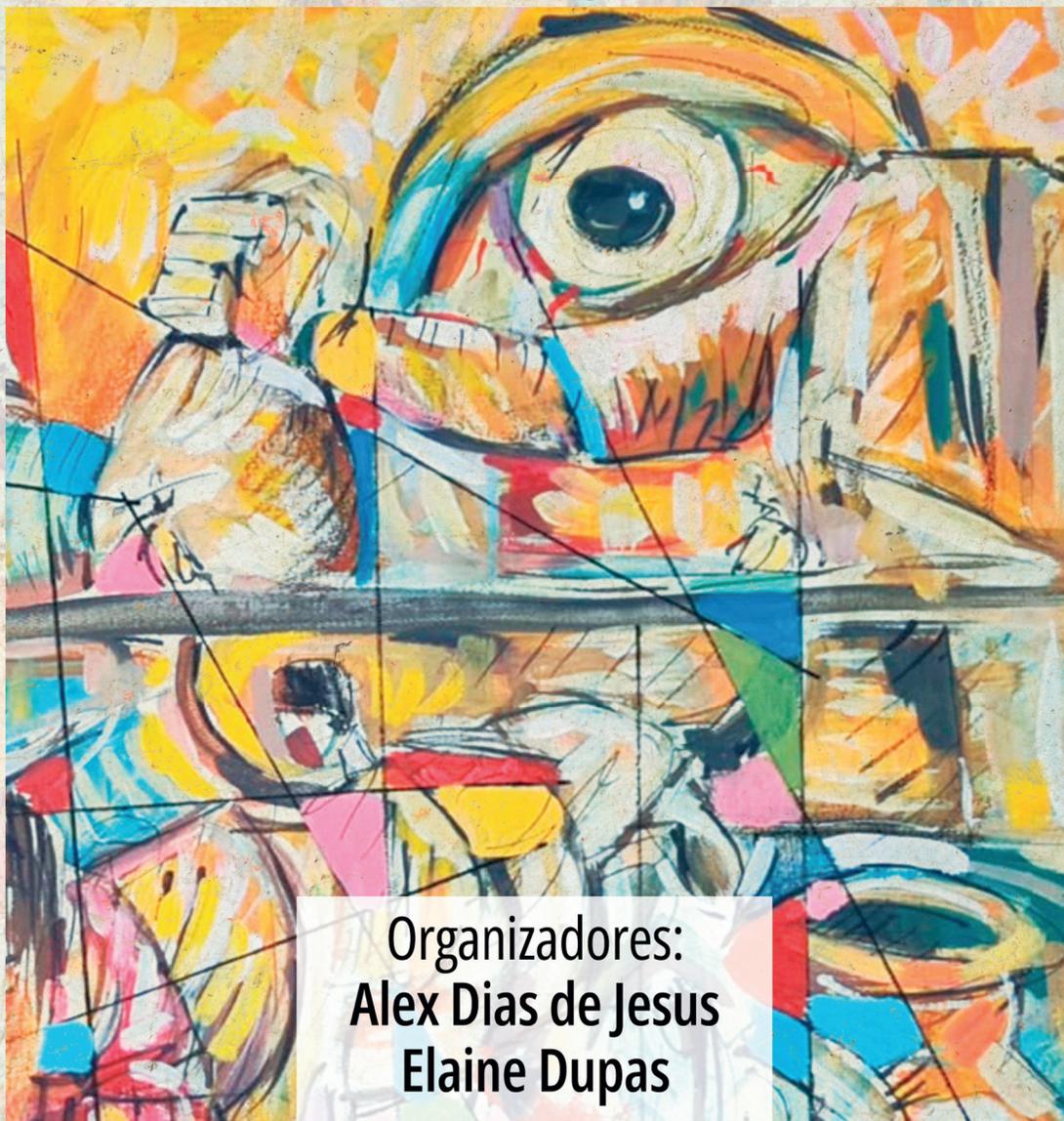


A VIDA NA FRONTEIRA:

Investigações sobre o viver transfronteiriço
no Mato Grosso do Sul



Organizadores:
Alex Dias de Jesus
Elaine Dupas

**A vida na fronteira:
investigações sobre o viver
transfronteiriço no Mato Grosso do Sul**



**Alex Dias de Jesus
Elaine Dupas
(Organizadores)**

**A vida na fronteira:
investigações sobre o viver
transfronteiriço no Mato Grosso do Sul**



Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Alex Dias de Jesus; Elaine Dupas [Orgs.]

A vida na fronteira: investigações sobre o viver transfronteiriço no Mato Grosso do Sul. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 153p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-5869-971-2 [Impresso]
978-85-7993-916-7 [Digital]**

1. Vida na fronteira. 2. Viver transfronteiriço. 3. Mato Grosso do Sul. 4. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 5. Universidade Federal da Grande Dourados. I. Título.

CDD – 370

Capa: Petricor Design

Arte da capa: “A dialética da fronteira” de Epaminondas Daltro Junior, 2021.

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Sumário

Apresentação	7
Alex Dias de Jesus Elaine Dupas	
Prefácio	11
Marco Aurélio Machado de Oliveira	
Casa do Migrante de Corumbá-MS: potencialidades do acolhimento de migrantes internacionais na fronteira Brasil-Bolívia	15
Elaine Dupas Alex Dias de Jesus	
Capacidade institucional e direitos humanos sob a ótica dos profissionais atuantes no contexto migratório em Corumbá - MS	31
Adriana dos Santos Corrêa	
O povo Kamba na fronteira entre Brasil e Bolívia: um estudo jurídico sobre violação de direitos humanos	45
Antônio Hilário Aguilera Urquiza Luciani Coimbra Carvalho	
A sistemática peculiar de funcionamento das fronteiras e a proteção da infância e juventude no universo da criminalidade transnacional	63
Ludmila de Paula Castro Silva	
Trabalho pendular em fronteira e suas consequências para o setor de saúde	77
Isadora Sigarini de Moares	

Entre a informalidade e a solidariedade: o trabalho singular de feirantes na fronteira Brasil-Bolívia	89
Pamela Arruda Vasconcellos Vanessa Catherina Neumann Figueiredo	
Vivências na fronteira Brasil/Paraguai: experiências com a linguagem audiovisual em escola fronteiriça	107
Wagner Souza Goulart Flaviana Gasparotti Nunes	
Brasiguaios/as no Mato Grosso do Sul: migrantes brasileiros/as retornados/as do Paraguai e a luta pela terra	121
Leandro Baller Elisandra Tomascheski	
Componentes de uma história da Fronteira: memórias de paraguaios e paraguaias	141
Eudes Leite	

Apresentação

Alex Dias de Jesus
Elaine Dupas

Nas últimas décadas, principalmente com as novas configurações resultantes do fim da Guerra Fria, assistimos a uma multiplicação de fronteiras. A absorção de novos Estados, a criação de outros e as redefinições territoriais em áreas litigiosas colocaram em destaque extensas faixas de separação e de contato entre os povos e nações. Desde 1991, mais de 26 mil quilômetros de fronteiras internacionais foram instituídos e outros 24 mil foram objeto de negociação entre Estados nacionais¹.

Por outro lado, na esteira das transformações nos meios de comunicação e transportes, mas também no agravamento de variadas formas de expulsão, no campo e na cidade, presenciamos um crescimento dos deslocamentos de população aquém e além das fronteiras internacionais. Migrações curtas ou longas, temporárias ou definitivas, têm sido uma marca potente da atualidade.

Em resposta ao crescente deslocamento populacional para além das fronteiras internacionais, estratégias de contenção – materiais ou imateriais – têm sido erigidas com justificativas que vão do conservadorismo liberal à xenofobia declarada. Todavia, residentes fronteiriços, estudantes e trabalhadores transfronteiriços, migrantes e refugiados, diariamente, respondem aos mecanismos de identificação e controle com a sofisticação dos métodos de atravessamento e de circulação. As chamadas “rotas de fuga” fazem com que muitos não sejam impedidos em seus trânsitos² e desenvolvam um “saber circulatório” no vai e vem da vida cotidiana³.

No contexto de intensas transformações, a fronteira, internacional ou não, permanece como lócus destacado da observação da separação e do contato entre os diferentes. A fronteira é “lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da

¹ FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.

² PAPAPOPOULOS, Dimitris, STEPHENSON, Niamh e TSIANO, Vassilis. **Escape Routes**. Control and Subversion in the Twenty-first Century. Londres: Pluto Press, 2008.

³ TARRIUS, Alain. Leer, describir, interpretar las circulaciones migratorias: conveniencia de la noción de territorio circulatorio. Los nuevos hábitos de la identidad. Relaciones. **Estudios de historia y sociedad**, vol. XXI, núm. 83, p. 38-66, El Colegio de Michoacán, 2000.

constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história”⁴.

Frente a isso, consideramos que as fronteiras estão na ordem do dia e no horizonte do caminhante. Sua atualidade continua merecendo olhares e investigações que acompanhem, ousadamente, suas transformações. Com o objetivo de contribuir com os estudos fronteiriços e refletir sobre as transformações nos espaços de fronteira no estado de Mato Grosso do Sul, o conjunto dos textos que integram esta obra parte de diversas áreas do conhecimento, transita por variados caminhos metodológicos, mas aponta para as fronteiras como espaços onde há vida, nelas e entre elas.

O capítulo intitulado “Casa do migrante de Corumbá-MS: potencialidades do acolhimento de migrantes internacionais na fronteira Brasil-Bolívia”, de autoria de Elaine Dupas e Alex Dias de Jesus, apresenta o município de Corumbá como um importante espaço de trânsito e de permanência de migrantes internacionais. A partir da observação participante e dos registros administrativos da Casa do Migrante, unidade assistencial vinculada à prefeitura municipal, os autores apresentam as recentes transformações nas migrações internacionais, principalmente no âmbito do sul global, e reforçam a importância da acolhida aos migrantes e da utilização de métodos alternativos nos estudos migratórios, especialmente no caso dos migrantes indocumentados ou em situação migratória irregular.

Na mesma direção, o capítulo “Capacidade institucional e direitos humanos sob a ótica dos profissionais atuantes no contexto migratório em Corumbá – MS”, de autoria de Adriana dos Santos Corrêa, avalia a capacidade institucional do município de Corumbá para lidar com a garantia dos direitos humanos aos migrantes. Segundo a autora, nessa fronteira, apesar de o Estado ser bastante presente no âmbito securitário, as ações que poderiam servir aos direitos dos migrantes encontram dificuldades de concretização e recaem principalmente sobre a sociedade civil. A baixa capacidade institucional se reflete na ausência de políticas públicas consolidadas e condizentes com a condição fronteiriça do município.

Ainda no espaço fronteiriço de Corumbá, o capítulo “O povo Kamba na fronteira entre Brasil e Bolívia: um estudo jurídico sobre violação de direitos humanos”, de autoria de Antônio Hilário Aguilera Hurquiza e Luciani Coimbra Carvalho, analisa a marginalização da população indígena kamba, originária da região da chiquitania, terras baixas bolivianas, que há mais de 50 anos está presente em situações precárias nos arredores da cidade de Corumbá. Para os autores, as origens indígena e migrante promovem uma dupla exclusão e

⁴ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2012, p. 10.

dificultam ou impedem a garantia dos direitos humanos dessa população, como a autodeterminação e o reconhecimento pelo Estado brasileiro.

Já Ludmila de Paula Castro Silva, no texto “A sistemática peculiar de funcionamento das fronteiras e a proteção da infância e juventude no universo da criminalidade transnacional”, expõe as dificuldades no combate aos crimes contra crianças e adolescentes em um contexto de fronteira, dada a descontinuidade da abrangência da proteção frente à atuação transnacional do crime. A autora reforça a necessidade de enxergar a proteção como dever de toda a sociedade, por meio da fiscalização, da denúncia, e do acompanhamento, bem como da ampliação do debate para além dos órgãos de justiça, a exemplo do sistema educacional.

No capítulo intitulado “Trabalho pendular em fronteira e suas consequências para o setor de saúde”, de Isadora Sigarini de Moares, são apresentadas considerações acerca da mobilidade de trabalhadores internacionais que ultrapassam cotidianamente a linha internacional de fronteira e têm suas vidas marcadas pelo trânsito. Na contramão da circulação de trabalhadores e do capital, o acesso à saúde pública desconsidera a especificidade da localização fronteiriça e impõe restrições no atendimento aos não brasileiros, especialmente aos vizinhos bolivianos.

Para finalizar as reflexões a partir da fronteira entre o Brasil e a Bolívia, o capítulo “Entre a informalidade e a solidariedade: o trabalho singular de feirantes na fronteira Brasil-Bolívia”, de Pamela Arruda Vasconcellos e Vanessa Catherina Neumann Figueiredo, analisa as mutações do trabalho informal no contexto singular da fronteira. Sustentadas nos estudos da Psicodinâmica do Trabalho, as autoras demonstram que as feiras livres são espaços de trocas materiais e simbólicas que exercem grande influência na identidade dos fronteiriços, ao passo que expõe condições laborais instáveis e precárias cada vez mais frequentes.

Em outra direção, na faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, Wagner Souza Goulart e Flaviana Gasparotti Nunes, no capítulo “Vivências na fronteira Brasil/Paraguai: experiências com a linguagem audiovisual em escola fronteiriça”, apresentam reflexões a partir da experiência de produção de vídeos-mapas com estudantes do Ensino Médio no município de Ponta Porã. Por meio da linguagem fílmica, os autores discutem as múltiplas representações de fronteira dos estudantes e argumentam que elas são atravessadas por processos multiescalares e em constante mutação.

No texto “Brasiguaios/as no Mato Grosso do Sul: migrantes brasileiros/as retornados/as do Paraguai e a luta pela terra”, Leandro Baller e Elisandra Tomascheski apresentam o contexto de migrações de camponeses brasileiros no Paraguai, e posteriormente no Brasil, no espaço fronteiriço entre os dois países, a partir de meados da década de 1980. Situam esse movimento no conjunto das transformações ocorridas no espaço agrário

e destacam a especificidade da luta pela conquista da terra no espaço fronteiriço, marcando as identidades individuais e coletivas desses camponeses/migrantes/frenteiriços.

No Capítulo “Componentes de uma história da Fronteira: memórias de paraguaios e paraguaias”, Eudes Leite narra o longo processo migratório de paraguaios em direção ao território onde atualmente está situado o estado de Mato Grosso do Sul. A partir das fontes orais, o autor apresenta elementos que contribuem no entendimento da configuração territorial e da formação identitária da população sul-mato-grossense, intensamente marcada pela relação de vizinhança com o Paraguai.

Com isso, esperamos oferecer ao leitor um variado conjunto de estudos fronteiriços a partir da realidade das fronteiras do Mato Grosso do Sul, mas que poderá contribuir na análise de outros processos em outros espaços. Os resultados apresentados nos capítulos deste livro são fruto de pesquisas de professores, estudantes de pós-graduação e egressos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade Federal da Grande Dourados e revelam o compromisso dos autores com a produção e a divulgação científicas com responsabilidade social. Desejamos uma boa leitura!

Esta publicação contou com recursos financeiros oriundos do Projeto de apoio aos Núcleos Emergentes de Pesquisa em Mato Grosso do Sul (PRONEM) da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), por meio do Projeto “Fronteiras étnico-culturais – análise do tráfico e migração de pessoas nas fronteiras de Mato Grosso do Sul”, coordenado pelos professores Antonio Hilário Aguilera Urquiza (FACH/UFMS) e Luciani Coimbra de Carvalho (FADIR/UFMS) a quem agradecemos.

Corumbá, MS, julho de 2022.

Prefácio

Marco Aurélio Machado de Oliveira¹

A categoria fronteira não conhece a temperatura morna. Polemizada, estigmatizada, romantizada, demonizada ou negligenciada, ela está em permanente estado de julgamento, seja nas raias administrativas, sentidos comuns ou, o que é pior, em algumas formulações acadêmicas. As ideias que por muitas vezes se apresentam sob a forma de ideologias e que são recorrentes a ela se dividem em dois níveis. Em um, paira a força da globalização que, retoricamente, a coloca como algo obsoleto e que, portanto, deveria estar restrito a pequenas e pontuais funcionalidades, isso ao mesmo tempo em que, na prática, endurece legislações e visa impermeabilizá-la, tangenciando o que Homedes e Ugalde (2003) já alertavam duas décadas atrás. Em outro, sustentado, essencialmente, pelas forças estamentais, ancora-se na necessidade de garantir a soberania, mesmo que mitológica, dos Estados. Seja numa ideia ou noutra, há que se reconhecer um pensamento sobre ela, e sobre ele devemos nos preparar para uma análise. Falo aqui de um pensamento que a desqualifica para poder requalificá-la em outros níveis. Dizer que esse pensamento criminaliza, sujeita e distancia a fronteira dos centros decisórios é apenas um reconhecimento do que vem sendo dito em pouco mais de meio século.

Para trabalhar esse pensamento é necessário que sejam feitas algumas considerações sobre a metodologia, aquela que antecede aos procedimentos metodológicos. E, neste sentido, recorrer a Edward Said (1990) pode ser importante maneira de construir metodologias, ou se adaptar a elas, como forma de resistir à força desse pensamento e de suas decorrentes ideias. Embora em sua obra **Orientalismo** trate de outros assuntos, por vezes correlatos à fronteira, ao menos no sentido semântico que estamos tratando sua divisão metodológica em *Localização Estratégica* e *Formação Estratégica* é muito inspiradora. Enquanto a primeira se refere a um modo de como o investigador descreve sua posição sobre aquilo que ele está trabalhando, a segunda estipula a forma como irá se preparar para a análise perante o pensamento e suas decorrentes ideias contidos no objeto de estudo.

Tentarei ser mais claro sobre a aplicabilidade desses ensinamentos de Said a partir de três campos em minhas observações sobre tudo isso. Primeiro, a política, que considero a força inicial, portanto, com poder de

¹ Professor Titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Coordenador do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron), na mesma Instituição. marco.oliveira@ufms.br

criação da fronteira, e, também, inercial porque a mantém. Anderson (1994) identificou uma hierarquia política muito interessante; nela a *alta política* é definida como a esfera onde a Defesa e as Relações Exteriores são as principais responsáveis pelos aspectos mais elevados da administração do Estado. Ao passo que a *baixa política* está no campo cotidiano das esferas que lidam diretamente com as políticas traçadas pela *alta política*. Esse conceito político colabora muito para a *formação estratégica* que Said salientou, pois nos permite encontrar os germinais e os respectivos desdobramentos do pensamento sobre a fronteira, e nela incluir outra categoria que o fundamenta: a autoridade. E sobre essa categoria recai a estratificação do início e da permanência, daquilo que originou e sobrevive.

Um segundo aspecto a ser observado é a sociedade, e nela incluir os migrantes internacionais. Penso que a dinâmica fronteiriça, portanto a vida ali elaborada, é avivada a partir deles e das mercadorias, principais alvos nos desdobramentos do pensamento político sobre a fronteira (OLIVEIRA, 2016). Embora, dessa forma, recaiam sobre essas categorias os pesos do pensamento e das ações de autoridades, elas são portadoras de autonomias que lhes asseguram elaborações de estratégias de sobrevivências, redes de solidariedade e dinâmicas muito peculiares. As vidas cidadinas em fronteira demonstram bem saber as maneiras como manejar suas escalas nacionais, internacionais, locais e globais, de tal modo que as práticas e manejos sobre os seus jeitos de comunicar lhes são garantias de construção e ordenamento de territórios.

Entendo que, por um lado, as fronteiras possuam profundas marcas históricas que se traduzem em tensões de longas durações. A presença e resistência de povos originários, os diversos tipos de manifestações aos fluxos migratórios, como racismo, xenofobia e preconceito e as relevâncias estratégicas no mercado global ou intrarregional são incorporados em seus cotidianos ao ponto de podermos identificar certos tipos de estabilidades nas cidades fronteiriças. Conflitos, solidariedades e indiferenças são aspectos que merecem atenção especial no sentido de entender como são construídas tais estabilidades, que não podem ser confundidas com equilíbrio em relações marcadas pela sobrecarga de tensões. E nelas podemos identificar as distinções entre os agentes e agidos (BRAUDEL, 1987) nas tecituras sociais, seja entre autoridades, empresários, estudantes, trabalhadores formais ou não. Ou seja, trata-se de uma complexa construção de sociedades que foi promovida pelos distanciamentos e aproximações, dependendo das escalas já mencionadas, impondo às esferas ligadas à *alta política* desafios descomunais para compreendê-la e promover políticas que não estejam restritas ao binômio controle-vigilância.

O terceiro ponto a ser observado aqui é relacionado aos estudos acadêmicos. No Brasil ainda não são muitos os grupos de pesquisa que desenvolvem estudos sobre as fronteiras estando localizados nelas. Não que

a localização de um grupo de estudiosos signifique, necessariamente, a garantia de excelência na pesquisa, tampouco sua perenidade. Mas, estar inserido em múltiplas faces de condições periféricas torna possível imersões cujos desdobramentos podem levar a soluções criativas nos diversos impasses que os agentes da *baixa política* enfrentam em seu dia a dia. Ou seja, as atividades de pesquisa e extensão promovidas pelas universidades podem dar respostas diferenciadas, principalmente se as perguntas forem escutadas de forma bastante qualificada.

Aproximar os estudos acadêmicos às práticas, públicas ou privadas, desenvolvidas nas sociedades de fronteira podem criar um dos ambientes mais belos nesses lugares: a força da criatividade como expressão de superação e sobrevivência. E é nessa perspectiva que realizar aprofundamentos nos estudos ligados à *baixa política*, onde os pensamentos, decisões e ausências da *alta política* se efetivam, podem permitir interessantes inserções sociais. É um caminho que não pode pretender se limitar a observar, portanto se inclina a ser participante desse processo criativo ao mesmo tempo em que busca entender as dinâmicas tão peculiares. Isso sem perder de vista a permanente reflexão sobre o pensamento construído sobre a fronteira, revendo conceitos, redefinindo alcances epistemológicos e traçando metodologias fundamentadas em averiguações estratégicas.

E, neste sentido, encontramos neste livro germinais metodológicos muito relevantes para o entendimento da fronteira em sua condição periférica - ao mesmo tempo em que constrói centralidades - aliada aos distanciamentos promovidos pelas esferas políticas superiores. A diversidade temática contida neste livro se apresenta como reconhecimento da necessidade de estarmos atentos à permanente revisão de conceitos e reformulações de estratégias, como bem nos ensinou Edward Said.

Referências

- ANDERSON, Malcolm. **Policing Across National Boundaries**. London: Pinter, 1994.
- BARUDEL, Fernand. **A Dinâmica do Capitalismo**. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.
- HOMEDES, Núria; UGALDE, Antonio. Globalization and Health at the United States–Mexico Border. **American Journal of Public Health**. December 2003, Vol 93, No. 12, pp. 2016-2022.
- OLIVEIRA, Marco A.M. O Ambiente Fronteiriço: Traços intangíveis e realidades sinuosas. **Revista GeoPantanal**, n. 21, p. 13-22, 2016.
- SAID, Edward. **Orientalismo**. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Casa do Migrante de Corumbá-MS: potencialidades do acolhimento de migrantes internacionais na fronteira Brasil-Bolívia

Elaine Dupas¹
Alex Dias de Jesus²

Introdução

A cidade de Corumbá, localizada no estado do Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia, é porta de entrada e de saída de migrantes que se encontram em fluxo migratório na América do Sul. É conhecida, principalmente, como cidade de passagem, visto que os migrantes, em grande maioria, não fixam residência no município, estando de passagem, realizando movimentos pendulares ou migrando para destinos distantes da fronteira internacional. De grande importância histórica para a questão migratória, Corumbá é tradicional rota de passagem, que ganhou maior relevância nos últimos anos, e confirma as alterações ocorridas nos padrões das migrações internacionais, principalmente na última década, a exemplo do predomínio da migração sul-sul, da feminização das migrações e da atuação de redes transnacionais entre os migrantes.

Nesse contexto de mudança de perfil migratório, houve também a alteração legislativa ocorrida recentemente no Brasil. O Estatuto do Estrangeiro, Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, foi revogado pela nova Lei de Migração, Lei n. 13.445, de 27 de maio de 2017, que confere *status* de sujeitos de direitos humanos aos migrantes internacionais de maneira inédita na legislação pátria, bem como está em harmonia com a Constituição Federal de 1988. Além de fazer previsão expressa sobre a acolhida humanitária, trata-se de grande avanço legislativo e de proteção e garantia aos direitos dos migrantes.

Na contramão da maioria dos países, o Brasil tem legislação pró-sujeito de direitos humanos que permite a possibilidade de alteração nos procedimentos migratórios. Porém, depois de três anos de vigência, nota-se, por meio da prática, que há muitos entraves que mantêm a burocracia

¹ Doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do curso de Direito do *campus* do Pantanal – UFMS/CPAN. E-mail: elaiane.dupas@ufms.br

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e professor do Instituto Federal do Piauí, *campus* São Raimundo Nonato. E-mail: alexdias@ifpi.edu.br

costumeira. O principal empecilho para a aplicação da legislação é o próprio decreto regulamentador, que retoma antigas regulamentações contidas no revogado Estatuto, assim como as diversas resoluções e portarias que dificultam que os interessados tenham conhecimento sobre qual instrumento normativo utilizar.

Em consonância com o disposto na nova legislação migratória nacional, o município de Corumbá inaugurou um espaço de acolhimento provisório para migrantes em trânsito, independentemente da sua condição migratória. A “Casa do Migrante”, estabelecimento assistencial que foi inaugurado em julho de 2020, durante a pandemia da Covid-19, tem por objetivo principal acolher e assistir o migrante internacional em suas demandas mais emergenciais e urgentes, sendo importante ponto de apoio na trajetória migratória que tem Corumbá em sua rota. Foi idealizada a partir da necessidade de especializar o atendimento relacionado às demandas migratórias que eram atendidas pela Casa de Passagem Albergue da Fraternidade, destinada à população em situação de rua, mas que recebia considerável número de migrantes, principalmente em face das restrições de circulação na fronteira. Com os protocolos de biossegurança impostos pela pandemia, a Casa de Passagem tornou-se inadequada para receber tais pessoas, visto que as vulnerabilidades dos migrantes são distintas daquelas do público-alvo do estabelecimento.

Frente a isso, esta pesquisa objetiva analisar o acolhimento dos migrantes internacionais pela Casa do Migrante de Corumbá desde sua inauguração até dezembro de 2021, bem como demonstrar a importância do estabelecimento para a realidade fronteiriça, como unidade assistencial e como fornecedora de dados sobre os fluxos migratórios, especialmente como alternativa de visibilidade da migração indocumentada, já que os atendimentos independem de regularização nos postos de controle migratório da Polícia Federal do Brasil. Pretende-se ainda, demonstrar a importância histórica da cidade de Corumbá como rota de migração e contribuir, por meio da análise dos registros da casa e da revisão bibliográfica, com as discussões acerca da realidade migratória no cenário brasileiro e sul-americano.

Corumbá: mobilidade humana e a vivência cotidiana na fronteira

Localizada no centro da América do Sul, a cidade de Corumbá possui posição estratégica para os fluxos migratórios internacionais, tanto no deslocamento entre a Bolívia e o Brasil, bem como na circulação de pessoas de outras nacionalidades sul-americanas e, cada vez mais, de outras partes do mundo. Às margens do rio Paraguai, recebe migrantes de variadas origens desde a segunda metade do século XIX, quando a navegação por esse rio foi iniciada, articulando-se assim com outros portos da bacia do rio da Prata e

do litoral atlântico. Possuidora de diversos tipos de centralidades, originadas na oferta de serviços de saúde, educação, assistência social e trabalho, Corumbá está ladeada pela cidade de Ladário, em território brasileiro, e pelos municípios de Puerto Quijarro e Puerto Soarez, na Bolívia. Juntos, esses municípios abrigam uma população aproximada de 180 mil pessoas.

Visando proteger as fronteiras do Brasil, ainda em formação, o governo português ergueu, em 1775, o Forte Coimbra, localizado na margem direita do rio Paraguai, abrigando desde então contingente militar até a atualidade. Considerado marco fundante do município de Corumbá, a manutenção do forte e a guarnição dessa fronteira foi responsável por manter um constante fluxo de oficiais militares, especialmente da Marinha do Brasil. Essa ocupação fronteiriça, intensificada após a Guerra do Paraguai (1864-1870), permitiu o acesso pelos modais fluvial, ferroviário, rodoviário e aéreo, responsável pelo intenso trânsito e pela centralidade até hoje desempenhada.

Localizada no limite internacional com a Bolívia, a cidade de Corumbá está distante apenas quatro quilômetros da vizinha boliviana Puerto Quijarro, consideradas cidades-gêmeas³ dado o grau de interdependência econômica e cultural entre elas. Por esse motivo, a análise dos processos sociais, políticos e econômicos que movimentam esse espaço deve estar vinculada e iluminada pelos estudos fronteiriços, principalmente por aqueles que consideram as fronteiras como zonas de contato entre as diferenças, mais do que zonas de separação de identidades nacionais (ALBUQUERQUE, 2009; ÁGUAS, 2013; DORFMAN; FRANÇA, 2017).

Corumbá e Puerto Quijarro situam-se nas bordas dos seus respectivos Estados nacionais e são profundamente marcadas por essa condição fronteiriça, tendo a circulação de pessoas e mercadorias como componentes estruturantes de suas dinâmicas socioespaciais. De maneira semelhante ao que ocorre em outras fronteiras, especialmente com conurbações binacionais, essas cidades se desenvolveram em elevado grau de interdependência. As práticas cotidianas dos seus residentes, bem como daqueles que por ali circulam, alinhavam as vidas das sociedades que compõem essa fronteira, dependente e independentemente dos controles exercidos pelos Estados nacionais que formam seus limites internacionais.

Emerge daí um espaço fronteiriço, um espaço entre os Estados nacionais, apesar de logicamente a eles vinculados e circunscritos. Esse

³ Art. 1º da Portaria n. 125, de 21 de março de 2014, do Ministério da Integração Nacional: “Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania”.

terceiro espaço, faixa de encontro de diferenças e de gestação de uma cultura local transfronteiriça, é marcado pelo hibridismo cultural, embora não sem conflitos. A possibilidade de viver na fronteira que une dois ou mais lados abre-se para a diversidade, como também para os riscos e incertezas do entrelugar fronteiriço (ÁGUAS, 2013). Afinal, “os cenários das zonas intersticiais parecem cheios de vida, mas não completamente seguros”, nos lembra Hannerz (1997, p. 23).

Constituindo uma expressão dessa manifestação fronteiriça, Corumbá foi sempre marcada por abrigar grupos de diferentes nacionalidades e pela circulação constante de pessoas e mercadorias, envolvendo não apenas Brasil e Bolívia, mas grande parte da América do Sul. Em momentos excepcionais de fechamento do limite internacional, como no período de maiores restrições impostas pela pandemia de Covid-19 e pelas manifestações de bolivianos contra a Lei n. 1.386, que trata da Estratégia Nacional de Combate à Legitimação do Lucro Ilícito e Financiamento do Terrorismo, como a ocorrida em novembro de 2021, os impactos são duramente sentidos em ambos os lados.

Apesar disso, a interdependência entre os lados impele os sujeitos fronteiriços que ali vivem a desenvolver estratégias de atravessamento para as atividades cotidianas básicas, como abastecimento de veículos, deslocamento para o trabalho e para estudo. Nessa fronteira seca, a porosidade é condição fundamental para muitos que vivem no constante atravessamento. Uma matéria em jornal local, por ocasião do fechamento de 2021, exemplifica essa situação:

Quando houve o bloqueio da fronteira, entre 8 e 15 de novembro, o impedimento de veículos cruzarem a região não impediu o comércio ilegal. A venda ocorria na faixa fronteiriça e os galões eram transportados quase sempre pela chamada Trilha do Gaúcho, que fica cortando uma mata que passa ao lado do Posto Esdras, da Receita Federal, da unidade da Polícia Federal e do controle de fiscalização boliviano (CÉSAR, 2021).

Logo, independentemente de resoluções e portarias, ou até mesmo do fechamento da fronteira por meio de barreiras físicas, a circulação não cessa totalmente, e os impactos são sociais, econômicos e políticos. Essa característica se reflete também na migração daqueles que acessam esse local para entrada ou saída do território brasileiro, de modo que o controle escapa do poder estatal na medida em que rotas alternativas e redes pouco visíveis são acionadas. A fluidez e a porosidade, nesse caso, são marcas da fronteira e não anomalias delas.

Especialmente no atual contexto de crescimento das migrações sul-sul, quando as entradas de migrantes internacionais pelas fronteiras terrestres são

intensificadas, cidades como Corumbá se tornam “rotas de fuga” do seletivo controle migratório, evitando o impedimento de ingresso ou a deportação como ocorrem em muitos pontos das fronteiras aéreas pelo mundo afora. Por isso, os locais das fronteiras terrestres tornados rotas das migrações atuais são espaços privilegiados de observação e de investigação científica e, porque não dizer, do ativismo a favor dos direitos humanos, especialmente o direito de migrar.

Por se configurar como local de trânsito, de permanência e de circularidade de migrantes, o município de Corumbá desenvolveu algumas boas práticas na política migratória com o passar dos anos, embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido na garantia plena dos direitos. Por isso, o município recebeu o selo Migracidades 2021, iniciativa da Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência da Organização das Nações Unidas de Migração e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), demonstrando o avanço ocorrido em relação à gestão de políticas migratórias qualificadas e planejadas. Apenas 32 municípios brasileiros, de nove estados, receberam a certificação. Foram identificadas boas práticas e ofertados cursos de capacitação voltados para a temática migratória (UFRGS, [s. d.]).

As boas práticas identificadas formaram um banco de dados (UFRGS, [s. d.]) e estão divididas em: 1) Estrutura Institucional de Governança; 2) Capacitação de Servidores Públicos; 3) Participação Social e Cultural de Migrantes; 4) Transparência e Acesso à Informação por Migrantes; 5) Parcerias Institucionais; 6) Acesso à Saúde; 7) Acesso e Integração à Educação; 8) Acesso à Assistência Social; 9) Acesso ao Mercado de Trabalho; 10) Acesso aos Serviços de Proteção: Gênero, LGBTQI+ e Igualdade Racial.

As práticas que deram destaque ao município foram: 1) decreto de designação de membros para compor o Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes e Apátridas⁴; 2) realização de atendimentos e testagem de migrantes com síndrome gripal suspeita de infecção pelo novo coronavírus na Central para Enfrentamento à Covid-19⁵; 3) criação de um fluxo de atendimento, com adaptação do sistema de matrículas, para que as pessoas migrantes possam se matricular sem a necessidade de documentos nacionais⁶. No estado do Mato Grosso do Sul, o município de Dourados também

⁴ A primeira autora faz parte, desde 8 de dezembro de 2021, como membro titular indicada pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da composição do Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados e Apátridas – Comair, instituído por meio do Decreto n. 1.706, de 22 de agosto de 2016, da prefeitura municipal.

⁵ As testagens ocorriam na fronteira Brasil-Bolívia, e todos os que entravam deveriam fazer o exame. Posteriormente, os migrantes com sintomas eram encaminhados para a assistência à saúde para realizarem os testes, prática que segue vigente.

⁶ Em cumprimento ao disposto na Lei de Migração.

recebeu o selo como reconhecimento das boas práticas para a população migrante.

Muito além dos registros administrativos da Polícia Federal, que compõem os dados da migração documentada no Brasil, existem frequentes movimentos de sujeitos em mobilidade que não documentam seus deslocamentos nas fronteiras terrestres. Em Corumbá, são trabalhadores e trabalhadoras do circuito informal, estudantes que declaram residência em um lado, mas residem em outro, migrantes de longas distâncias que optam pela documentação no destino e não na entrada, enfim, muitos e múltiplos deslocamentos que são visíveis apenas na vivência cotidiana na fronteira. Desse modo, a análise dos registros de acolhida na Casa do Migrante contribui para iluminar o universo dos indocumentados, tão presentes na escala local, e se soma a outras iniciativas como o recém-criado Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais.

O Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais e o projeto Acolhida Migrante, ambos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), visam, enquanto pesquisa e extensão, compreender essas particularidades a partir da observação cotidiana dos fluxos migratórios para o desenvolvimento de metodologia adequada para análise da dinâmica que ocorre, diariamente, em Corumbá. O objetivo é fornecer propostas e o aperfeiçoamento de políticas públicas. Tais ações são de total relevância para a compreensão do real cenário migratório nesse município. No próximo item, analisaremos o papel da Casa do Migrante enquanto particularidade dessa realidade fronteiriça, mas em articulação com as dinâmicas regionais e globais das migrações contemporâneas.

Casa do Migrante: acolhimento e potencialidades para as novas dinâmicas

A Casa do Migrante foi inaugurada em julho de 2020 devido à necessidade de especializar o acolhimento de migrantes internacionais em fluxo migratório, que até então utilizavam a Casa de Passagem – Albergue da Fraternidade, destinada principalmente à população em situação de rua, que apresenta vulnerabilidades bastante específicas. Trata-se de estabelecimento que acolhe de maneira emergencial e não permanente, embora não se tenha um prazo máximo para acolhimento, mas que serve como um albergue de pernoite, realmente para acolher os que estão de passagem, fornecer alimentação e possibilidade de higiene pessoal.

Com funcionamento 24 horas por dia, a nova unidade pública de acolhimento recebe todos os migrantes internacionais que vão até lá pelos mais diversos motivos, seja para acolhimento, isto é, hospedagem, para buscar orientações jurídicas e técnicas para regularização de documentação

ou acesso a algum serviço público, para tomar banho, para fazer uma refeição e até mesmo buscando recursos financeiros para seguir viagem. Isso significa que são acolhidos para além da limitação de um lugar para dormir e alimentar-se. Essa é uma das percepções que só é possível afirmar por meio da pesquisa de campo, observando e acompanhando os atendimentos, embora os dados dos encaminhamentos realizados por meio dos atendimentos também revelem que o sentido de acolhida é praticado em sua totalidade, extrapolando as funções orgânicas da casa.

Tais encaminhamentos são as ações adotadas pelos agentes que trabalham na Casa do Migrante na tentativa de solucionar as mais diversas demandas que surgem. Desse modo, percebe-se que o local é procurado pelos migrantes assim que eles chegam à cidade, o que demonstra que já se tornou um ponto de apoio para determinados fluxos, conhecido pela rede migratória. Dentre os encaminhamentos, destacam-se: unidades de saúde, prontos-socorros, Casa de Passagem, consultórios particulares e Polícia Federal, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania à autora.

Há o preenchimento manual de uma ficha assim que o migrante chega ao estabelecimento em busca de acolhimento. Ressalta-se que, durante os 17 meses de funcionamento, houve mais de um modelo de ficha e que ainda se está em processo de construção de um formulário adequado. O projeto Acolhida Migrante (UFMS) dará apoio técnico e humano para o aperfeiçoamento de relevantes informações que possam constar nas fichas para a criação de um banco de dados em parceria com o Observatório Fronteiriço das Migrações (UFMS), e há previsão de digitalização e transcrição das fichas até então utilizadas.

Inicialmente foi adotado o mesmo modelo de ficha da Casa de Passagem, sofrendo alterações relevantes que permitiram quantificar e qualificar de maneira mais adequada tais atendimentos. Almeida (2020, p. 2) desenvolveu pesquisa com o objetivo de “aplicar e transferir novas metodologias no cadastramento de migrantes internacionais acolhidos na Casa de Passagem Albergue da Fraternidade com o intuito de qualificar as informações por meio da Ficha de Cadastro daquela unidade pública”. Ou seja, já havia uma preocupação da autora, servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, de especializar o atendimento de migrantes antes mesmo de existir a Casa do Migrante, visto que é uma demanda cotidiana do município e que foi intensificada com o fechamento da fronteira durante a pandemia de Covid-19.

No momento de preenchimento da ficha, as demandas já são identificadas por meio de escuta qualificada realizada pelos profissionais que compõem o quadro de funcionários da Casa e trabalham na recepção. Atualmente são 15 profissionais, entre cuidador social, psicólogo, assistente

social, cozinheira, auxiliar de serviços gerais e zelador, coordenados por um assistente social. A equipe tem sido capacitada, constantemente, para os atendimentos aos migrantes.

A partir da análise das fichas cadastrais e a observação no local foi possível constatar a existência de diferentes perfis de migrantes que por ali passam e utilizam os serviços. Chegam sozinhos, em grupos de amigos ou conhecidos, em família, alguns até trazendo seus animais de estimação, como relatado pela coordenação da Casa. Tais especificidades reforçam a necessidade de espaço adequado para receber tais pessoas, demonstrando a importância da Casa no município, visto que outros locais teriam maiores dificuldades para acolher perfis tão distintos. Os grupos familiares ocupam, preferencialmente, quartos inteiros para privacidade e para que seus membros não fiquem separados. Estando a Casa com elevado número de pessoas, os quartos podem ser divididos por sexo. Outras particularidades são observadas, como, por exemplo, alojar em quarto individual uma migrante transgênero com histórico de violência doméstica, conforme foi possível verificar durante a pesquisa de campo.

Em 2020, a Casa do Migrante de Corumbá acolheu 282 pessoas, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 - Número de acolhimentos na Casa do Migrante de Corumbá (julho a dezembro de 2020)

Mês	Quantidade
Julho	12
Agosto	17
Setembro	27
Outubro	42
Novembro	51
Dezembro	133
TOTAL	282

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Elaborado pela autora.

Ressalta-se que, devido à diversidade de fichas, não foi possível qualificar tais atendimentos, visto que a Casa ainda estava em fase de implementação e algumas não estavam preenchidas em sua totalidade. Além disso, ainda era utilizado o formulário da Casa de Passagem. Informações importantes como origem, nacionalidade, sexo, idade, destino não puderam ser analisadas, dadas as limitações nos instrumentos de cadastro nesse período. Porém, nota-se a importância gradativa da unidade municipal no que diz respeito ao acolhimento dos migrantes, passando de 12 pessoas no mês de sua inauguração para 133 em dezembro de 2020, em plena pandemia.

Já em 2021, foram realizados 1.810 atendimentos até o dia 15 de dezembro. Devido à utilização de novos modelos de fichas e à melhor estruturação da unidade, foi possível fazer a análise do perfil migratório, pois foram coletados dados referentes à nacionalidade, idade, sexo e gênero. A tabela 2 expõe o aumento no número de acolhimentos durante o ano de 2021.

Tabela 2 – Número de acolhimentos na Casa do Migrante de Corumbá (2021)

Mês	Quantidade
Janeiro	202
Fevereiro	164
Março	224
Abril	114
Mai	162
Junho	138
Julho	163
Agosto	169
Setembro	143
Outubro	146
Novembro	145
Dezembro	40
TOTAL	1.810

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Elaborado pela autora.

Durante o ano de 2021, em que a entrada de migrantes internacionais no Brasil estava restrita para grande número de pessoas, sobretudo aquelas provenientes de países pobres, a Casa do Migrante de Corumbá registrou, além do aumento do número, a grande diversidade desses migrantes, indicando um perfil migratório mais amplo e mais complexo com a presença de crianças, adolescentes, idosos, pessoas LGBTQIA+, portadores de deficiência, dentre outros. Esses registros importam especialmente por se tratarem, na maioria dos casos, de sujeitos que ingressaram no território brasileiro sem os trâmites legais da documentação, tendo em vista a proibição de entrada durante a pandemia. Ou seja, seriam desconhecidos do Estado caso não buscassem acolhimento na unidade assistencial em análise.

Esses dados também apontam, em escala local, as mudanças nos perfis migratórios observados nas escalas nacional e internacional, quando se visualiza maior participação feminina, migração familiar, a presença de crianças e de diversas orientações sexuais. As categorias sexo, idade, deficiência e orientação sexual foram agrupadas na tabela 3.

Tabela 3 – Acolhimento na Casa do Migrante de Corumbá: diversas categorias (2021)

Mulher	620
Homem	760
LGBTQIA+	3
Idoso	13
Criança 0/6 anos	191
Criança 7/12 anos	124
Jovem/adolescente	95
Pessoa com deficiência	4

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Elaborado pela autora.

Ressalta-se que o grande número de mulheres, embora ainda não em maioria, sustenta o processo de feminização das migrações, observado em outros locais do Brasil e do mundo. De acordo com Peres (2012), as transformações nas relações de poder e a reconfiguração familiar, bem como a autonomia das mulheres e as necessidades do mercado de trabalho, são fatores que caracterizam a feminização. Notou-se, por meio da observação de campo, que várias mulheres chegaram desacompanhadas ou trazendo consigo seus filhos, sem a costumeira presença masculina, que por muito tempo era determinante para a migração ocorrer. Esse fenômeno desperta a necessidade de apurar as informações coletadas na ficha de cadastro dos usuários da Casa do Migrante de Corumbá.

Outra característica marcante é a diversidade de origem dos migrantes, predominando os deslocamentos entre países em desenvolvimento, o que significa ampliação das migrações sul-sul, especialmente da migração intrarregional. Embora os números de migrantes provenientes de países vizinhos como Venezuela, Colômbia e Bolívia sejam maiores, há que se observar a presença de migrantes de origem distante, o que pode significar agenciamentos dos próprios migrantes ou de intermediadores envolvendo rotas cada vez mais longas e complexas ou estratégias de migração por etapas, se estabelecendo em diferentes destinos ao longo do processo migratório. Libaneses, iemenitas e egípcios são alguns exemplos dos que passaram pela Casa do Migrante durante o ano de 2021, tanto em movimentos de entrada como de saída do Brasil.

Tabela 4 – Nacionalidades dos acolhidos na Casa do Migrante de Corumbá (2021)

País	Quantidade
Venezuela	1.517
Colômbia	79
Bolívia	42
Argentina	29
Peru	29
Haiti	13

Líbano	19
Equador	7
Chile	6
Egito	5
França	5
Iêmen	5
Guiana	3
Uruguai	3
Guatemala	1
Itália	1
Nigéria	1
República Dominicana	1

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Elaborado pela autora.

Os dados expostos na tabela 4 são exemplares para evidenciar a intensificação das migrações sul-sul no Brasil. Embora de maneira periférica, o estado de Mato Grosso do Sul tem se configurado como destino de migrantes do sul global nas últimas duas décadas, quando foram atraídos em pequenos períodos de recuperação econômica e pela possibilidade de ingresso e permanência devido às legislações menos restritivas, como as observadas em grande parte do norte global, destino prioritário de milhões de migrantes do mundo inteiro.

Em pesquisa realizada sobre o tema, Jesus e Medeiros (2021) mapearam as principais nacionalidades de migrantes que registraram residência no Mato Grosso do Sul entre os anos de 2011 e 2020 e concluíram que o estado entrou na rota das migrações sul-sul ao identificar que os principais grupos de migrantes têm origem no sul global e principalmente da América Latina. Os autores demonstraram que além da cidade de Campo Grande, capital do estado, os municípios de médio porte como Dourados, Três Lagoas e Ponta Porã são os destinos mais comuns, em virtude das oportunidades de trabalho que oferecem e que grande parte deles passam por Corumbá, que também é um município historicamente marcado pelas migrações, como abordado no item anterior.

Atualmente, os venezuelanos são o segundo maior grupo de migrantes internacionais no Mato Grosso do Sul, ficando atrás apenas dos paraguaios, que têm uma migração de longa data, se confundindo com a própria história da formação territorial do estado. O Paraguai possui uma extensa faixa de fronteira com o Brasil, especialmente com os municípios sul-mato-grossenses, onde vive uma numerosa população de origem paraguaia, com elevado grau de hibridismo cultural. Já os venezuelanos, praticamente ausentes até 2018, chegam principalmente intermediados pela Operação Acolhida, que consiste na força tarefa do governo federal para interiorizar aqueles que entram no Brasil pelo estado de Roraima.

Ocorre que, para além da interiorização promovida pelo governo federal, majoritariamente feita por via aérea, muitos venezuelanos migram por conta própria, partindo de diversos pontos da América do Sul, cruzando fronteiras terrestres como a de Corumbá. É justamente por isso que eles representaram 83% dos acolhidos na Casa do Migrante durante o ano de 2021, com mais de 1.500 atendimentos, como visto na tabela 4. Esses migrantes deixaram a Venezuela nos últimos anos em virtude do agravamento da precariedade das condições de vida, derivado da instabilidade política e econômica pelas quais passa o país. Muitos deles tentaram a vida em outros países e, não tendo satisfeitas suas aspirações, seguem em migração para outros destinos, como o Brasil e o Mato Grosso do Sul.

Apesar da migração recente, os venezuelanos estão presentes em mais de uma dezena de municípios sul-mato-grossenses, com destaque para Campo Grande e principalmente Dourados, onde a oferta de postos de trabalho nos frigoríficos locais marcou o início da interiorização de venezuelanos que estavam no estado de Roraima. Seguiram-se aos interiorizados pela Operação Acolhida, muitos outros que chegaram ao MS por conta própria, acionando as suas redes de contato pessoais, bastante úteis na migração. Por esse motivo, o município de Corumbá, na fronteira com a Bolívia, passou a receber venezuelanos vindos de outros países da América do Sul (JESUS; MEDEIROS, 2021, p. 9).

Os mesmos autores indicam, conforme o trecho supracitado, que os venezuelanos estão em fluxo migratório e chegam de outros países e não diretamente da Venezuela, o que também pôde ser confirmado pelos atendimentos da Casa do Migrante, visto que o país de origem nem sempre é o país de nacionalidade. Isso demonstra que são pessoas que se encontram em fluxos migratórios e que têm, muitas vezes, o Mato Grosso do Sul como porta da entrada ou saída e o Brasil apenas como país de passagem.

Embora Corumbá e Puerto Quijarro formem uma aglomeração urbana fronteiriça e o município de Corumbá possua uma extensa faixa de fronteira com o país vizinho, a presença de bolivianos na Casa do Migrante é pequena, apenas 42 registros em 2021. Isso se deve ao fato de muitos contarem com apoio de familiares e amigos do lado brasileiro, realizarem movimentos de entrada e saída no mesmo dia e principalmente por ingressarem no Brasil por ali, mas se deslocarem para outros destinos, em destaque para a grande São Paulo, para onde partem ônibus diários, com marcante lotação de passageiros bolivianos.

Outra ressalva que merece destaque é a pequena presença de haitianos que utilizam os serviços da unidade assistencial, apenas 13 em 2021, embora a migração deles por essa fronteira seja bastante expressiva, tanto em movimentos de entrada quanto de saída do Brasil, desde 20018. Nota-se, pela

observação cotidiana da realidade fronteiriça, que esses migrantes estão diariamente em outros pontos da cidade, como o posto de controle fronteiriço da Polícia Federal, as pousadas e a rodoviária, de onde sairão para os lugares mais diversos do país. Em pouco mais de uma década, os haitianos construíram uma migração na América do Sul com intensos contatos entre os diversos países e com redes sociais que adquirem dimensões transnacionais. Desse modo, adquiriram um “saber circular”, com informações sobre documentação, hospedagem e transporte que dispensam, em certo ponto, a busca por abrigo na fronteira (JESUS, 2020a; JESUS, 2020b).

Os dados obtidos nas fichas de atendimento da Casa do Migrante são importantes fontes de informação que contribuem na análise das características dos fluxos migratórios que têm Corumbá como rota, e têm potencial para subsidiar políticas públicas para os migrantes, já que especificam várias demandas. Ressalta-se, novamente, que são dados apenas dos migrantes internacionais que utilizaram o atendimento dessa unidade pública de acolhimento.

Algumas informações relevantes necessitam de alteração e informatização da ficha de cadastro para que possam ser discutidas com maior aprofundamento. Não foi possível, por exemplo, identificar os grupos familiares, tampouco as mulheres migrantes que passaram desacompanhadas, bem como os filhos da migração, que são crianças que nasceram no trajeto percorrido por seus pais. Outro dado de grande relevância para caracterização do fluxo é a informação sobre a origem e o destino desejado, contida em algumas fichas, mas que não constam nos relatórios fornecidos.

Em comparação com os dados de entrada fornecidos pelo Sistema de Tráfego Internacional (STI) e pelo Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), ambos com base em informações fornecidas pela Polícia Federal, e sistematizados em Brasil (2021), nota-se que há uma lacuna em relação aos migrantes e refugiados que entram em território nacional de maneira irregular e muitas vezes não se regularizam na cidade de fronteira, como é o caso de Corumbá. Logo, não é possível quantificar, principalmente no período de pandemia e de fronteiras teoricamente fechadas, quantas entradas e saídas deram-se pela fronteira Brasil-Bolívia.

De acordo com o Sismigra, a título de comparação, há o registro de 1.402 migrantes residindo em Mato Grosso do Sul em 2020, sendo 491 venezuelanos, mas não há o registro da unidade da Federação por onde deram entrada. Já em 2021, até o mês de outubro, há o registro de 3.409 migrantes residentes, sendo 1.834 venezuelanos. Não é possível localizar os dados de entrada, pois o grande fluxo impossibilita esse controle na fronteira.

Segundo o STI, em 2021 houve o registro de 8.350 entradas e saídas por Corumbá, o que não significa que seja o mesmo número de pessoas, visto que

tal sistema contabiliza a movimentação, independentemente de contabilizar mais de uma vez a mesma pessoa. Porém, há apenas 130 registros de movimentação de venezuelanos, sendo 73 entradas e 57 saídas. Em 2020, foram registradas 25.206 movimentações de entrada e saída por Corumbá, não constando nenhuma entrada de venezuelanos, a nacionalidade mais atendida na Casa do Migrante. Frisa-se que essas são as movimentações que foram registradas, mas há intenso tráfego que não é contabilizado, conforme apontamos no item anterior sobre a porosidade contida na fronteira.

O fato de não se contabilizar o número de entradas gera uma lacuna que tem impactos diretos no contexto municipal e nas políticas públicas. Os atendimentos realizados pela saúde, educação, assistência social e segurança pública permitem conhecer melhor a realidade local. Logo, a Casa do Migrante, em rede e parceria com os outros setores, é ponto focal de extrema relevância para que a realidade migratória seja conhecida.

A tentativa de contar os incontáveis necessita de extensa rede que seja capaz de contabilizar as pessoas que passam por Corumbá para que seja possível o mapeamento das principais demandas, e o aprimoramento de políticas públicas existentes para que haja a concretização formal e material da Lei de Migração. Esses indivíduos, na prática, são sujeitos de direitos e garantias, e é preciso principalmente que sejam reconhecidos como sujeitos de direitos humanos, a fim de que mais pessoas tenham mais direitos.

Conclusão

A vivência da pesquisa cotidiana na fronteira possibilita a compreensão da dimensão para além dos números que foram apresentados, visto que muitos migrantes são invisíveis para o Estado, não sendo possível quantificar com precisão todo o fluxo migratório existente. Há migrantes que entram por Corumbá de maneira irregular e seguem viagem sem utilizar nenhum serviço público – provavelmente irão regularizar a situação documental em outro município, são invisíveis e tentam se camuflar como estratégia de migração.

Nesse contexto de invisibilidade e porosidade fronteiriça, a Casa do Migrante de Corumbá permite que se vislumbre uma parte relevante da realidade. A pandemia vivenciada escancara a porosidade já conhecida e relatada na fronteira. Porém, mesmo com o fechamento desta, houve a necessidade de criação de local para atendimentos especializados de acolhida de migrantes e refugiados. E foi possível verificar *in loco* que a maioria das pessoas que ali passaram não se utilizaram de outros serviços públicos, ou seja, constam apenas, numericamente, nos dados coletados via ficha de atendimento.

Embora a grande maioria seja encaminhada para atendimento na Polícia Federal, nem todos regularizam a situação migratória em Corumbá, o que causa um descompasso entre os números, pois não é possível contabilizar as

movimentações de entrada e saída que ocorrem na fronteira, tampouco todos os atendimentos realizados pelo setor de migração, que é utilizado muitas vezes apenas para informações sobre regularização. Nesse sentido, a Casa do Migrante soma-se à rede de atendimento e possibilita que esses indivíduos, que geralmente passariam despercebidos pelo Estado, sejam identificados.

Há uma lacuna que deve ser preenchida por metodologia própria e adaptada para contemplar as situações existentes no cotidiano fronteiriço. Diante disso, foi criado o Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, composto por equipe interdisciplinar e por diversas instituições, com o objetivo de “gerar e sistematizar dados do fluxo migratório internacional em espaços fronteiriços, produzindo análises que instrumentalizem implantações e aperfeiçoamentos de práticas e políticas públicas”.

O projeto de extensão Acolhida Migrante, também da UFMS, visa à criação de rede especializada de atendimento e de coleta de dados por meio, inicialmente, da criação de formulário que possa ser utilizado por todos os pontos focais de atendimento ao migrante e ao refugiado para, posteriormente, conhecer as demandas e ser instrumento de proposição e aprimoramento de políticas públicas, em parceria direta com o Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados e Apátridas (Comaira).

A pesquisa de campo realizada no espaço de acolhida foi essencial para a constatação das mais diversas demandas que chegam até o poder público e que provavelmente seriam invisibilizadas se não existisse o atendimento ali realizado. Também foi possível verificar que o espaço mais acolhedor possibilita maior segurança para o assistido, visto que a Polícia Federal, o órgão responsável pelo atendimento e regularização migratória, é intimidador e, às vezes, até hostil. Corriqueiramente é relatada a apreensão em ir à polícia e o medo de receber a notificação de saída e de multa devido à entrada e permanência irregular.

A Casa do Migrante contribui para que o espírito da nova Lei de Migração seja concretizado por propiciar atendimento humanizado e especializado para as pessoas que se encontram em deslocamentos pelos mais diversos motivos e que apresentam variadas vulnerabilidades. Para além de abrigo e alimentação, é espaço que permite o acolhimento do ser humano possuidor de direitos que ingressa no Brasil e que deve ter sua dignidade respeitada, independentemente de sua situação documental migratória.

Referências

- ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. A tripla face da fronteira: reflexões sobre o dinamismo das relações fronteiriças a partir de três modelos de análise. **Fórum Sociológico**, n. 23, 1-13, 2013.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar de. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009
- ALMEIDA, Renata Miceno Papa de. **Aplicação e transferência de novas técnicas de cadastro de imigrantes, refugiados e apátridas na assistência social do município de Corumbá-MS**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2020.
- BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 14 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sismigra. **Portal de Imigração**. 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra#2020>. Acesso em: 24 dez. 2021.
- CÉSAR, Rodolfo. Preço do combustível nas alturas faz fluxo de contrabando voltar a ser intenso em Corumbá. **Correio de Corumbá**, Corumbá, 21 nov. 2021. Disponível em: <http://www.correiodecorumba.com.br/?s=noticia&id=42673>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur Luna Borba Colen. Agenda descolonial para os estudos fronteiriços no Brasil. **L’Espace Politique**, n. 31, p. 1-20, 2017.
- JESUS, Alex Dias de. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia). Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, 2020a.
- JESUS, Alex Dias de. Corumbá-MS: o retorno da migração indocumentada de haitianos no Brasil. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v.13, n.2, p.75-89, 2020b.
- JESUS, Alex Dias de; MEDEIROS, Rafael Brugnolli. Distribuição espacial dos migrantes internacionais no Mato Grosso do Sul (2011-2020). **Anais do XIV ENANPEGE**. em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77856> Acesso em: 1 jan. 2022.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da Antropologia transnacional. **Mana**, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.
- PERES, R. G. Imigração de bolivianas na fronteira: desafios teórico-metodológicos. *In*: BAENINGER, R. (org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Banco de boas práticas em governança migratória local. **Migracidades**. [s. d]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/migracidades/banco-de-boas-praticas/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

Capacidade institucional e direitos humanos sob a ótica dos profissionais atuantes no contexto migratório em Corumbá - MS¹

Adriana dos Santos Corrêa²

Introdução

A avaliação de capacidade institucional para a efetivação de determinada política pública, perpassa a análise dos componentes administrativos e políticos da mesma e das instituições que as integram. Estes componentes permitem considerar que o Estado não é apenas o aparato burocrático, mas também uma arena política, na qual, interesses, ideologias internas e externas à estrutura organizacional são processadas.

Capacidade administrativa refere-se às habilidades técnicas burocráticas do aparato estatal necessárias para implementar os objetivos oficiais sobre determinado tema, as quais incluem além da estrutura física e orçamentária das instituições, os recursos humanos que a compõem. Já a capacidade política está associada à maneira como os atores políticos se relacionam, e esta inclui vários fatores como a participação política - quem participa e como o faz; negociação - a vontade política entre os atores e suas formas de negociação; a luta pelo poder, ou quanto os atores aceitam a distribuição de poder existente.

No âmbito das migrações internacionais, o Brasil assinou e ratificou os principais tratados internacionais de proteção a migrantes e refugiados e internalizou essas normas no seu ordenamento jurídico, mas, ainda enfrenta muitas dificuldades institucionais para garantir efetivamente tais direitos. A situação é ainda mais crítica no processo de entrada desses grupos em território brasileiro, que em muitos casos ocorre através das fronteiras terrestres.

¹ Este capítulo é uma versão adaptada de “Percepções dos profissionais atuantes no atendimento e apoio aos migrantes no município”, subcapítulo 4.3 da dissertação de mestrado da autora, intitulada “Desafios institucionais de proteção aos migrantes e refugiados nas fronteiras brasileiras: o caso de Corumbá/MS”, pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em DSpace UFGD: Desafios institucionais de proteção aos migrantes e refugiados nas fronteiras brasileiras: o caso de Corumbá/MS.

² Mestra em Fronteiras e Direitos Humanos e Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Grande Dourados. Trabalhadora humanitária e membro dos projetos de pesquisa e extensão vinculados à Cátedra Sérgio Vieira de Mello UFGD/ACNUR. E-mail: adrianasantoscorrea03@gmail.com.

Diversas variáveis inferem no estudo da questão migratória nas áreas de fronteira, pois estas se diferenciam em muitos aspectos de outras partes do país, como na organização política e social das populações fronteiriças, o baixo desenvolvimento econômico em relação aos grandes centros, além da forte securitização desses espaços, estimulada pela presença de forças de segurança do Estado. As características da faixa de fronteira brasileira a retratam enquanto áreas de “Estado Limitado” onde as estruturas político-administrativas são, em geral, deficitárias, dificultando a efetivação de normas sistêmicas de direitos humanos e de outras pautas sociais.

As mudanças estruturais necessárias para o cumprimento de normas internacionais e domésticas de proteção a migrantes e refugiados no Brasil devem abranger todas as esferas e atores envolvidos no processo; neste sentido, olhar para os profissionais que trabalham nas instituições que atuam junto a essa população é fundamental.

A educação, o bem-estar, preparo técnico, afinidade ou não com a atividade realizada, além de fatores externos à organização interferem no processo de construção social desses sujeitos. Tais fatores influenciam diretamente na relação sujeito/trabalho trazendo impactos positivos ou negativos para a organização e consequentemente ao público atendido. Vale ressaltar que, embora muitos fatores sejam subjetivos, a instituição deve fornecer condições adequadas para que o agente desenvolva o trabalho ou atendimento proposto.

Neste sentido, o presente artigo analisa de que maneira a capacidade institucional interfere na promoção e garantia de direitos humanos das populações migrantes e refugiadas nas fronteiras brasileiras. Utiliza-se enquanto ótica de análise as percepções e constatações a partir das experiências de trabalho dos recursos humanos que integram instituições atuantes na efetivação de políticas e ações públicas na cidade fronteiriça de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul.

A dinâmica socioespacial da cidade está articulada a uma significativa mobilidade populacional e tem influenciado nos processos de crescimento e de redistribuição das populações de cidades fronteiriças situadas no entorno corumbaense, além de ser a porta de entrada de um número considerável de migrantes forçados que buscam proteção no Brasil (OLIVEIRA *et al.*, 2017). As peculiaridades características dessa região, com destaque para as diversas deliberações políticas e sociais que influenciam o processo migratório local, foram fatores determinantes para a escolha de Corumbá enquanto foco de análise.

O texto tem como base a pesquisa de campo realizada pela autora ao longo de 2019, para a elaboração de sua dissertação de mestrado. Na pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais atuantes no contexto migratório em Corumbá, trabalhadores de instituições

governamentais e da sociedade civil. Utiliza-se como referência para a análise as contribuições teórico-metodológicas Angélica Huerta (2008) sobre capacidade institucional para implementação de políticas públicas, e de Risse *et al.* (2013) sobre efetivação de normas de direitos humanos em áreas de Estado limitado.

Percepções dos profissionais atuantes no atendimento e apoio aos migrantes no município de Corumbá

Esta seção traz algumas percepções dos profissionais que atuavam no contexto migratório em Corumbá em 2019, ano de realização das entrevistas. Participaram 11 servidores e agentes que trabalhavam nas seguintes instituições: Procuradoria da República no Município de Corumbá (Ministério Público Federal), Secretaria de Assistência Social de Corumbá (Centro de Referência para População em Situação de Rua e Casa de Passagem) e Santa Casa de Corumbá. Houve um interesse inicial em entrevistar representantes do Departamento de Polícia Federal de Corumbá e do Estabelecimento Penal, porém não houve retorno por parte dos convidados para a pesquisa.

No âmbito da sociedade civil foram realizadas 4 entrevistas com representantes da Pastoral da Mobilidade Humana, Coletivo Circuito Migrante (vinculado à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus Pantanal) e iniciativas individuais da população local no auxílio aos migrantes e refugiados em Corumbá. Todos responderam ao questionário padrão para instituições, suas respectivas respostas estão dispostas no quadro referente à pesquisa de campo. Houve ainda participantes que, além do formulário, se disponibilizaram a dar depoimentos acerca do trabalho realizado pela entidade representada. As respectivas referências aparecem em nota identificadas como “Entrevistado 1”, “Entrevistado 2”, e assim por diante.

O Quadro 1 traz de maneira sistematizada as principais dificuldades elencadas por esses profissionais no atendimento ao migrante, quanto a estrutura da instituição em que atuavam, sobre as políticas locais de assistência e sobre as dificuldades relatadas pelos migrantes no momento do atendimento.

Trata-se de um quadro explicativo, com a pergunta realizada ao agente e os principais termos que apareceram na resposta aberta, com seus respectivos percentuais diante do total de entrevistados por categorias: instituições governamentais e sociedade civil. Como foram considerados os termos presentes nas respostas, há algumas perguntas cujo percentual total de resposta ultrapassa o 100%, isso significa que um entrevistado ao elaborar sua resposta utilizou mais de um termo daqueles que foram elencados.

Quadro 1 – Percepções dos profissionais atuantes no atendimento e apoio aos migrantes

OBSTÁCULOS, TREINAMENTO E QUESTÕES INSTITUCIONAIS	INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	SOCIEDADE CIVIL
Como considera a estrutura de Corumbá, no que se refere a fornecimento dos seguintes serviços básicos à população:	Segurança: 58,3% Bom; 41,6% Ruim Saúde: 58,3% Bom; 41,6% Ruim Educação: 66,6% Bom; 33,3% Ruim Nada a declarar: 8,3%	Segurança: 50% Bom; 50% Ruim Saúde: 50% Bom; 50% Ruim Educação: 50% Bom; 50% Ruim
Sabe a diferença entre migrante econômico (internacional) e refugiado?	75% Sim 25% Não	75% Sim 25% Não
Qual é o foco de atuação da instituição quando se trata destes grupos	66,6% Assistência direta/acolhida 33,3% Encaminhamentos/burocracia 16,6% Atendimento hospitalar de emergência	50% Assistência direta/acolhida 50% Encaminhamentos/burocracia 25% Pesquisa e conscientização
Recebem algum tipo de treinamento específico para lidar com a temática da imigração internacional	33,3% Sim 66,6 % Não	25% Sim 75% Não
Quais as dificuldades encontradas neste atendimento?	100% Idioma 25% Tamanho da demanda 8,8 % Encaminhamento pós-atendimento 25% Documentação	75% Idioma 50% Encaminhamento pós-atendimento
A estrutura da instituição é adequada ao trabalho que ela se propõe em relação aos migrantes e refugiados?	41,6% Sim 58,3% Não	25% Sim 75% Não
Como os migrantes e refugiados chegam à instituição, ou até você?	33,3% Indicação da sociedade civil 66,6% Encaminhada por outras organizações públicas ou não 25% Espontaneamente/sozinhos 16,6% Nada a declarar	50% Indicação da sociedade civil 75% Espontaneamente
Quais são as principais dificuldades relatadas pelos migrantes/ refugiados com relação ao	50% Assaltos, furtos e extorsões no trajeto até o Brasil	100% Assaltos, furtos e extorsões no trajeto até o Brasil

momento de entrada dos mesmos no território brasileiro?	58,3% Dificuldades de regularizar a entrada no país 8,3% Comunicação 16,6% Nada a declarar	25% Dificuldades de regularizar a entrada no país 25% Comunicação
Existem pessoas que são atendidas pela instituição e que ainda não foram regularizadas, ou ainda estão em processo de regularização?	58,3% Sim 33,3% Não 8,3% Nada a declarar	75% Sim 25% Não
Quais são os principais motivos para a não regularização?	25% Burocracia 16,6% Falta de informação 25% Falta de documento 16,6% Ação de redes criminosas 41,6% Nada a declarar	50% Burocracia 75% Falta de documento
Como avalia a atuação do Estado brasileiro na assistência a essas pessoas?	50% Deficiente 8,3% Falta discutir sobre acesso a serviços 8,3% Boa 16,6 % Burocrática 8,3% Igual a os brasileiros 8,3% Nada a declarar	25% Falta assistência 25% Insuficiente 25% Deficiente 25% Não sabe avaliar
Você tem conhecimento de alguma medida do governo local para aumentar os esforços para atender ao fluxo de migrantes que chegaram a Corumbá recentemente? Quais?	66,6% Não conhecem medidas locais para atender migrantes 25% Sim (Projeto para abrir uma “Casa do Imigrante” e Centro POP) 8,3% Nada a declarar	50% Sim (Centro POP e Casa de Passagem) 50% Não
O que você sabe sobre a nova Lei de Migração? (Lei 13.445/17).	83,3% Não conhece esta Lei 8,3% Dá mais oportunidades de integração 8,3% Possui um viés mais humanitário	50% Sim (Possui um viés mais humanitário) 50% Não

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo (2020).

A partir da análise do Quadro 1 e das informações coletadas durante pesquisa de campo em Corumbá, infere-se alguns aspectos importantes acerca da capacidade administrativa e política das instituições públicas e da sociedade civil em assistir as demandas provenientes de migrantes, refugiados, população pendular e demais grupos em trânsito na cidade. A pesquisa buscou absorver também elementos subjetivos dos entrevistados, os quais podem influenciar na percepção destes sobre o trabalho realizado com a população migrante, os desafios enfrentados e sobre a estrutura da instituição.

Perguntados sobre como é viver e trabalhar em Corumbá enquanto uma cidade de fronteira, as respostas foram diversas. Há quem considera normal viver no município e que não há diferença de outros lugares do país. Porém, a maioria, apesar de ressaltar os desafios diários do trabalho, que exige desses profissionais ações mais complexas e maior capacitação, disseram gostar de morar em Corumbá, por ser uma cidade de passagem de muitas pessoas, pelas trocas com outro idioma, pela cultura muito rica e convivência pacífica com os bolivianos. “*Ao viver aqui encontramos muitos mundos, não vejo nenhum obstáculo*” (informação verbal)¹.

De maneira geral grande parte dos profissionais considera que os serviços de saúde, educação e segurança em Corumbá melhoraram muito em relação há alguns anos, e que o município tem potencial para desenvolver ainda mais estes serviços. Os problemas identificados pelos participantes são pontuais: dificuldades de se fazer exames e tratamentos mais complexos, tendo que ser levado para Campo Grande, a mais de 400 km da cidade; o baixo efetivo da Polícia Militar, falta de viaturas para fazer rondas nos bairros; alto índice de furtos e assaltos; a falta de creches para as crianças na cidade. Algumas pessoas compararam ainda a realidade corumbaense com outras cidades brasileiras: “*eu já vi cenários piores, mas já vi muito melhores também*” (informação verbal)².

De acordo com as entrevistas, 66,6% dos profissionais das instituições públicas disseram que o foco de atuação destas era de acolhida e assistência direta ao migrante, 33,3% encaminhamentos e burocracia, e 16,6% atendimento hospitalar. Na sociedade civil 50% dizem realizar assistência direta e acolhida temporária, 50% encaminhamentos e 25% pesquisa e conscientização sobre o tema.

¹ Entrevistado 1: Depoimento. [02. outubro. 2019]. Entrevistadora: Adriana dos Santos Corrêa. Corumbá, 2019. Entrevista presencial concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

² Entrevistado 2: Depoimento. [02. outubro. 2019]. Entrevistadora: Adriana dos Santos Corrêa. Corumbá, 2019. Entrevista presencial concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

A disposição dos serviços prestados pelas instituições públicas e da sociedade civil, as quais possuem como foco a acolhida temporária, atendimento hospitalar, e encaminhamentos para questões burocráticas, evidencia uma realidade típica das cidades de entrada, consideradas “de passagem” dos fluxos migratórios contemporâneos rumo ao Brasil. Revela, sobretudo, o grau de vulnerabilidade em que estas pessoas se encontram ao chegarem ao país, necessitando de serviços considerados emergenciais: saúde e proteção social de alta complexidade.

As demandas migratórias tendem a se modificar a depender do espaço em que estes grupos se encontram dentro do território nacional. Provavelmente as cidades de destino destes fluxos terão outras demandas, consideradas mais perenes, como a inserção no mercado de trabalho, inclusão na rede de programas de proteção e assistência social continuada, acesso à educação básica, técnica e ensino superior, validação de diplomas, dentre outras.

Muitos migrantes internacionais chegam a Corumbá sem dinheiro para seguir viagem, sem alimento e sem ter onde ficar temporariamente. Eles relatam aos profissionais sobre os assaltos, furtos e extorsões sofridas durante o trajeto até o Brasil, especialmente os haitianos, os quais acusam principalmente a polícia boliviana por tais ações. Outros acusam ainda taxistas brasileiros de extorqui-los quando pegam a condução do limite da fronteira (Posto Esdras) até o centro da cidade. Há relatos de migrante que disse ter pagado R\$500,00 pelo trajeto, o qual possui aproximadamente 5 km de distância.

O contrabando de migrantes, prática que envolve a obtenção de benefício financeiro ou material pela entrada indocumentada de uma pessoa num Estado no qual esta não seja natural ou residente, é uma realidade identificada na fronteira corumbaense. Os chamados “coiotes” lucram com a entrada indocumentada dos migrantes na fronteira brasileira e até mesmo no transporte interno destes já em território nacional. Estes criminosos extorquem os migrantes, utilizando-se inclusive de ameaças e violência física; e contribuem para a maximização da vulnerabilidade social e psicológica destes indivíduos.

Muitos migrantes e refugiados evitam buscar apoio do poder público local, por diversas razões: estar indocumentado, por temer represálias, por condução dos “coiotes”, dificuldades com o idioma etc. Estes acabam procurando voluntariamente ou com apoio da própria população as Organizações da Sociedade Civil, especialmente aquelas vinculadas à Igreja Católica, para obter ajuda, seja para conseguir abrigo ou para a regularização migratória. Neste sentido, a sociedade civil em Corumbá tem trabalhado junto a alguns órgãos públicos no repasse de demandas e encaminhamentos advindos da população migrante. Vale ressaltar que durante o processo migratório são criadas redes de contatos entre os que já chegaram ao Brasil,

os que estão em trânsito e àqueles que ainda não vieram. Informações sobre onde buscar ajuda, bem como os riscos do trajeto, muitas vezes são compartilhadas entre os próprios migrantes.

Sobre os aspectos político-administrativos, as principais eminências nas respostas no âmbito das instituições públicas dizem respeito à estrutura da organização, dificuldades no atendimento, a capacitação destes profissionais e sobre o conhecimento ou não das normas correlatas. No âmbito da sociedade civil, destaca-se a menção sobre falta de políticas públicas para os migrantes e as ações emergenciais da população para abrigar e acolher estes grupos.

Acerca das questões técnicas sobre o atendimento a migrantes e refugiados em Corumbá, a maioria dos participantes disse saber a diferença entre migrante econômico e refugiado. Porém algumas dessas pessoas não conseguiram falar adequadamente sobre essas diferenças, especialmente sobre o termo “refugiado”. Esta problemática está muito atrelada ao fato de grande parte dos profissionais não terem recebido nenhum tipo de treinamento sobre o tema das migrações internacionais, independente da hierarquia do trabalho que exerce na respectiva instituição. O desconhecimento sobre especificidades da vulnerabilidade de determinadas situações migratórias é identificado tanto em agentes que estão “na ponta do processo”, no atendimento direto, quanto nos gestores de determinadas entidades investigadas no estudo.

Ainda sobre a capacitação profissional, o não recebimento de treinamento e formação básica sobre atendimento ao migrante, o total desconhecimento da Nova Lei de Migração e outras normas correlatas, geram inseguranças por parte dos profissionais sobre o trabalho desenvolvido e prejudica a realização de encaminhamentos específicos de maneira adequada, especialmente àqueles relacionados a questões legais de acesso a direitos e emissão de documentos pelo migrante e refugiado.

No que se refere aos obstáculos no momento do atendimento, as dificuldades com o idioma possuem destaque nas respostas (100% entre órgãos públicos e 75% na sociedade civil); seguido da falta de documentação necessária para o serviço solicitado pelo migrante; tamanho da demanda em relação ao efetivo de profissionais e estrutura organizacional; e desafios quanto aos encaminhamentos pós-atendimento.

Segundo os profissionais há uma resistência de determinados órgãos em prosseguir com fluxo de atendimentos a serem realizados para as aquisições por parte dos migrantes e refugiados. Essa falta de conectividade interinstitucional dos órgãos cria uma série de barreiras para os beneficiários e para os agentes, que em muitos casos precisam acompanhar o migrante para garantir que ele será atendido adequadamente em determinados locais.

Relativo à estrutura institucional, a maior parte dos profissionais considera a estrutura da organização em que atua inadequada ao trabalho que

ela se propõe em relação à população migrante. Tanto os órgãos públicos quanto as instituições da sociedade civil enfrentam problemas relacionados ao espaço disponível para acolhimento de pessoas em trânsito. Estes atores enfrentam dificuldades orçamentárias para a aquisição de materiais, alimentos, serviços e mobilização de recursos humanos para o trabalho desenvolvido. Esta realidade conseqüentemente limita o alcance e a qualidade dos serviços ofertados aos beneficiários.

A pesquisa pôde captar ainda, a insatisfação dos profissionais acerca da tratativa do Estado brasileiro em garantir os direitos da população migrante. Muitas das respostas continham os termos: “deficiente” e “burocrática”, se referindo às ações do Governo Federal sobre esses grupos. A maioria afirmou não conhecer medidas locais para melhorar o atendimento aos migrantes e refugiados, e os poucos que disseram conhecer tais medidas citaram um projeto para se criar uma Casa do Imigrante³ e a existência do Centro POP em Corumbá.

Segundo Ospina (2002) a construção de capacidade institucional deve-se considerar no ponto de vista técnico, o conhecimento em matéria de planejamento estratégico, mediação de indicadores e a capacitação de recursos humanos, além do fortalecimento da coordenação interinstitucional dos atores envolvidos em determinado tema. O que a pesquisa de campo revelou foi uma insatisfação por parte dos recursos humanos, sobre a maneira com que o tema das migrações internacionais está sendo conduzido atualmente. São apontados problemas estruturais físicos e orçamentários das instituições; problemas relacionados à capacidade técnica destes profissionais; e ainda complexidades próprias do atendimento ao migrante como a questão do idioma, falta de documentação, demandas flutuantes e grau elevado de vulnerabilidade das pessoas em trânsito.

Capacidade institucional e a efetivação das políticas migratórias

A partir da pesquisa de campo em Corumbá são possíveis análises sobre a realidade da capacidade institucional brasileira para a efetivação de suas políticas migratórias. Segundo Huerta (2008), capacidade institucional significa ter habilidade para desempenhar tarefas de uma maneira efetiva, eficiente e sustentável. A construção de capacidade institucional assume uma visão complexa em uma abordagem sistêmica a qual identifica os problemas organizacionais em vários níveis, em um ambiente com diversos atores, influências e com comportamentos interdependentes entre eles. À luz dessa abordagem, emergem definições de capacidade institucional que orientam

³ Uma Casa do Migrante foi inaugurada em 30 de julho de 2021 na cidade, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Corumbá.

intervenções para promover a “boa governança” por parte dos atores (HUERTA, 2008; OSPINA, 2002).

As normas de direitos humanos são violadas principalmente nas áreas de “Estado limitado”. Estas são descritas enquanto áreas de um país em que a autoridade central possui baixa habilidade de implementar e impor normas, decisões ou ainda pouca legitimidade de exercer o monopólio da força e da violência. Há diferentes configurações que envolvem o conceito de áreas de Estado limitado, e esta “ausência” pode ser a nível territorial; setorial, em que remete a áreas de políticas específicas; e social quanto está relacionado a partes específicas da população (RISSE *et al.*, 2013).

Entende-se que a capacidade institucional, ou a falta dela, possui uma correlação muito forte com as condições estruturais frente às quais os temas de direitos humanos são tratados no Brasil. Diversas são as falhas institucionais que limitam historicamente a garantia de direitos fundamentais a determinados grupos sociais e especialmente daqueles localizados em regiões afastadas politicamente dos centros de tomada de decisão.

A estrutura deficitária de instituições para o tema das migrações internacionais, as dificuldades administrativas e a centralização das mesmas nos grandes centros contribuem para o aumento de algumas das principais barreiras desses grupos para acessarem seus direitos, como o processo extremamente burocrático para acesso a serviços e para com a documentação. Apesar de o país ter assinado, ratificado e internalizado diversas normas de direitos humanos, ele ainda possui grande dificuldade de fazer cumpri-las, especialmente com grupos historicamente em situação de vulnerabilidade.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2015), o panorama dos obstáculos de acesso a direitos e serviços públicos dos migrantes nas cidades sul-mato-grossenses, como Campo Grande, Ponta Porã, Corumbá e Dourados, indicou que no aspecto institucional, os principais desafios estão relacionados a ausência ou insuficiência de recursos humanos capacitados para trabalhar o tema das migrações nas instituições públicas; a falta de reconhecimento de que as migrações internacionais geram impactos no âmbito estadual; a ausência de abordagem pautada nos direitos humanos por parte de instituições públicas pesquisadas; e dificuldade na compreensão da existência de uma “perspectiva de direitos humanos” na atenção aos migrantes.

A inadequação das políticas migratórias, e a falta de capacidade institucional nas zonas de fronteira contribuem também para que haja um número elevado de migrantes indocumentados. A tratativa do imigrante com um viés securitário por parte do Estado brasileiro, agravado pela falta de documentos, faz com que estes indivíduos entrem pela fronteira de maneira irregular, em muitos casos por temerem uma apresentação formal nos postos

da Polícia Federal, e que somente busquem a regularização em outras cidades no interior do Brasil (SILVA, 2013).

A entrada de maneira irregular leva o indivíduo a ficar desprovido de amparo jurídico, tornando-o mais vulnerável às ações de organizações criminosas que atuam transacionalmente como redes de tráfico de pessoas e contrabandistas; ou ainda sofrer algum tipo de detenção arbitrária por parte das forças do Estado. Segundo os Artigos 27 e 28 da Convenção de 1951, Relativa ao Estatuto dos Refugiados, a documentação pessoal é uma ferramenta fundamental para a proteção desses grupos em extremo grau de vulnerabilidade. A falta de documentos pode afetar o gozo de direitos fundamentais por parte dos migrantes e refugiados; por esses motivos a burocratização e a lentidão nos processos de regularização migratória torna-se um grande problema e contribui para as violações de direitos humanos, especialmente no processo de concessão de refúgio (SILVA, 2013; ACNUR, 1951).

A falta de documentação limita ainda o acesso de migrantes internacionais aos serviços públicos e a direitos garantidos pela legislação brasileira, sendo este um dos principais obstáculos desses grupos nos primeiros momentos após a entrada no país. Em Corumbá, por não possuir a documentação adequada, bolivianos de Puerto Suárez, Puerto Quijarro e de outras localidades do interior da Bolívia encontram dificuldades no momento em que buscam atendimento em serviços específicos na cidade, principalmente na área da saúde, uma das que mais recebe demanda por parte dos migrantes e fronteiriços que chegam ao lado brasileiro (informação verbal).⁴

Os atendimentos de emergência, internação e serviços da maternidade são realizados, independente do paciente possuir ou não documentação pessoal ou cartão do Sistema Único de Saúde (SUS); este atendimento não pode ser negado a nenhum indivíduo que busque o hospital, independente da sua condição migratória. Mas, para que seja feito um acompanhamento e outros trâmites importantes em tratamentos de saúde, se faz necessário a confecção do cartão do SUS, o qual exige o número do Registro Nacional do Migrante, Protocolo ou do documento especial fronteiriço, conforme o Artigo nº 24 da Nova Lei de Migração. Especialmente sobre o caso de “bolivianos indocumentados”, a Santa Casa de Corumbá tem enfrentado problemas para lidar com demandas que surgem nesse sentido (informação verbal).⁵

Considerando o grande fluxo de migrantes bolivianos e de outras nacionalidades, e os deslocamentos pendulares, o uso da infraestrutura urbana e de serviços públicos de Corumbá é considerado intenso e exige

⁴ Entrevistado 3: Depoimento. [13. julho. 2019]. Entrevistadora: Adriana dos Santos Corrêa. Corumbá, 2019. 1 arquivo de áudio (20 min). Entrevista presencial concedida para elaboração de dissertação de mestrado da entrevistadora.

⁵ *Ibidem*.

investimento que devem ser calculados levando-se em conta além dos nacionais, os demais grupos supracitados. Porém isso não ocorre na prática. Os dados oficiais não registram as flutuações das pessoas em trânsito e isso causa vários desentendimentos sobre esse tema entre autoridades de ambos os países e a sociedade local (ARAÚJO *et al.*, 2015).

Faz-se importante considerar os numerosos desafios do público em definir qual a maneira mais adequada para incorporar as demandas relativas aos direitos humanos que emanam tanto da sociedade civil como de outras esferas do governo. Esta situação é agravada nas regiões de fronteira, pois contarão ainda com uma diversidade de fatores locais os quais interferem diretamente na gestão pública. Quando dizem respeito à concretização do acesso a saúde, educação, assistência social, moradia, geração de renda e demais direitos de segunda geração, os desafios recaem de maneira mais impactante nos municípios, uma vez que as políticas setoriais ocupam grande parte da agenda e das prioridades locais (GERSHON *et al.*, 2005).

A agenda municipal de direitos humanos deve ser capaz de refletir a complexidade da sociedade e as suas relações com o território em questão. Cabe ao poder público local promover uma avaliação de como as políticas setoriais podem ser empreendidas e direcionadas para a garantia dos direitos, incorporando as diversas demandas e grupos locais, tendo como base jurisdições nacionais e tratados internacionais existentes. Esse olhar estratégico, sob a ótica dos direitos humanos, deve ser capaz de traduzir políticas locais com enfoques na promoção, proteção e reparação de direitos (GERSHON *et al.*, 2005).

Segundo Oliveira (2019), Corumbá está iniciando um processo de conurbação; seu crescimento implica também em um aumento de complexidade, fator que se manifesta na necessidade de melhorias em políticas públicas como educação, saúde, assistência social. A interação a partir da mobilidade de pessoas, dos intercâmbios materiais e imateriais, nessa localidade, impõe a implementação de políticas públicas conjuntas de ambos os lados do limite fronteiro e específicas para a contemplação das pessoas que ali se encontram.

Conclusão

O artigo teve como objetivo analisar de que maneira a capacidade institucional interfere na promoção e garantia de direitos humanos das populações migrantes, refugiadas e demais fluxos em trânsito nas fronteiras brasileiras, a partir de um estudo de campo realizado com profissionais atuantes no contexto migratório na cidade de Corumbá (MS). As percepções e respostas captadas em entrevistas foram sistematizadas de forma a facilitar diferentes reflexões e constatações possíveis a partir do estudo.

Foi possível constatar desafios referentes a capacidade administrativa e política das instituições analisadas em assistir aos grupos em epígrafe. Alguns aspectos subjetivos aos profissionais, como a percepção sobre como é viver em uma cidade fronteiriça, foram considerados por serem essenciais na construção da relação sujeito/trabalho, e, conseqüentemente no atendimento prestado.

A partir dos desafios relatados pelos profissionais desta pesquisa, são possíveis análises acerca das condições de vulnerabilidade nas quais as pessoas migrantes, refugiadas e demais fluxos em trânsito pela cidade se encontram, as principais demandas e barreiras quanto ao acesso a direitos essenciais no Brasil, logo nesse momento de entrada em território nacional. A baixa capacidade institucional política e administrativa dos órgãos públicos locais contribui para que recaia sobre a sociedade civil, as quais possuem diversas limitações estruturais e orçamentárias, o papel do Estado, de acolhimento e apoio direto às populações vulneráveis.

Um dos grandes gargalos identificados em Corumbá diz respeito a carência de mecanismos de identificação e monitoramento dos fluxos de migrantes, refugiados e residentes transfronteiriços que acessam os serviços locais. Este pode ser um passo importante para que o município consiga desenvolver políticas públicas condizentes com a realidade corumbaense, a qual tende a intensificar o processo de conurbação e conseqüentemente o trânsito de pessoas e mercadorias na região. Ainda em termos estruturais, a pesquisa também constatou a falta de clareza por parte das instituições entrevistadas sobre o papel do Estado na promoção e garantia dos direitos humanos das pessoas em trânsito, bem como quais as competências particulares da União, dos Estados e Municípios diante da temática migratória nas regiões de fronteira e no desenvolvimento de políticas e modelos organizacionais específicos.

Referências

ACNUR. **Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 12 abr. 2018.

CORREA, Adriana dos Santos. **Desafios institucionais de proteção aos migrantes e refugiados nas fronteiras brasileiras: o caso de Corumbá/MS**. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos). Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

ARAUJO, Ana Paula Correia de *et al.* Bolivianos no Brasil: migração internacional pelo corredor fronteiriço Puerto Quijarro (BO) / Corumbá (MS). **Interações** (Campo Grande), [s.l.], v. 16, n. 1, p.131-141, jun. 2015. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015111>.

GERSHON, Débora *et al.* **Gestão pública municipal e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Ibam, 2005. 77 p.

HUERTA, Angélica Rosas. Una ruta metodológica para evaluar la capacidad institucional. **Política y Cultura**, México, v. 1, n. 30, p.119-134, jan. 2008.

IPEA - Ministério da Justiça. **Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2015. 169 p.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; *et al.* Imigrantes Pendulares em Região de Fronteira: Semelhanças Conceituais e Desafios Metodológicos. **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 12, n. 27, p. 91-108, 2017.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. A fronteira do arco Central e sua realidade econômica e social. In: PÊGO, Bolívar (org.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do Arco Central**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2019. p. 57-67.

OSPINA, S. (2002). **Construyendo capacidad institucional en América Latina: el papel de la evaluación como herramienta modernizadora**. In VII Congreso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la Administración Pública. Lisboa, Portugal (Vol. 8).

RISSE, Thomas *et al.* **The persistant power of human rights: from commitment to compliance**. Cambridge University Press, New York, 2013.

SILVA, César Augusto S. **A Política Brasileira para Refugiados (1998-2012)**. 2013. 292 f. Tese (Doutorado). Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

O povo Kamba na fronteira entre Brasil e Bolívia: um estudo jurídico sobre violação de direitos humanos¹

Antônio Hilário Aguilera Urquiza²
Luciani Coimbra Carvalho³

Introdução

Desde o ano de 2013 desenvolvemos projeto de pesquisa interdisciplinar e interinstitucional na região de fronteira entre o Brasil e outros dois países da América do Sul, Bolívia e Paraguai, com ênfase nos aspectos de mobilidade (migração) e tráfico de pessoas, em geral para exploração e trabalho ilegal. A partir deste recorte temático, privilegiamos, no âmbito deste estudo, a realidade histórica e atual do povo Kamba, originários da região da chiquitania, terras baixas bolivianas, que há mais de 50 anos está presente em situações precárias nos arredores da cidade de Corumbá/MS/Brasil.

De certa forma, o povo Kamba vive uma situação de marginalização entre as duas culturas, gerando uma invisibilidade construída pelo poder público que nega a eles a identidade de povos indígenas e dos próprios sujeitos que preferem o anonimato. Esta situação de fronteira cultural e reelaboração identitária a partir dos direitos básicos, será analisada, a partir, especialmente das teorias de Fredrik Barth (2000) e Sayad (1998), tendo

¹ Artigo originalmente apresentado no III CONPEDI em Madrid (2015), aqui com algumas modificações. Conta com resultados parciais da pesquisa desenvolvida no projeto interinstitucional “Análise do tráfico e migração de pessoas na fronteira de Mato Grosso do Sul: dinâmicas e modalidades” com fomento da FUNDECT, através do Pronem-MS, e resultados parciais da pesquisa “Fronteiras étnicas e culturais – Análise do tráfico e migração de pessoas na fronteira de Mato Grosso do Sul”, com fomento do CNPq.

² Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca – Espanha (2006). Professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Campo Grande. Coordenador do projeto de pesquisa “Fronteiras étnicas e culturais – Análise do tráfico e migração de pessoas na fronteira de Mato Grosso do Sul”. E-mail: hilarioaguilera@gmail.com.

³ Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Pós-graduação em Direito da UFMS. Coordenadora do projeto de pesquisa “Análise do tráfico e migração de pessoas na fronteira de Mato Grosso do Sul: dinâmicas e modalidades”. E-mail: luciani.carvalho@ufms.br.

como referencial o ordenamento jurídico internacional, em especial a Convenção n. 169 da OIT (1989).

Assim, o presente texto traz a relevância dos direitos humanos dos povos indígenas a seus costumes, línguas, religiões e organizações sociais distintas daquelas reconhecidas pelo governo brasileiro (art. 231 da Constituição Federal de 1988), também garantidos em um plano internacional mais abrangente, como a Convenção 169 da OIT e a Declaração Internacional da ONU sobre os Povos Indígenas (2007). Este contexto acaba sendo importante para que os Kamba tenham seus direitos reconhecidos pelo Estado brasileiro, tal qual outras etnias que estiveram em situação semelhante, como o caso dos Kaiowá (Pay Taviterã, como são chamados no Paraguai), no sul de Mato Grosso do Sul.

Na atualidade, muito poucos conhecem a situação histórica dos Kamba. Eles mesmos são receosos de sua visibilidade, por serem estrangeiros sem documentos, o que traz como consequência, por outro lado, o fato de as políticas públicas geralmente não os atingirem. Somente muito recentemente foram realizadas duas pesquisas de doutorado sobre este povo, ressaltando sua história, organização social e particularidades culturais.

Morando junto à cidade, na periferia do município sul-mato-grossense de Corumbá, no bairro Cristo Redentor, reduto São Francisco de Assis, área usada antigamente como “lixão”, residem os descendentes dos primeiros Kamba de origem Chiquitana que migraram das *tierras bajas* na parte oriental da Bolívia, no Departamento de Santa Cruz, em meados do século passado, em busca de trabalho e melhoria de condições de vida e acabaram se tornando vítimas de um duplo preconceito: por serem indígenas e por serem estrangeiros no Brasil.

Deslocados de seu contexto de origem e inseridos em espaços que não lhes corresponderiam, passaram por dificuldades econômicas, tornaram-se vítimas, aliciadas pelos traficantes, condicionados ao trabalho escravo, tráfico de drogas ou mesmo exploração sexual. Por falta de conhecimento/consciência de seus direitos, por vergonha de expor o que passaram e por serem estrangeiros, tornaram-se vulneráveis às condições de ilegalidades com medo de terem que retornar a seu país de origem.

Dessa forma, neste estudo acerca da migração e fronteira, queremos tratar desse povo que encarna em sua trajetória, as duas dimensões, de migração e de fronteira, e em alguns casos são vítimas de práticas de tráfico e de exploração, sem verem concretizados seus direitos básicos às políticas públicas.

Os Kamba na Bolívia⁴

Segundo dados de historiadores e antropólogos, o povo Kamba possui ligações com os Chiquitanos da Bolívia, os quais receberam esta denominação por volta do século XVIII pelos colonizadores europeus. Trata-se de uma denominação genérica dada a diferentes grupos étnicos alocados em uma vasta região chamada de Chiquito (Chiquitania), no atual oriente da Bolívia. A área geográfica do oriente boliviano é compreendida pelo espaço localizado entre o Chaco (sul) e os rios Paraguai (leste) e Rio Grande (oeste).

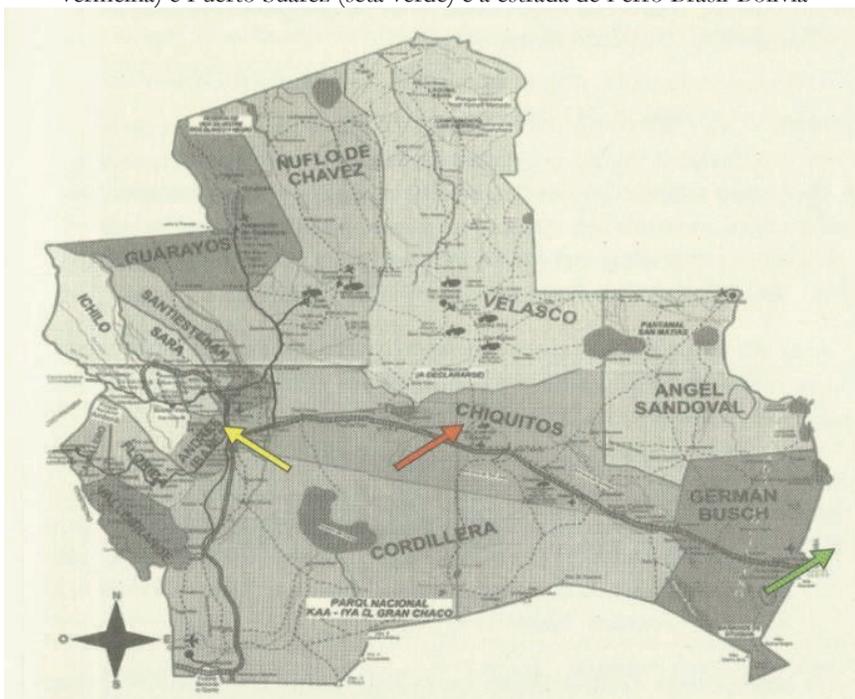
A Estrada de Ferro Santa Cruz de La Sierra-Corumbá, que passava pela Chiquitania, provocou fortes impactos sobre as populações indígenas e não-indígenas da região. No caso dos Kamba, descendentes dos Chiquitanos, esse impacto se deu na saída de determinada parcela deste povo das proximidades de Roboré, Tapera e San José de Chiquitos, dando entrada no Brasil em meados do século passado (SILVA, 2011).

Os Kamba e, também, os Camba-chiquitano são provavelmente o grupo indígena mais numeroso da Bolívia oriental, vivendo nos municípios de Ñuflo Chávez, San Ignacio, Velasco e na Província de Pando, todos situados na porção oriental do país (SOUZA, 2009).

Sua vinda ao Brasil se dá em meados do século XX, a partir da construção da ferrovia (Ferrocarril) Santa Cruz de La Sierra, que irá passar pelas cidades de San Jose de Chiquitos e Puerto Suárez. Esse momento foi de grande importância para o processo de migração dos Kamba para o Brasil. E, não podemos esquecer da chegada das missões jesuíticas nessa região da Chiquitania, no século XIX, que trouxe consigo graves consequências. Dentre estas, tem-se a “mistura” entre diversas comunidades indígenas que viviam ali na região demarcada pelos jesuítas europeus.

⁴ Alguns itens deste texto fazem parte do artigo “**A dinâmica e a mobilidade étnico-social dos Kamba e suas ressignificações identitárias**” foi publicado originalmente no evento IX Semana de Ciências Sociais da UFMS (2014), com o orientador e dois bolsistas PIBIC da pesquisa (Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues e Alyson Matheus de Souza).

Figura 1 – Localização do departamento de Santa Cruz, na atual Bolívia, com destaque para Santa Cruz de la Sierra (seta amarela), San José de Chiquitos (seta vermelha) e Puerto Suárez (seta verde) e a estrada de Ferro Brasil-Bolívia



Fonte: SILVA, 2012.

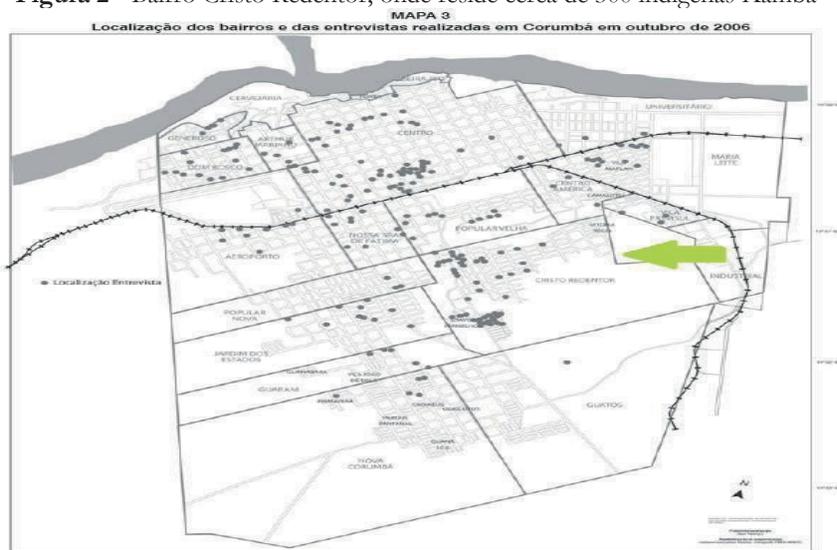
Através deste mapa podemos ter uma noção da localização dos Kamba na Bolívia antes de sua vinda para o Brasil. A partir dele poderemos analisar o processo migratório deste povo para o Brasil, onde atualmente grande parte encontra-se alocada em uma área urbana, na periferia do município sul mato-grossense de Corumbá, no bairro Cristo Redentor, reduto São Francisco de Assis, área usada antigamente como “lixão” da cidade. Neste local, residem os descendentes dos primeiros Kamba, de origem Chiquitano, que migraram das *tierras bajas* (terras baixas), na parte oriental da Bolívia, no Departamento de Santa Cruz, em meados do século passado em busca de trabalho e melhoria de condições de vida.

Dessa leva de migrantes indígenas vindos da Bolívia, temos como exemplo o Sr. Nazário, liderança dos Camba-chiquitano (Kamba), que luta pelo reconhecimento de seus direitos como indígenas no Brasil. Através de relatos de conversas do Giovani José da Silva (2009) com a liderança, pudemos saber que o Sr. Nazário é uma liderança que luta diariamente em função desse reconhecimento dos Kamba (Camba-chiquitano) através da

FUNAI, elucidando em suas falas, apontando para o chão, que “não queremos que nossa história fique no lixo”. Isso se dá porque, como já foi dito, eles estão alocados em uma região onde foi o antigo “lixão” de Corumbá-MS.

Por estarem habitando uma localidade que reproduz fortes estigmas com relação aos povos bolivianos e indígenas, acabaram se tornando vítimas de um duplo preconceito: por serem índios e por serem estrangeiros (bolivianos) no Brasil.

Figura 2 - Bairro Cristo Redentor, onde reside cerca de 300 indígenas Kamba



Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbá, Unidade Executora Municipal – UEM.

Fonte: <http://www.scielo.br/img/revistas/rbepop/v25n2/a05mp03.jpg>

E mesmo assim, rodeados por estigmas e exclusões, eles lutam pelo seu reconhecimento nacional, chegando a se autoafirmarem como brasileiros – isso é algo recorrente entre crianças e adultos –, pois “talvez estejam com medo de não receberem os mesmos direitos que os brasileiros têm” (informação oral)⁵.

Deslocados de seu contexto de origem e inseridos em espaços que não lhes corresponderiam e por passarem por dificuldades econômicas tornaram-se vítimas de trabalhos subalternos e informais. E é assim que encontramos os Kamba, “desterritorializados, migrantes e sofrendo dupla discriminação,

⁵ Dados coletados em pesquisa de campo realizada na região de Corumbá.

por serem índios e, ao mesmo tempo, por serem considerados estrangeiros no Brasil: eis a situação atual dos Kamba” (SILVA, 2012).

Por uma deficiência dos órgãos responsáveis pelas políticas para migrantes e indígenas em não estabelecerem diálogo com este povo; vergonha de si mesmo, e/ou por constrangimento para expor o que passaram e por serem estrangeiros, tornaram-se vulneráveis às condições de ilegalidade por medo de terem que retornar a seu país de origem.

Os Kamba em Corumbá/Brasil

Corumbá é um município da Região Centro-Oeste do Brasil, situado no estado de Mato Grosso do Sul, à margem esquerda do rio Paraguai, na fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Bolívia (situação conhecida como tríplice fronteira). Considerado historicamente o primeiro polo de desenvolvimento da região, abriga 60% do território pantaneiro, e é o 11º maior município em extensão territorial do Brasil (e o maior fora da região Norte), com aproximadamente 65 mil km². De acordo com estimativas do IBGE de 2020, possui uma população de aproximadamente 112 mil habitantes, sendo o terceiro município mais populoso de Mato Grosso do Sul, além de ser o 5º município fronteiriço mais populoso do Brasil.

Corumbá está conurbada com mais três cidades: Ladário, única cidade vizinha brasileira, além das cidades bolivianas de Puerto Suarez e Puerto Quijarro. Com isso existe uma rede urbana de cerca de 150.000 pessoas. A proximidade com a Bolívia, 15km até a fronteira seca com esse país, e a distância das demais cidades do Brasil traz grandes diferenciais culturais para essa cidade fronteiriça.

Tanto os Kamba, quanto uma pequena parcela destes que se autodenomina Camba-chiquitano – iremos discutir sobre este termo mais à frente – residem na periferia da cidade de Corumbá, no Reduto de São Francisco, e estão alocados nesta região desde a sua chegada em Corumbá, em meados do século XX. Entre os diversos fatores que influenciaram na vinda dos Kamba para a cidade de Corumbá, consideramos de suma importância a Ferrovia Santa Cruz de La Sierra (BOL) – Corumbá (BRA) (1939-1954); e as consequências da implantação das missões jesuíticas europeias fundadas pelos padres da Companhia de Jesus.

Levando em consideração as narrativas coletadas por Giovani José da Silva, os Kamba entrevistados temiam o desaparecimento do seu povo:

[...] Alguém que soubesse ouvir, escrever e depois divulgar a história dos Kamba, que, na opinião dele, irão desaparecer em breve... Isso porque, de acordo com o velho narrador, as gerações mais novas sequer se sabem indígenas, já nasceram em ambiente urbanizado, completamente sem

perspectivas de se fazerem Kamba-Chiquitano num meio hostil a “índios” e “estrangeiros” (SILVA, 2009, p. 37-38).

Desde que chegaram ao Brasil, os Kamba são vistos pelos não-índios como estrangeiros, seja pela população corumbaense ou mesmo pelo Estado brasileiro, dificultando o reconhecimento da identidade indígena desse povo no estado de Mato Grosso do Sul pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

Com relação à atuação da FUNAI sobre o reconhecimento dos Chiquitano em território brasileiro, Alda Lúcia M. de Souza nos diz que:

No Brasil, os Chiquitanos sempre foram reconhecidos pela população regional como “índios bolivianos”. Apenas recentemente, há cerca de 10 anos, o órgão indigenista oficial (FUNAI) reconheceu a existência dos Chiquitanos em território brasileiro (SOUZA, 2009, p. 11).

E é esta a situação em que se encontram os Kamba no território brasileiro: um grupo reconhecido como “índios bolivianos”, por terem migrado da Bolívia para o Brasil no século XX, sem reconhecimento oficial pela FUNAI como indígenas no Brasil, impedidos de usufruir de políticas públicas destinadas às comunidades indígenas brasileiras.

A partir desses pressupostos já elencados, iremos apresentar a partir de agora um breve panorama sobre os Kamba e o ordenamento jurídico internacional de direitos humanos.

A proteção internacional dos Direitos Humanos das minorias: índios e migrantes

A situação jurídica dos Kamba no Brasil demonstra as dificuldades encontradas pelos países em efetivar, em seus territórios, o compromisso assumido em âmbito internacional de garantir os direitos humanos, quando se torna país destinatário de migrantes, fazendo com que a igualdade material não seja realizada e que os estrangeiros sofram todas as formas de violações de direitos durante o processo de deslocamento e de permanência no país receptor.

O gozo de direitos fundamentais por estrangeiros enfrenta barreiras no Brasil de várias naturezas, seja pela: ausência, incompletude ou irregularidade dos documentos pessoais necessários para acesso a direitos por parte dos estrangeiros; dificuldade de comunicação com a sociedade local em virtude de diferenças das línguas; ou discriminação que estrangeiros em situação de vulnerabilidade social sofrem da sociedade que os recebe.

Segundo Antônio Cançado Trindade (2013, p. 7) em tempos da chamada “globalização”, “as fronteiras se abriram para o capital, bens e serviços, mas, infelizmente, se fecharam para os seres humanos”. O processo

de “globalização” que presume a ampla participação de todos, na verdade “esconde a fragmentação do mundo contemporâneo, e a exclusão e marginalização social de segmentos cada vez maiores da população”. Nesse mundo contemporâneo, convive lado a lado, o progresso material de uns e a exploração de muitos, principalmente de “imigrantes em situação irregular, prostituição forçada, tráfico infantil, trabalho forçado e escravo, em meio ao aumento da pobreza e da exclusão e marginalização social”.

A República Federativa do Brasil é signatária de tratados internacionais que reconhecem que há um núcleo de direitos humanos universais da pessoa humana e que independe da origem, raça ou etnia. O compromisso internacional assumido visa evitar a reprodução de violações de direitos humanos em função da dicotomia entre o interno e o externo. Segundo Flávia Piovesan (2013, p. 139), “ao longo da história, as mais graves violações aos direitos humanos tiveram como fundamento a dicotomia do eu versus o outro, em que a diversidade era captada como elemento para aniquilar direitos”.

A desconfiança e o medo daquilo que é diferente sempre foram combustíveis para atos de discriminação e segregação. No fenômeno migratório, essa máxima é igualmente válida. As maiores atrocidades cometidas contra a pessoa humana e violações a direitos fundamentais foram motivadas pela ideia de superioridade e de intolerância.

O arranjo internacional, portanto, criou um sistema global de proteção de direitos humanos que tem como fim precípua impedir a ocorrência de novas violações de direitos básicos do ser humano. Esse sistema tem como uma de suas premissas a igualdade formal entre os povos do globo, o que possibilita a garantia de direitos a todas as pessoas, sem qualquer tipo de distinção, independentemente de qualquer condição social, econômica ou política.

Antes de se pensar o ser humano como cidadão universal, entendia-se que o Estado somente tinha obrigação de salvaguardar direitos dos seus nacionais, sendo muito pouco, ou quase nada, os direitos que eram tutelados nas legislações domésticas aos estrangeiros. Entretanto, a nova concepção sobre o papel do Estado na tutela dos direitos universais do ser humano, surge para fazer um contraponto à antiga dicotomia existente entre Estado e cidadão, o qual governava todas as ações do Estado na proteção de direitos inerentes à pessoa. Assim, com a sistematização de um mecanismo de proteção dos direitos da pessoa humana, são introduzidos novos sujeitos no direito internacional e o papel dos Estados nacionais na tutela e respeito de garantias humanas é repensado, tornando-se a questão da proteção e do exercício de direitos fundamentais mais complexas.

A titularidade universal de certos direitos convencionados entre Estados signatários de tratados internacionais fez com que a pessoa humana tivesse um núcleo de direitos independentemente da nacionalidade ou do local de residência do seu titular, eliminando as diferenças entre os nacionais

e estrangeiros no tocante a viver em condições dignas, fazendo com que existisse a preocupação de proteção global e local dos sujeitos de direitos, bem como da possibilidade de se responsabilizar o Estado nacional de forma externa pelo descumprimento ou violações às garantias universais, pelos instrumentos de fiscalização e responsabilização internacionais.

A universalidade de direitos influi diretamente na questão migratória e nos direitos dos migrantes, uma vez que o Estado nacional assume a obrigação internacional de garantia e proteção dos direitos fundamentais universais de todos aqueles que estejam em seu território, não importando a origem, a situação jurídica, a cor, a raça ou a nacionalidade dos titulares desses direitos. Com a universalidade, o Estado assume a obrigação de proteger a dignidade da pessoa humana, o que implica em um dever de tutela dos direitos humanos através de proibições às condutas violadoras de direitos praticadas principalmente por particulares (DIMOULIS; MARTINS, 2011).

Há que se destacar que a universalidade ainda não é absoluta, pois há uma relativização dos direitos em função de critérios culturais e estágio de desenvolvimento do país. Tal visão é resultado do consenso de duas correntes: a universalista e a relativista (culturalista). A primeira reconhece o direito fundamental como universal e a segunda entende que os direitos civis e políticos são “expressões de ideologias e da cultura ocidental” e que, portanto, “deviam ser relativizados conforme o estágio de desenvolvimento e a tradição cultural de cada povo” (SILVEIRA, 2010, p. 239).

O artigo 5º da Declaração de Viena representa bem o consenso das duas correntes; na primeira parte apresenta a universalidade ao dizer: “todos os direitos do homem são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional tem de considerar globalmente os Direitos do homem, de forma justa e equitativa e com igual ênfase”. E a relativização, na segunda parte: “embora se devam ter sempre presente o significado das especificidades nacionais e regionais e os antecedentes históricos, culturais e religiosos, compete aos Estados, independentemente dos seus sistemas político, econômico e cultural, promover e proteger todos os Direitos do homem e liberdades fundamentais”.

A universalização sempre buscou a padronização dos direitos entre os povos, o que ocorreu quando se reconheceu internacionalmente como direito humano fundamental a “dignidade da pessoa humana”. Todavia a completude da interpretação do conceito de dignidade da pessoa humana é relativa, uma vez que é construída democraticamente por cada sociedade em conformidade com seus próprios valores culturais. Para Ingo Wolfgang Sarlet (2001, p. 134) a adoção da dignidade da pessoa humana como bem jurídico absoluto encontra-se em aberto, pois sua construção dependerá da vontade do intérprete em conformidade com um sentido cultural e socialmente vinculado.

a) Os Direitos Humanos das Minorias

Reconhecer que os direitos humanos devem ser vislumbrados como multiculturais implica na aceitação de que a discordância é essencial em uma sociedade democrática e que é “fator preponderante para os avanços do conhecimento, sendo os abalos das opiniões tradicionais necessários para a produção de respostas ou concepções novas ou mais abrangentes” (CARDOSO, 2010, p. 21).

A dignidade da pessoa humana em um Estado democrático pluralista tem por fundamento a liberdade de pensamento de cada pessoa humana e a possibilidade de manifestar seu pensamento e de lutar por viver segundo as suas próprias opiniões. O respeito ao pensamento de cada um convive com o respeito ao pensamento do outro, em equivalência de proteção. Nessa ótica, a autonomia e a liberdade individual não podem ser suprimidas pela vontade da maioria (NOVAIS, 2007).

O pluralismo propicia o respeito à diversidade e à preservação de culturas que não representam a maioria. A Declaração Universal da Diversidade Cultural da UNESCO declara que a diversidade cultural é patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras:

Artigo 1 – A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade. A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

A Declaração também prevê o pluralismo cultural como a resposta para a convivência das diversas identidades culturais:

Artigo 2 – Da diversidade cultural ao pluralismo cultural

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública.

O pluralismo e a diversidade cultural, na medida em que defendem a convivência e o respeito entre os diferentes, retoma a discussão sobre qual o mínimo fundamental de direito que a pessoa humana possui e que se encontra entre as acepções majoritárias e minoritárias e quais são os direitos que são culturais.

Flávia Piovesan afirma que o diálogo entre as culturas com respeito à diversidade e ao reconhecimento do outro, como ser pleno de dignidade e de direitos, é condição para a celebração de uma cultura dos direitos humanos, inspirada pela observância do “mínimo ético irredutível” alcançado por um universalismo de confluência e não de imposição (2008, p. 25). No mesmo sentido Antônio Augusto Cançado Trindade afirma que a universalidade é enriquecida pela diversidade cultural, a qual jamais pode ser invocada para justificar a denegação ou violação dos direitos humanos (1991, p. 54).

O mínimo existencial da pessoa humana congrega os direitos humanos de todos, justamente por serem humanos, independentemente da ideia de pertencimento a grupos majoritários ou minoritários e reside no reconhecimento do outro como ser pleno de dignidade e de direitos. Segundo Flávia Piovesan “o valor da dignidade da pessoa humana impõe-se como núcleo básico e informador de todo o ordenamento jurídico, como critério e parâmetro de valoração a orientar a interpretação e compreensão do sistema constitucional” (2003, p. 13).

Todavia, a evolução dos direitos humanos com o reconhecimento da diversidade cultural e da dignidade humana nos documentos internacionais não são suficientes para proporcionar a efetividade dos direitos às minorias. Segundo Antônio Augusto Cançado Trindade (2003, p. 313):

[...] o recrudescimento das diferenças, em um mundo cada vez mais transparente, parece haver realçado em nossos dias a importância da questão da proteção das minorias (culturais, étnicas, linguísticas, religiosas, dentre outras) e sua condição como resultado de distintas formas, inaceitáveis, de dominação e exclusão (cultural, política, econômica, social e até mesmo legal). É inegável que o fato de pertencer a uma minoria e.g., étnica ou religiosa – às vezes, e não raro, se torna uma fonte de insegurança pessoal, como ilustra o crescimento e agravamento da xenofobia em diferentes partes do mundo.

Surge, portanto, nesse complexo cenário, uma nova discussão sobre a real efetividade na proteção aos direitos fundamentais garantidos a determinados grupos de pessoas, chamados de “minorias”. Segundo Ingo Wolfgang Sarlet (2012), na primeira fase de reconhecimento, o princípio da igualdade corresponderia à noção de que todos seriam iguais independentemente do conteúdo do tratamento dispensado e das condições e circunstâncias pessoais, razão pela qual, nesta perspectiva, o princípio da

igualdade de certo modo correspondia à exigência da generalidade e prevalência da lei, típica do estudo constitucional de matriz liberal.

Os tratados internacionais, ao declarar direitos com fundamento na igualdade, o fazem formalmente, uma vez que, para o direito, as pessoas são iguais sendo irrelevante a origem, etnia, cor da pele, sexo, condição social. Todavia, o que se vê é que muitas pessoas não usufruem da igualdade porque estão em condições de vulnerabilidade social que as impedem de exercer a sua autonomia e se tornam vítimas de tratamentos degradantes e desumanos.

A constatação do descompasso entre a igualdade declarada nos documentos internacionais e a vivenciada diuturnamente pelas pessoas, fez com que fosse atribuído o sentido material à dignidade humana. Conforme Ingo Wolfgang Sarlet (2012):

A atribuição de um sentido material à dignidade, que não deixou de ser também uma igualdade de todos perante a lei, foi uma reação à percepção de que a igualdade formal não afastava, por si só, situações de injustiças, além de se afirmar a exigência de que o próprio conteúdo da lei deveria ser igualitário, de modo que de uma igualdade perante a lei e não da aplicação da lei, se migrou para uma igualdade também na lei. Igualdade em sentido material, além, disso, significa a proibição de tratamentos arbitrários, ou seja, a vedação de utilização, para efeito de estabelecer as relações de igualdade e desigualdade, de critérios intrinsecamente injustos e violadores da dignidade da pessoa humana, de tal sorte que a igualdade, já agora na segunda fase de sua compreensão na seara jurídico-constitucional, opera como exigência de critérios razoáveis e justos para determinados tratamentos desiguais.

A atribuição do sentido material à igualdade tem como pressuposto a visão do sujeito titular de direitos com suas peculiaridades e particularidades. Para Gilmar Ferreira Mendes “pensar a igualdade segundo o valor da fraternidade significa ter em mente as diferenças e as particularidades humanas em todos os aspectos”. E continua: “a tolerância, segundo o princípio da igualdade, exige a consideração do outro respeitando as suas peculiaridades e idiossincrasias. A igualdade só pode ser igualdade numa sociedade pluralista quando há reconhecimento do direito à diferença e, em consequência, aceitação das minorias” (MENDES, s/d, p. 5).

A compreensão do direito à diferença demanda a delimitação dos grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade, para identificar, com precisão, quais são os direitos que a estes devem ser garantidos, uma vez que, tratar o ser humano com igualdade, mas de modo genérico, tornou-se ineficiente. Para que ocorra a efetiva proteção de direitos, há a necessidade de um olhar específico para cada sujeito de direitos fundamentais, em suas peculiaridades, a fim de ser delimitado quais são as suas maiores necessidades, e supri-las, a fim de se construir uma sociedade mais justa.

Os Kamba são indígenas migrantes que se encontram há mais de cinquenta anos em território brasileiro e que até agora não receberam a atenção necessária do governo, não existindo uma política pública que os atenda enquanto migrantes ou indígenas, fazendo com que vivam em situação de vulnerabilidade social em uma área onde funcionava o lixão da cidade, sem o mínimo de infraestrutura, marginalizados em uma sociedade discriminatória.

b) Os Direitos Humanos dos Indígenas

A República Federativa do Brasil é signatária da Convenção 169 da OIT que ingressou no nosso ordenamento jurídico pelo Decreto Legislativo n. 143, de 20 de junho de 2002 e que estabelece no artigo 3º que “os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação”.

A convenção fixa como sujeitos de direitos: i.: os povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial, e ii.: aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas (artigo 1º).

Estudos antropológicos afirmam que os Kamba são índios bolivianos, enquadrando-se no art. 1º da Convenção, todavia não se encontram em seu país de origem e sim em território estrangeiro, na fronteira entre Brasil/Bolívia, vivendo em núcleo urbano e já possuem descendentes brasileiros, o que dificulta, diante da sociedade que os discrimina, o exercício de direitos como indígenas.

Pelo compromisso internacional, o governo brasileiro assumiu a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos dos indígenas e a garantir o respeito pela sua integridade (art. 2º). Essa ação inclui medidas:

Que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população;

Que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições;

Que ajudem os membros dos povos interessados a eliminar as diferenças socioeconômicas que possam existir entre os membros indígenas e os demais membros da comunidade nacional, de maneira compatível com suas aspirações e formas de vida.

As normas citadas estabelecem formas de proteção relacionadas à diversidade e igualdade material e, ao mesmo tempo em que reconhece as diferenças culturais dos indígenas, estende-lhes os direitos sociais previstos na legislação pátria para os nacionais.

A Convenção protege os valores e práticas sociais, culturais, religiosas e espirituais próprios dos indígenas e fixa como diretriz a adoção de políticas públicas que levem em consideração os problemas que lhes sejam apresentados, tanto coletiva como individualmente, bem como a participação e cooperação dos indígenas, na adoção de medidas voltadas a aliviar as dificuldades experimentadas ao enfrentarem novas condições de vida e de trabalho (art. 5º).

Pela Convenção, o requisito para o reconhecimento dos indígenas é a autoidentificação, e por este critério, a pessoa precisa se reconhecer como indígena para se tornar sujeito de direitos, ainda que o autorreconhecimento seja verificado por alguém que recebeu a competência de analisar a qualidade de indígena ou não, que no Brasil é realizada por antropólogos a serviço da FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Nesse ponto, tem-se que nos estudos encomendados pela FUNAI, os Kamba foram reconhecidos como indígenas, todavia nos estudos de campo desenvolvidos, muitos não se reconhecem como indígenas e como já existem muitos descendentes nascidos no Brasil, há preferência de alguns em serem brasileiros não indígenas.

A ausência de unanimidade da consciência da identidade indígena entre os Kamba e a demora no reconhecimento oficial da FUNAI, faz com que eles não sejam incluídos em uma política pública específica, o que compromete direitos garantidos nos tratados internacionais como da autodeterminação e autogoverno, fazendo com que permaneçam na invisibilidade, enquanto indígenas.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas afirma o direito à autodeterminação, devolvendo aos indígenas o direito de buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como de autogoverno em relação aos assuntos internos e locais bem como de disporem de meios para financiar suas funções autônomas. Tal determinação retira a visão equivocada de incapacidade ou capacidade parcial

do indígena dependente de um órgão curador que realize a sua proteção e que realize a mediação das suas relações com os nacionais (artigos 3º e 4º).

Pelo artigo 5º, os povos indígenas têm direito de conservar as suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, ao mesmo tempo em que têm direito de participar plenamente, caso o desejem, da vida política, econômica, social e cultural do Estado.

O fato de os Kamba estarem em uma área urbana desde que cruzaram a fronteira também dificulta o seu reconhecimento como indígenas, pois o “modelo” jurídico de indígena no Brasil é daquele que vive aldeado em terras tradicionalmente ocupadas pelos seus ascendentes.

Conclusão

A fronteira é, de fato, vivida por seus habitantes como um espaço contínuo de tráfego de pessoas, mercadorias, conhecimentos e tradições, ou seja, são coletividades que se vinculam através da linha divisória entre os países e que muitas vezes desconhecem os conceitos jurídicos de territorialidade.

Os Kamba são considerados “índios bolivianos”, embora nas entrevistas realizadas se encontrem duas dicotomias: índio/não índio e brasileiro/boliviano. É comum a geração que nasceu em solo brasileiro e que descende dos migrantes se autodeclarar brasileiros e tentar a integração e não o reconhecimento das diferenças, situação que dificulta o reconhecimento da etnia, vez que a normativa internacional vigente defende a autoidentificação e o reconhecimento de uma consciência da identidade indígena.

Os Kamba também não se encaixam no modelo jurídico tradicional brasileiro representado pelo indígena em aldeias rurais, que vive em terras tradicionalmente ocupadas pelos seus ascendentes, considerados povos pré-colombianos, pois são migrantes que cruzaram a fronteira e se estabeleceram em uma área urbana e passaram a viver como migrantes e não como índios.

Para serem destinatários de políticas públicas de direitos humanos e exercerem plenamente os direitos de autodeterminação e autogoverno, os Kamba precisam ser reconhecidos pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI como indígenas, situação que não ocorreu até o presente momento, embora tenha existido um estudo antropológico no passado em que o parecer foi pelo reconhecimento como indígenas.

Da mesma forma, os Kamba também não são destinatários de políticas públicas específicas para migrantes, estando desde a vinda para o país em condição de vulnerabilidade social, ocupando uma área onde funcionava o lixão da cidade, sendo vítimas de discriminação e exploração pela sociedade local.

A omissão do Estado brasileiro em reconhecer os Kamba como indígenas e, portanto, sujeitos de direitos com políticas públicas específicas,

compromete a manutenção da identidade indígena e o exercício de direitos humanos básicos pertencentes ao sistema global de direitos humanos.

A falta de uma política pública nacional para os migrantes também os sujeita a condições de vulnerabilidade social, pois não há uma política de acolhimento e garantia mínima de direitos. O migrante em situação de vulnerabilidade social disputa da insuficiente infraestrutura de serviços com os nacionais, ao mesmo tempo em que são vítimas de violações de direitos humanos, tais como exploração sexual e trabalho em condições análogas a de escravo.

Embora a República Federativa do Brasil seja signatária de tratados internacionais sobre direitos humanos que reconhecem os direitos da pessoa humana independente de origem e etnia, bem como das minorias e suas diversidades culturais, o que verificamos em relação aos Kamba é a sua invisibilidade social como consequência da negativa dos direitos humanos básicos e que exige com urgência a inclusão dessa etnia em uma política pública de minoria.

Referências

AGUILERA URQUIZA, A.H. **Antropologia e História dos povos indígenas em MS**. Campo Grande: Ed. UFMS. 2016.

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza, UFC, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia)

AMARAL, Ana Paula M., CARVALHO, Luciani C. **Direito do Estrangeiro ao Sistema Único de Saúde: Um olhar para as fronteiras de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2013.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CARDOSO, Alenilton da Silva. A proteção das minorias na fixação do mínimo ético sobre direitos humanos. In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira da. **Estudos e debates em direitos humanos**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & BAINES, Stephen (Org.). **Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras**. Brasília, Editora UNB. 2005.

CASTLES, Stephen. **Globalização, Transnacionalismo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados a migrações globais**. Lisboa: fim de século, 2005.

COSTA, Edgar Aparecido. COSTA, Gustavo Vilela Lima, OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado. (org.) **Estudos Fronteiriços**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2010.

COSTA, Edgar Aparecido. SILVA, Giane Aparecida Moura, OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado. (org.) **Despertar para a fronteira**. Campo Grande: Ed. UFMS 2009.

- COSTA, Gustavo, Vilela Lima. OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado, SIQUEIRA, Kiase Moraes. (org). **Fronteiras: Conflitos, Integração e Políticas Públicas**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011.
- DELGADO, Paulo Sérgio, SILVA, Ruth Henrique. **Constructos identitários e territorialidade: ser ou não ser Camba no Brasil**. In: Revista Ibero-americana XI, 42; 2011. Pg. 127-141;
- DIMOULIS, Dimitri. MARTINS, Leonardo. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. 3º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- FARIAS, Adriano Lúcio Bezerra. **Migração e presença Camba-Chiquitano em Mato Grosso do Sul: fronteira, práticas culturais e construções identitárias**. Trabalho científico apresentado no VI Congresso Internacional de História. ISSN 21764446, 2013.
- MENDES, Gilmar Ferreira. **A jurisdição constitucional no Brasil e seu significado para a liberdade e igualdade**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaartigo/discursos/anexo/munster_port.pdf> . Acesso: 13 mai. 2015.
- NOVAIS, Jorge Reis. Direitos como trunfos contra a maioria. IN CLÉVE, Clemérson Merlin; SARLET, Ingo Wolfgang; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho (Coords.). **Direitos humanos e democracia**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Trabalho. **Revista da AMATRA II**, São Paulo, 2003.
- PIOVESAN, Flávia. Migrantes sob a perspectiva dos direitos humanos. **Revista Diversitas**. Março/setembro. São Paulo: USP, 2013.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2001.
- SARLET, Ingo Wolfgang. MARINONI, Luiz Guilherme. MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Prefácio de Pierre Bourdieu; tradução Cristina Muracho. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1998.
- SILVA, Giovani José da. **Identidades cambiantes: os Kamba na fronteira Brasil-Bolívia**. Goiânia, Editoria UFG, 2012.
- SILVEIRA, Vladimir Oliveira da. **Direitos humanos: conceitos, significados e funções**. São Paulo Saraiva, 2010.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A proteção internacional dos Direitos Humanos no limiar do novo século e as perspectivas brasileiras**. São Paulo: Saraiva, 1991.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos Direitos humanos**. V. 3. 2. ed. rev. atual. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2003.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Voto Concurrente del Juez A.A. Cançado Trindade**. Condición jurídica y derechos de los migrantes indocumentados. Opinião consultiva OC-18/03. Disponível em: Opinión Consultiva OC-18/03."Condición Jurídica y Derechos de los migrantes indocumentados", 2003 (acnur.org) Acesso: 14 mai 2015.

A sistemática peculiar de funcionamento das fronteiras e a proteção da infância e juventude no universo da criminalidade transnacional

Ludmila de Paula Castro Silva¹

Introdução

A fronteira de um país é um campo muito interessante de trabalho e de vivência, merecendo sair dos fóruns de julgamento de processos, onde aparece somente a ponta do *iceberg*, e alcançar a dialeticidade da seara acadêmica para, enriquecida a discussão, ressoar nas manifestações parlamentares e nos debates e decisões políticas. Essa demanda decorre da existência de um limbo de integração entre os espaços de conhecimento das autoridades públicas, catedráticos e instituições de poder do Brasil.

Abordando a realidade do viver transfronteiriço no Mato Grosso do Sul, no ensejo do desenvolvimento do trabalho junto ao Ministério Público nos municípios de Ponta Porã-MS e Corumbá-MS, é possível verificar que o foco do combate à criminalidade pelas instituições competentes está voltado ao tráfico de drogas, crime grave que, de fato, deve ser objeto de repressão. Ao tempo em que esse olhar é relevante, também padece de uma cegueira sobre os diversos males que permeiam as regiões de fronteiras.

Nesses meandros, dada a virtualidade da divisão fronteiriça, a mobilidade das pessoas e de mercadorias de um país para outro sequer é notada como transposição internacional. Sem necessidade de identificação ou registro em órgãos migratórios, muitos cidadãos residem em um país e trabalham em outro, crianças moram em um lado e estudam em outro. As relações entre indivíduos de nacionalidades diversas se tornam mais próximas, os casamentos entre eles são mais frequentes, os serviços de saúde, assistência e educação são compartilhados – no plano efetivo, ainda que não seja uma política pública planejada – e a miscigenação faz emergir uma

¹ Doutora em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, titular da 7ª Promotoria de Justiça de Corumbá-MS, atualmente Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça. Professora da Escola de Direito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e do Curso de Pós-graduação em Segurança Pública e Fronteiras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, *campus* Dourados. E-mail: ludmilacastro_fadir@hotmail.com.

cultura peculiar, aspectos estes positivos no que concerne à integração humana e à universalização dos direitos.

Noutra perspectiva, a predação aparece nas entranhas da aproximação com a criminalidade fronteiriça, máxime pela incidência veemente dos crimes de tráfico de armas, drogas e pessoas, além do contrabando de migrantes e bens, que ganham terreno fecundo e propício à impunidade. Isso porque, se de uma banda há facilidade de transposição do crime para outro país, de outra, tem-se a extrema dificuldade de alcance da investigação criminal para além das fronteiras nacionais. Por consectário, surgem obstáculos à efetividade do exercício da jurisdição pelos países envolvidos na sucessão de atos praticados pelo criminoso para atingir o fim desejado – o *iter criminis*.

O fluxo de trocas comerciais por intermédio das fronteiras, nem sempre movido por razões lícitas e com pretensões gananciosas, encontrou a proposta impecável para a ostensiva formação e atuação de organizações criminosas no espaço fronteiriço justamente na ausência de barreiras protecionistas e na fiscalização deficiente nas áreas de fronteiras pelos Estados envolvidos.

Com a imensidão de riquezas culturais da região fronteiriça, coadunadas à integração econômica, circulação de pessoas, mercadorias e capitais entre os países vizinhos, onde se tem muitos pontos de encontro de cidades gêmeas², por certo emergem diversas problemáticas envolvendo crianças e adolescentes, dentre as quais as nuances da dupla nacionalidade, a exploração sexual, o trabalho infantil, o tráfico de drogas e de pessoas para seus diversos fins etc.

Como premissa essencial, deve-se atentar para uma dinâmica própria de proteção da criança e adolescente em região de fronteira a fim de resguardar seus interesses em proporção ideal ao incremento dos riscos gerados por essa intensa movimentação e miscigenação entre territórios com soberanias diversas.

Por conseguinte, nesta oportunidade, pretende-se examinar alguns aspectos que dificultam o trabalho articulado voltado à visão concentrada na infância e juventude em espaços transfronteiriços, com ênfase na fronteira entre Brasil e Bolívia, especificamente na intersecção entre Corumbá e Puerto Quijarro. Dignas de destaque são algumas características que aparecem, de modo latente, no cenário dos fóruns de julgamento, mas que estão revestidas de problemas afetos à segurança e dilemas sociais e comunitários, obstaculizando a atuação proativa das autoridades públicas.

² Adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira internacional, onde há integração e interdependência entre eles.

A sistemática peculiar de funcionamento das fronteiras

O aumento da população mundial, dos meios de telecomunicação e de transportes veio acompanhado do incremento das desigualdades econômicas, da pobreza e da marginalização social. As facilidades de intercâmbio de informações geram curiosidade sobre o que está além da fronteira nacional, expandindo a vontade migratória, abastecida pelo sonho de uma vida melhor naquela pessoa que vê de longe a representação do sucesso em outro lugar.

A fronteira, além do caráter geográfico demarcado por linhas físicas limitadoras, reveste-se de um patamar abstrato, em que não há barreiras atreladas a distâncias, intempéries ou insegurança extrema, transformando-se em um espaço simbólico. Nota-se a existência de um regime de complementaridade e interculturalidade nas regiões de fronteira, caracterizado pela dualidade de cidades, ditas gêmeas, unidas pela origem; dois povos, com línguas diferentes, mas ligados por laços de costumes, relações de amizade e parentesco que se misturam uma na outra³.

A dinâmica das fronteiras apresenta-se acompanhada das construções sociais que as tangenciam e cercam, pressupondo a análise conglobante e convergente à reflexão sobre as políticas de integração regional em multiníveis (sociais, culturais e educacionais). As lacunas territoriais que envolvem os acidentes geográficos das regiões de fronteira restam superadas pelo desenvolvimento da infraestrutura, mitigando distâncias e maximizando miscigenações⁴.

Trata-se, pois, de um lugar de trânsito, de passagem, de comunicação para as populações locais e, sobretudo, de convivência e empréstimos culturais que acabam por criar uma cultura transfronteiriça própria. As crescentes mudanças no mundo moderno e no comportamento humano mostram, de forma cada vez mais clara, que a fronteira deixa de ser algo estático e passa a ser um fenômeno. As pluralidades culturais amalgamadas interferem no olhar sobre a realidade, permeada por relações informais que flertam entre o lícito e o ilícito, e, dada a relativização da concepção daquilo

³ FIGUEIREDO, Luiza Vieira Sá de. *Direitos sociais e políticas públicas transfronteiriças: a fronteira Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia*. Curitiba: CRV, 2013. p. 48.

⁴ ODDONE, Nahuel; PAULUK, Mariano. Sem cruzar a fronteira não há integração: Monte Caseros, Bella União e Barra do Quaraí no diálogo regional. In: LUDWIG, Fernando José; BARROS, Luciano Stremel (org.). *(Re)definições das fronteiras: desenvolvimento, segurança e integração*. Foz do Iguaçu: Idesf, 2020. v. IV.

que é proibido ou permitido em lei, alcança-se a *ultima ratio* de atuação do Estado, qual seja, o direito penal⁵.

Apartando a suscetibilidade às ilicitudes, o efeito-fronteira traz o ambiente natural e concreto para as articulações de integração entre Estados-nação, mediante intenso trânsito de informação, comunicação e interatividade com complementaridades variadas e dinâmicas, formando um conceito cambiável e flexível. Na América do Sul, as fronteiras entre os países podem ser caracterizadas por porosidade, ambiguidades, contradições, permeabilidade e mutabilidade⁶.

Isso designa que os habitantes de regiões fronteiriças enxergam com naturalidade o intercâmbio das identidades nacionais, principalmente quando se torna comum que os residentes locais tenham dupla nacionalidade. Entretanto, a simbiose, constantemente, também é regada por processos competitivos e excludentes, máxime quando há desigualdade econômica significativa entre os países e os serviços públicos de saúde, assistência e educação ofertados, bem como quando empregos são escassos em um deles ou em ambos.

Emergem neste ponto o resgate do nacionalismo e a constatação de xenofobia por parte de cidadãos e de representantes estatais, que desejam proteger os bens que podem faltar caso sejam compartilhados com estrangeiros. Posicionando os direitos humanos e fundamentais como preceitos caros e inerentes aos seres humanos, o êxito na análise científica da cultura transfronteiriça conduz a um desacordo razoável diante da elasticidade da concepção da população local quanto aos valores de igualdade, identidade, alteridade e dignidade da pessoa.

A migração das pessoas pelas fronteiras entre os países demanda a análise do regime fronteiriço de cada região e do fenômeno da criminalidade que o circunda, permeado pelo ambiente de permissividade com práticas criminosas conjugadas e habituais. Exemplificando a questão, pode-se citar o crime de tráfico de drogas por si ou acompanhado de outros delitos. O tráfico de pequenas quantidades de entorpecentes praticado por pessoas vulneráveis, inclusive menores de idade, apresenta-se como um fenômeno corriqueiro nas cidades fronteiriças brasileiras.

Observa-se ser extremamente raro que o indivíduo preso identifique os arquitetos do crime e claramente comum que os criminosos se valham de menores para amplificar seus ganhos ilícitos. Tais aspectos tornam complexa a

⁵ SILVA, Ludmila de Paula Castro; SOARES, Marina Borges. *O microsistema de funcionalidade das fronteiras e a adaptabilidade no enfrentamento da criminalidade organizada*, cit., p. 438-454.

⁶ PEREIRA, Cícero Rufino. *Direitos humanos fundamentais: o tráfico de pessoas e a fronteira*. São Paulo: LTr, 2015. p. 29-31.

produção probatória para se chegar à conclusão de que se está diante de uma vítima-delinquente que, sempiternamente, tem que cometer crimes para ganhar novamente sua liberdade, seja ela física ou decorrente de dívidas de drogas.

Assim também a orquestra segue tocando em relação ao contrabando de migrantes com utilização de documentos falsificados ou falsa identidade, ao sequestro ou cárcere privado, cumulado com rufianismo e outros. Outro exemplo é a evasão de divisas, com fins de lavagem de dinheiro, que encontra ressonância na técnica do dólar-cabo, designada como uma operação de câmbio informal, ou seja, transferência de recursos realizada fora dos mecanismos oficiais de registro e controle, em que uma pessoa entrega valores a outra em um país e recebe o correspondente valor, na mesma ou em outra moeda, no outro país.

Nesse ponto, dada a sua inerente condição de vulnerabilidade, vale colocar destaque sobre a constante e irrestrita passagens de crianças e adolescentes, desacompanhadas ou acompanhadas de pessoas que não são seus responsáveis legais nem estão autorizadas por estes, por fronteiras brasileiras, secas ou úmidas, sem qualquer fiscalização documental. Não se trata de preocupação observada somente no Brasil ou em seus países fronteiriços, entretanto, a imensa extensão de fronteiras deste potencializa a dinâmica de transposição de menores por pontos sem controle entre os países. O Mato Grosso do Sul é um importante estado nesse cenário diante dos intensos fluxos propiciados por sua proximidade com a Bolívia e o Paraguai.

A fronteira e o fenômeno da criminalidade transnacional

O Brasil tem mais de 8.500.000 quilômetros quadrados e faz fronteira com o departamento da Guiana Francesa e nove países, todos os países da América do Sul, com exceção do Chile e do Equador, totalizando 16.885 quilômetros de área fronteiriça, o que posiciona o país com a qualificação de terceira maior fronteira terrestre do mundo, atrás apenas da China e da Rússia.

No que concerne à extensão das fronteiras que o Brasil compartilha com outros países, cumpre dizer que perfazem a seguinte medição em quilometragem: 1261 km com a Argentina; 3423 km com a Bolívia; 1644 km com a Colômbia; 730 km com a Guiana Francesa; 1606 km com a Guiana; 1365 km com o Paraguai; 2995 km com o Peru; 593 km com Suriname; 1068 km com o Uruguai; 2200 km com a Venezuela.⁷

As conurbações internacionais de um país, viabilizadas por cidades denominadas gêmeas, coincidem com espaços ricos em experiências de agregamento cultural, matrimonial, social e turístico. A complexidade

⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fronteiras_do_Brasil. Acesso em: 09 fev. 2022.

espacial dessas cidades, regada a novas formas de segmentação social, reorganizam as expectativas de interação entre as categorias sociais, funcionando como polos de integração transnacionais, mediados pela mobilidade entre as fronteiras nacionais⁸.

A aproximação dos conceitos entre fronteira e limite geográfico de um país constitui um argumento para o exercício pleno do poder soberano sobre seu próprio território em concomitância à fixação de marco cartográfico para restrição do poder de outro Estado. A delimitação territorial foi objeto e objetivo de diversas guerras, simbolizando para os vencedores a supremacia de um povo e para os derrotados a submissão ao poderio de outrem. Representa, ainda, a capacidade de autogestão e governança de seu território.

A fluidez das interações sociais e a mobilidade das coisas e seres humanos contribuíram para a revisão do conceito de fronteira e ampliaram a necessidade de controle dos perímetros fronteiriços, que desde muito tempo figuram nas agendas de políticas públicas dos países. A intensificação comercial e o desenvolvimento global e tecnológico, infelizmente, foram acompanhados pelas mazelas sociais, estabelecendo o nexos lógico entre o aumento das desigualdades humanas e os riscos da migração para sobrevivência, ou expectativa desta, em outro lugar, seja em decorrência de tragédias ambientais ou por circunstâncias pessoais.

O fenômeno da criminalidade transnacional acompanhou a mobilidade humana, e os agentes dedicados às atividades ilícitas aproveitaram o espaço de instabilidade, ambiguidade e disputa de poder que permeia a fronteira para fazer seu reduto privilegiado de passagem e violação assídua de direitos humanos e fundamentais.

A criminalidade transnacional há muito se vale das fronteiras e do abrigo confortável que a incipiência do controle e cooperação jurídica internacional proporciona⁹. Não se trata de característica somente da atualidade, quando se memora que o tráfico de escravos no Atlântico, a maior

⁸ BRAGA, Andrea da Costa. *A espacialização de trocas multiculturais em conurbações internacionais da fronteira Brasil-Uruguai*: uma investigação através de padrões espaciais. 2013. 567 f. Tese (Doutorado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_7c51f338995ccd03132088e144d43600. Acesso em: 11 fev. 2021.

⁹ DEVEILLE-FONTINHA, Carla. O papel do juiz ou procurador de ligação no desenvolvimento da cooperação judicial internacional: ponto de vista do magistrado de ligação francês no Brasil. In: BRASIL. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional. *Temas de cooperação internacional*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: MPF, 2016. v. 2. p. 127-132; p. 130. Disponível em: <https://memorial.mpf.mp.br/es/vitrine-virtual/publicacoes/temas-de-cooperacao-internacional-2a-edicao-revista-e-ampliada>. Acesso em: 15 jun. 2021.

e mais continuada migração forçada por via marítima em toda a história humana, com seu auge nos idos de 1780, inseriu um capítulo na história de longas viagens, com travessias por fronteiras secas e úmidas, sem qualquer controle migratório¹⁰.

Vale lembrar que o contrabando de café e uísque já foi atividade extremamente lucrativa nos entremeios entre Brasil e Paraguai na década de 1970, com o viés de sonegação de impostos¹¹. Enquanto saíam do território brasileiro, mormente partindo de Ponta Porã-MS, caminhões e aviões carregados de café, regressavam estes com uísque, e assim produziram um ciclo recíproco de ganhos ilícitos.

Mais adiante, percebendo as rotas livres e bem delineadas, além da admiração pelo sucesso do cartel de Medellín liderado por Pablo Escobar, na Colômbia, alguns contrabandistas de grãos, na década de 1980, vislumbraram a potencialização da usura com o tráfico de cocaína. Sem produção no Brasil da droga, iniciou-se outro ciclo: os “empresários” - traficantes - remetiam para Colômbia, por vias terrestres (tendo a Bolívia como país de trânsito) ou aéreas, alguns produtos componentes da cocaína, quais sejam éter, acetona e ácido clorídrico; retornando abastecidos de cocaína¹².

Ao longo da consolidação desses corredores de contrabando e tráfico de drogas, formou-se uma cultura de naturalização da criminalidade fronteiriça, de modo que os habitantes locais convivem, ainda hoje, com certa dose de tranquilidade de espírito quando se trata de mortes decorrentes de rivalidades do tráfico e de seu poder inerente, muitas delas ocorridas à luz do dia e do cotidiano da comunidade. Como fruto dessa permissividade, impera o silêncio das pessoas que, mesmo que testemunhem os fatos, se mantém em remanso e clausura para não se comprometer ou a seus familiares.

Assombra mais ainda a constatação de que muitos vivem em estado de paz e convivência com a exploração sexual, principalmente de mulheres, por entender equivocadamente que se trata de livre exercício da prostituição, entendida como meramente imoral, sem qualquer enfrentamento sob a égide de problema social.

Incrementando o espanto, observa-se, até mesmo com ar de conformismo, que crianças e adolescentes sejam aliciados à prostituição. Atualmente, esse aliciamento de menores (*children grooming*) em busca de benefícios sexuais tem seus tentáculos potencializados pela utilização da internet. Seja no espaço virtual

¹⁰ GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. p. 223.

¹¹ ABREU, Allan de. *Cocaína: a rota caipira. O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2017.

¹² ABREU, Allan de. *Cabeça Branca: a caçada ao maior narcotraficante do Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

ou pela fluidez das regiões fronteiriças, a problemática posta extravasa os limites territoriais dos países e alcança o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, ainda que seja com a sutil passagem pela fronteira simbólica entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, entre Corumbá e Puerto Quijarro, entre Coronel Sapucaia e Capitán Bado, entre Paranhos e Ypejhú, entre Porto Murtinho e Capitán Carmelo Peralta, e outras tantas cidades-gêmeas em outros estados da federação.

Paradoxalmente à simplicidade da transposição de fronteiras pelas pessoas e os crimes que com elas caminham, vislumbra-se uma profunda deficiência no estabelecimento de conexões de investigações criminais e de políticas públicas entre países tão próximos geograficamente, mas tão distantes no que tange à colaboração entre as autoridades e atuação conjunta e coordenada no combate à criminalidade transfronteiriça, o que dificulta a eficiência do trabalho condizente com a realidade de fronteira.

A proteção da infância e juventude no espaço fronteiriço

Simetricamente, as intempéries alcançam a esfera de proteção e assistência às crianças e adolescentes eventualmente vítimas da ação de criminosos, seja para que funcionem como transportadores de drogas e armas (“mulas do tráfico”), seja para que sirvam de objeto sexual a serviço de aliciadores e exploradores.

A incipiência de políticas públicas comuns e concatenadas entre os estados da federação acarreta desorganização e ganha justificativa confortável na árdua tarefa de centralizar informações diante da dimensão continental do Brasil, onde, por exemplo, pode-se ter uma identificação registral em cada estado da federação sem centralidade das informações.

Impende analisar a existência de gargalos antepostos para a implementação de políticas públicas pelo Brasil e países vizinhos tendentes a viabilizar o pertinente cumprimento das leis e diplomas internacionais na região de fronteira no sentido de potencializar a proteção dos direitos humanos. A problemática transcende os meandros da escassez de recursos financeiros do Estado para investimento na segurança pública e efetivação de outros direitos sociais, bem como ultrapassa outros fatores ligados à miserabilidade da população e à corrupção.

Somado a estes fatores, os instrumentos de colaboração e cooperação internacional ainda têm acanhada aplicabilidade, concedendo a impressão de que não são tratados com a devida respeitabilidade pelos países envolvidos. A título exemplificativo, apesar da existência de comitês binacionais entre

Brasil e Bolívia¹³ e outros em construção¹⁴, não se observa um trabalho que corresponda às necessidades imediatas da população fronteiriça, o que se afirma sem menosprezar os esforços consistentes na realização de eventos e ações conjuntas, todavia, extrai-se que estes são pontuais e desacompanhados da continuidade da política pública, imprescindível para resguardo dos direitos correspondentes. Em verdade, não há engajamento suficiente em termos de relações internacionais, sejam elas diplomáticas ou intergovernamentais.

Observando a lógica da fronteira entre Brasil e Bolívia, ainda que se tenha a pretensão de instituir e fazer cumprir acordos binacionais e outros de alcance regional da integração do Mercosul, nota-se, no plano efetivo, uma proteção deficiente em diversos campos, dentre os quais a temática de amparo e cuidado de crianças e adolescentes.

Situada a problemática, parte-se para o estudo de uma vertente que pode trazer alguma resposta efetiva. Se é plausível afirmar que esta sistemática favorece um mercado de interesses escusos de investidores criminosos, incrementado também pelo reduzido nível de conscientização da própria população local ao não vislumbrar a gravidade da violação de direitos das crianças e adolescentes, uma das vias para as autoridades locais está justamente no processo de educação e formação cultural.

Desde a escolarização básica, profissionalizante e universitária pode ser formado um ciclo de aprendizado a irradiar efeitos para vários setores da sociedade, gerando um espaço de convivência de valores protetivos à infância e juventude, na mão contrária à indiferença ou à naturalização da violação de direitos. Deste modo, o cidadão pode se tornar consciente de sua dignidade e daquela que pertence ao próximo, entendendo que a sua própria resta desrespeitada quando ocorre qualquer transgressão de um direito humano.

¹³ Comitê para fortalecimento das ações de vigilância, prevenção e controle da raiva e da dengue e Comitê da Saúde.

¹⁴ Em 17 de agosto de 2017, o Gabinete Binacional de Segurança Bolívia-Brasil propôs, durante a primeira reunião entre autoridades dos dois países, na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra, a cooperação entre as forças de segurança e inteligência e entre as forças armadas dos dois países; a implementação da Declaração de Brasília sobre segurança nas fronteiras, acordada entre a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, e que trata de objetivos prioritários e diretrizes para o desenvolvimento de ações coordenadas nessa região; e a cooperação na área policial e de defesa, como controle do tráfego aéreo. O gabinete foi criado para discutir medidas de proteção das fronteiras entre os dois países, que se estendem por 3.400 quilômetros (km), com vistas ao combate às organizações criminosas transnacionais, ao narcotráfico, ao tráfico de pessoas e armas, além do contrabando, lavagem de dinheiro e outros crimes. Disponível em: <<http://istoe.com.br/brasil-e-bolivia-acertam-cooperacao-entre-forcas-de-seguranca-e-armadas/>>. Acesso em: 09 set. 2019.

Feitas tais considerações, a título de demonstração da ideia, sem descurar do sucesso de outros projetos desenvolvidos por órgãos de proteção da infância e juventude em várias fronteiras do Brasil, relevante mencionar o trabalho realizado em Corumbá-MS, entre outubro de 2004 e junho de 2005, pelo Centro de Referência e Estudos da Infância e Juventude – CREIA. O projeto denomina-se Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro-PAIR¹⁵.

Tal projeto foi viabilizado pela parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Organização Internacional do Trabalho, sendo realizado por via de um convênio assinado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional-USAID, fruto de um trabalho de articulação, com forte engajamento de pesquisadores (professores e acadêmicos), orientado para ações conjuntas nos municípios de grande incidência de tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes. O trabalho pautou-se pela uniformização dos conceitos e pelo fortalecimento do sistema de garantia de direitos e da rede de proteção de crianças e adolescentes nos municípios envolvidos, quais sejam Belo Horizonte-MG, Campina Grande-PB, Corumbá-MS, Feira de Santana-BA, Manaus-AM, Pacaraima-RR e Rio Branco-AC.

O projeto objetivou a ampliação das possibilidades de efetivação da cidadania das crianças e adolescentes vítimas de tráfico e exploração sexual ou em situação de risco, valendo-se da articulação e otimização dos serviços de atendimento, sensibilização da população sobre a temática, capacitação dos profissionais que atuam direta ou indiretamente com crianças e adolescentes, bem como a elaboração de material de orientação para instituições que atendem tal público.

As atividades desenvolvidas consistiram em: a) realização de cursos de capacitação da rede de atendimento para exercício de um trabalho qualificado com crianças e adolescentes; capacitação de setores profissionais que, ainda que de modo indireto, têm contato com crianças e adolescentes (exemplos: policiais, motoristas de táxi, mototaxistas, aquaviários e operadores de turismo); b) organização do fluxograma de atendimento da rede de proteção da criança e adolescente e da ficha da notificação da vítima de agressão; c) organização do banco de dados com o objetivo de interligar a rede de atendimento e fortalecer suas ações, valendo-se de mapeamento da demanda,

¹⁵ SILVA, Anamaria Santana da; SENNA, Ester; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (orgs.). **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins**: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS. Brasília: OIT, 2005, p. 13-31.

avaliação comparativa dos programas semelhantes e acompanhamento dos casos, inclusive quanto à frequência das crianças e adolescentes na escola e nos demais serviços de atendimento; d) campanha de divulgação dos direitos da criança e adolescente; e) implementação do diagnóstico rápido; f) mapeamento das instituições que oferecem oportunidades de formação, emprego e crédito no município; g) realização de seminário avaliativo.

Ao final da execução do PAIR, procedeu-se ao balanço dos resultados, verificando que o projeto possibilitou a execução de várias reuniões envolvendo entidades ligadas à rede de proteção à infância e adolescência, além de uniformizar a ficha de notificação, inclusive com proposição de um decreto do poder executivo municipal, tornando obrigatória tal ficha em todos os locais de atendimento à criança e adolescente. Além disso, criou-se um banco de dados integrando as informações a respeito do trabalho realizado pelas entidades.

Cumpra ressaltar que programas como o PAIR valorizam questões essenciais para a proteção de crianças e adolescentes, destacando-se o fator essencial de conscientização da população sobre os direitos destes como vetor de trabalho constante, buscando a superação de preconceitos e mudança de mentalidade e incrementando campanhas informativas sobre o dever de cada cidadão de colaborar com o resguardo da infância e juventude.

A bem da verdade, é inexorável a importância de se instituir um programa como o mencionado acima, mas não basta por si só; é preciso que o engajamento da sociedade perdure e passe para as gerações seguintes, o que exige um nível de consciência social em termos de direitos humanos somente alcançado a partir da educação.

Conclusão

É fato que as fronteiras não consistem em meras demarcações cartográficas, atingindo, em conceito extensivo, os espaços não perfeitamente delimitados, em sua maioria, com complexidades ímpares - dignas de delongados estudos e pesquisas - e terreno fértil para a transgressão de direitos humanos e fundamentais. Indeclinável, por conseguinte, a afirmação de que esse contexto da vida na fronteira exige a maior atenção à proteção da infância e juventude a fim de que possa ser resguardada sua pureza e desenvolvimento em apartado da turbulência da transnacionalidade dos males sociais e criminosos.

Dada a vulnerabilidade inerente às crianças e adolescentes, a insuficiência das políticas públicas correspondentes e a subnotificação de crimes graves contra estas, extrai-se que o Direito Penal não consegue alcançar a tutela adequada. Ainda que se tivesse uma legislação extremamente avançada e os órgãos públicos fossem dotados de todos os

aparatos humanos e tecnológicos necessários, não se observariam os efeitos esperados se as pessoas não forem educadas sob a perspectiva de que a proteção da infância constitui dever de todo e qualquer cidadão ou organização social.

Nesta esteira, vislumbra-se como primordial que a comunidade fronteiriça observe, analise, se conscientize e leve ao conhecimento das autoridades públicas, sanitárias e assistenciais qualquer violação de direitos de pessoas que não tenham condições de fazê-lo por vias próprias.

A solidariedade das pessoas deve pulsar para que promovam denúncias aos órgãos competentes (Polícias, Ministério Público, Conselho Tutelar, Conselhos da Criança e Adolescente, organizações não governamentais, entidades públicas e privadas etc.) quando tiverem ciência da violação de direito de crianças e adolescentes e outras pessoas. Com tal medida, poderão ser adotadas as providências condizentes para robustecer a proteção da infância e juventude, máxime quando se está a considerar os riscos tonificados das regiões de fronteira do Brasil.

Para que essa mobilização da comunidade seja algo natural e revestido de consciência, imprescindível a inclusão nos currículos escolares desde a educação básica até a universitária, ainda que em regime multidisciplinar, dos temas afetos à proteção da infância e juventude, além da formação e capacitação continuada dos profissionais e atores do sistema de justiça que atuam nessas áreas, fomentando a cultura de compartilhamento de informações e de comunicação direta entre instituições, resguardados os sigilos determinados.

A partir das universidades é possível organizar o enfoque interdisciplinar necessário, formar e reciclar quadros técnicos e operadores jurídicos, investigar fundamentos de instituições e práticas, delimitar e favorecer a implementação de compromissos externos, valorar resultados e boas práticas a serem difundidas em toda a comunidade.

Além da esfera educacional, de extrema importância a formação continuada de profissionais mais comprometidos com as causas que envolvam tutela de direitos da infância e juventude (setores de assistência social, saúde, lazer e transporte; instituições como Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Polícias etc.), dando sustentáculo ao funcionamento integrado da rede de proteção, já que este deve ser um processo contínuo, que envolve debate e aperfeiçoamento permanentes. Uma formação dedicada pode tornar os profissionais mais qualificados para detectar e assistir essas vítimas, assegurando que o interesse superior da criança e adolescente seja salvaguardado.

A lógica da criminalidade não reconhece soberanias e não se intimida com controles fronteiriços entre países. À vista disso, indeclinável a disseminação da consciência social sobre o tema da proteção da infância e juventude no contexto de vivência transfronteiriça, o que perpassa pelo dever

solidário de cooperação global, de modo transversal e interinstitucional. Transita, ainda, pela ideia de que a visão sobre igualdade e alteridade do ser humano deve transcender a delimitação territorial de um país.

Referências

ABREU, Allan de. **Cocaína**: a rota caipira. O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2017.

ABREU, Allan de. **Cabeça Branca**: a caçada ao maior narcotraficante do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

BRAGA, Andrea da Costa. **A espacialização de trocas multiculturais em conurbações internacionais da fronteira Brasil-Uruguai**: uma investigação através de padrões espaciais. 2013. 567 f. Tese (Doutorado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_7c51f338995ccd03132088e144d43600. Acesso em: 10 fev. 2021.

DEVEILLE-FONTINHA, Carla. O papel do juiz ou procurador de ligação no desenvolvimento da cooperação judicial internacional: ponto de vista do magistrado de ligação francês no Brasil. *In*: BRASIL. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional. **Temas de cooperação internacional**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: MPF, 2016. v. 2. p. 127-132; p. 130. Disponível em: <https://memorial.mpf.mp.br/es/vitrine-virtual/publicacoes/temas-de-cooperacao-internacional-2a-edicao-revista-e-ampliada>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FIGUEIREDO, Luiza Vieira Sá de. **Direitos sociais e políticas públicas transfronteiriças**: a fronteira Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia. Curitiba: CRV, 2013.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

ODDONE, Nahuel; PAULUK, Mariano. Sem cruzar a fronteira não há integração: Monte Caseros, Bella União e Barra do Quaraí no diálogo regional. *In*: LUDWIG, Fernando José; BARROS, Luciano Stremel (org.). **(Re)definições das fronteiras**: desenvolvimento, segurança e integração. Foz do Iguaçu: Idesf, 2020. v. IV.

PEREIRA, Cícero Rufino. **Direitos humanos fundamentais**: o tráfico de pessoas e a fronteira. São Paulo: LTr, 2015. p. 29-31.

SILVA, Anamaria Santana da; SENNA, Ester; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (orgs.). **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins**: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS. Brasília: OIT, 2005, p. 13-31.

SILVA, Ludmila de Paula Castro; SOARES, Marina Borges. O microssistema de funcionalidade das fronteiras e a adaptabilidade no enfrentamento da criminalidade organizada. *Direito Internacional em Expansão: biodiversidade, mobilidade e integração*. **Anais do 18º Congresso Brasileiro de Direito Internacional**. Belo Horizonte: Arraes, 2020. v. 19. Online. p. 438-454.

Trabalho pendular em fronteira e suas consequências para o setor de saúde

Isadora Sigarini de Moares¹

Introdução

Neste capítulo, o objetivo é identificar a particularidade do trabalho e deslocamento pendular na região de fronteira de Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia), bem como avaliar os impactos desta mobilidade migratória sobre os serviços de saúde nesta região, e assim promover o conhecimento sobre as questões transfronteiriças, além de contribuir com ideias a formulação de políticas públicas de saúde voltadas à heterogeneidade desse espaço.

Como metodologia, foi explorada a revisão bibliográfica, um dos procedimentos mais relevantes nesta pesquisa, e para tentar dar conta dessa etapa algumas categorias necessitaram pautar nossos estudos, como a fronteira, a mobilidade pendular internacional para o trabalho e a saúde nesse contexto social e espacial.

Fronteira e Trabalho

Os processos migratórios internacionais são eventos sociais relevantes que se posicionam como fenômenos de crescente interesse e a fronteira, ambiente de mutação transnacional, é nutrida na sustentabilidade da economia informal, mas funcional, com possibilidades ao desenvolvimento de atividades binacionais fundamentado em um sistema de redes de cooperação local e regional (LOIO, 2018).

Os países se compõem e congregam diferenças essenciais. Sendo assim, a denominação de fronteira não deve ser entendida simplesmente como limite do território, linha, fim, visto que abrigam a convergência dessas diferenças (PEITER, 2005).

Ressalta-se que a fronteira seca e a proximidade geográfica dos municípios fronteiriços vizinhos possibilitam significativo fluxo econômico

¹ Enfermeira pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; mestranda em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e membro do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais pela mesma instituição. E-mail: isadorasigarini@gmail.com.

e de pessoas (ARAÚJO; JULIANO; SILVA, 2017) principalmente em cidades-gêmeas com grande potencial de integração. Há manifestações concisas de questões predominantes que englobam maior volume e mostra efeitos sobre o desenvolvimento e a cidadania (BRASIL, 2014).

Detecta-se preconceito e solidariedade, paradoxos de empatia e intolerância, já que a presença estrangeira traz ocupação local. O imigrante reproduz costumes em um espaço que já possui vida social, assim, criam-se formas de convivência, por vezes não harmônicas. Frequentemente, ele é visto como indivíduo exótico, que está fora do seu lugar. Espaços de trabalho que também abrigam confraternizações são exemplos nítidos da troca cultural constante entre brasileiros e bolivianos através do comércio e de um processo de integração que está em curso nessa área fronteiriça (RAMALHO JUNIOR; OLIVEIRA, 2010).

O volume de interações que coexistem nesse espaço pode criar formas agregando elementos de ambos os países, e fazendo das cidades fronteiriças uma extensão prioritária e peculiar (MACHADO, 2005).

A fronteira, segundo Machado (1998), é orientada para fora, local de contato e integração; já os limites, orientados para dentro, linhas de separação histórica e jurídica, mantidas e criadas por um governo central que não está ligada diretamente à presença de pessoas. É manipulado por uma legislação e mantém-se como obstáculo fixo distante dos desejos, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.

Dessa forma, é comum o investimento de empresários em ambos os países da fronteira. A mão de obra procedente da Bolívia não é especializada, geralmente artesãos, trabalhadores no comércio e em feiras livres, já a brasileira, caracteriza-se por certo nível de especialização, em geral, técnicos e comerciantes (SILVA, L.H.A, 2010).

Porém, independente do grau da especialização, o ambiente de trabalho envolve fatores pessoais, organizacionais e sociais, que repercutem na vida dos trabalhadores e, além das habituais responsabilidades laborais, os laboriosos bolivianos precisam lidar com agentes estressores cotidianamente, socialização por vezes não harmônica, cultura diferente, preconceito, insegurança familiar, educação dos filhos, salários baixos, administração de componentes inerentes à condição fronteiriça, como a fiscalização e o convívio direto com autoridades, além submeter-se à condição pendular em movimento migratório (LOIO, 2018).

Os migrantes pendulares em região de fronteira possuem diferenciais em relação a outros tipos de fluxo migratório. Possuem uma outra nação como destino pontual e retornam ao país de origem regularmente. Portanto, essencialmente, o imigrante é um emigrante, visto que anterior a sua imersão em uma nova comunidade, ele emergiu de outra (OLIVEIRA, CORRÊA; OLIVEIRA, 2017), e continua imergindo e emergindo cotidianamente no

país onde reside e de destino, em função de trabalho e/ou estudos (CORRÊA, 2016, p. 24). Estes constantes movimentos de pessoas fazem fluir juntamente a cultura, as crenças, os entendimentos, pois se migra como um ser holístico com corpo e alma (ALBUQUERQUE, 2009).

Uma das principais razões desse movimento de pendularidade migratória são atividades laborais conectadas ao comércio, fazendo-se necessário dar luz à maneira como a sociedade confere reconhecimento à presença e à condição imigrante, caracterizada neste contexto espacial pela precariedade legal do sujeito; porém, entende-se que o fluxo migratório pendular disponibiliza ao indivíduo a possibilidade de retorno ao seu país de origem caso haja incapacidades laborais ou crises inviabilizarem sua permanência no país que o recebe; e também por estar inserido na população flutuante da região está à margem de políticas públicas sociais em ambas as nações visto que, no mais das vezes trabalham informalmente e são indocumentados (OLIVEIRA, CORRÊA; OLIVEIRA, 2017).

Não cabe à questão documental resolver todos os percalços vivenciados pelos migrantes, mas sem a resolução desta não é possível que o acesso a direitos ligados à cidadania seja plenamente alcançado, como a saúde, educação e direitos trabalhistas (ZANELLA, 2011, p. 9).

Incorporado a tais situações vividas na área de fronteira, o sistema capitalista incrementou a precarização nas condições de trabalho e aumentou o desemprego, que atingem o trabalhador contemporâneo, induzindo ameaça à saúde física e mental, já que a configuração do mercado moderno é marcada pela necessidade do indivíduo de se manter empregado, o que faz cada vez mais pessoas assumirem postos de trabalho não regulamentados, aliada à competitividade, baixos salários, assédio, abuso, discriminação, carga horária excessiva e acúmulo de funções, condições sub-humanas a sobrevivência; dessa forma, a disseminação de formas precárias de contratação e desregulamentação culminou na expansão da economia informal (VASCONCELOS, 2017).

Ampliando o conceito sobre a fronteira, verifica-se nas cidades de Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul, que mobilidade e dinâmica econômica compartilham atividades do cotidiano das populações, devido à constância e facilidade de comercialização de produtos alimentícios e de consumo, do deslocamento, das trocas culturais, das relações sociais e do acesso a atendimentos médicos (ARAÚJO; JULIANO; SILVA, 2017).

Corumbá presta assistência primária e emergencial na Santa Casa de Misericórdia, único hospital público da região que realiza atendimento à população de Corumbá, de Ladário e migrantes, não cadastrados no sistema, predominantemente proveniente do país vizinho, o que gera dificuldades no planejamento da infraestrutura necessária (FRANÇA, 2019).

O processo de integração econômica associado à ocorrência migratória exige política direcionada à garantia do direito à saúde nas regiões fronteiriças. Visto que diversas vezes o imigrante busca melhores condições de vida no lado brasileiro e, indiretamente, pressiona o município de Corumbá a melhorar a qualidade do serviço prestado a eles e à sua própria população (FERREIRA; MARIANI; BRATICEVIC, 2015).

Efeitos desestabilizadores sobre a sociedade podem conduzir a migração forçada, como privação econômica estrutural, desequilíbrio da renda, estagnação econômica, violações aos direitos humanos, dentre outros. Visto que a migração que ocorre em países como Brasil e Bolívia, em que o país receptor não é desenvolvido, gera dificuldade na vivência da fronteira no tocante a serviço público e vida social (LOIO, 2018).

As ações em saúde pública nesta região fronteiriça se deparam com inúmeras situações, e Silva W.A. (2010) listou-as: uso de documentos emprestados por brasileiros, negação da nacionalidade boliviana para utilizar o sistema de saúde, fornecimento de endereço de amigos para caracterizar residência em solo nacional, suborno aos funcionários da saúde, demanda espontânea de bolivianas na rede hospitalar para a realização de parto, atendimento realizado de maneira descontínua e fragmentada, já que a legislação prevê apenas assistência em situações de emergência a essa população.

O trânsito transfronteiriço tem evidenciado a necessidade de respeito aos direitos e ao exercício da cidadania à população fronteiriça, devido à ausência da titularidade formal do direito à saúde, garantido pela Constituição Federal Brasileira, que apresenta implicações importantes para o Sistema Único de Saúde (SUS), pois não barra a demanda de fronteiriços por assistência, e pressiona os municípios a atenderem estas demandas sem condições técnicas e recursos financeiros (DAL PRA; MENDES; MIOITO, 2007).

Nas fronteiras, a população circula de um país a outro na tentativa de suprir necessidades e aproveitar oportunidades (PEITER, 2007). Esse dinamismo manifesta-se com maior frequência no setor de saúde, principalmente quando coexistem sistemas de saúde assimétricos entre os países vizinhos. O município de Corumbá se caracteriza como um polo de atração para os moradores dos municípios bolivianos vizinhos, em função da gratuidade e da qualidade dos serviços de saúde (MARQUES, 2012).

Segundo Gadelha e Costa (2007), o provimento das políticas de saúde nos municípios de fronteira do Brasil fica comprometido em razão da população flutuante que utiliza o sistema não ser contabilizada para fins de repasse financeiro do governo federal. Os recursos recebidos pelos municípios para financiar os procedimentos e ações de saúde são baseados na estimativa da população municipal. Consequentemente, os municípios fronteiriços não dispõem de orçamento para assumir toda a demanda de brasileiros não residentes no país e tampouco de estrangeiros fronteiriços

dessas localidades como a maior dificuldade para a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) (GIOVANELLA *et al.*, 2007).

Para a vigilância em saúde, a mobilidade transfronteiriça é vista como uma ameaça ou risco, uma vez que os indivíduos podem transportar os diversos sorotipos e cepas do vírus para áreas que podem sustentar a transmissão (WHO, 2009). Por isso, é necessário que as ações de saúde, valorização do intercâmbio de informações entre países como um dos fatores de maior importância para a vigilância epidemiológica de fronteiras; dois países diferentes, com condutas e normativas diferentes, sem autonomia para atuar do outro lado da fronteira, que tem outra legislação, apresentam barreiras as ações. Os gestores precisam entender a importância de se trabalhar em conjunto com a Bolívia (OLIVEIRA, 2015). Uma sugestão pode ser um calendário único para as ações de saúde.

Convém observar que a iniciativa do Ministério da Saúde do Brasil para amenizar essa situação foi a criação, em 2005, do Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS-Fronteiras), cujo objetivo era promover a integração de ações e serviços de saúde na região de fronteiras e contribuir para a organização e fortalecimento dos sistemas locais de saúde (BRASIL, 2005). Sobre a implementação desse projeto em Corumbá, o estudo conduzido por Ferreira, Mariani e Braticevic (2015) revelou que os objetivos iniciais não foram atingidos. Sua operacionalização ficou restrita à pontual ampliação de repasse financeiro verticalizado para o município, desprovido de parâmetros de controle e avaliação.

Coexistindo com esse projeto, em 2017, o Acordo Interinstitucional de Cooperação em Saúde na Fronteira Brasil-Bolívia (AICSF) foi normatizado pelos Ministérios da Saúde do Brasil e da Bolívia visando o estímulo de ações mútuas para o “fortalecimento, na zona fronteira, da vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental, medicina tradicional e outros temas considerados relevantes por ambos os países” (BRASIL, 2017). Porém, Krüger *et al.* (2017) sinaliza que o programa foi implantando duvidosamente, gerando um resultado improvado.

Há diversas dificuldades em realizar acordos internacionais, como recursos financeiros e humanos, o desconhecimento da política pública e perceber o “outro”, porém, não devem ser percebidas como empecilhos a gestão compartilhada e sim, como ponto de partida para retomar os projetos com atualizações e especificidades (VOLKS; SANTO, 2021)

Conforme as diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral, “somente a União tem competência para assinar acordos internacionais de cooperação técnica” (BRASIL, 2014). Por outro lado, embora caiba à União a última palavra no que concerne aos acordos internacionais, é inegável que a atuação de governos subnacionais possa dar

legitimidade a instrumentos de decisão em nível regional, reduzindo desigualdades sociais e assimetrias entre países (GIOVANELLA *et al.*, 2007).

Como observa Nascimento (2016), as alternâncias de governo podem ou não priorizar os assuntos internacionais na sua agenda, um dos maiores desafios para o fortalecimento das práticas de cooperação entre os países da América do Sul, a continuidade. A questão é que o enfrentamento das doenças em municípios fronteiriços só é possível mediante a cooperação entre eles (PEITER, 2007; GIOVANELLA *et al.*, 2007).

Destaca-se a importância de contar com mais elementos para o planejamento, implementação e avaliação de programas de controle da doença, nesse sentido considerando o ponto de vista dos atores envolvidos no processo de enfrentamento dos agravos no âmbito local, seguindo um dos princípios do SUS, a descentralização, dando aos municípios maior autonomia (COSTA; COSTA; CUNHA, 2019). Importante lembrar que é na fronteira onde os interesses nacionais e locais confluem para o mesmo território e onde ocorre uma justaposição de escalas (BENEDETTI, 2011).

Isso porque a mesma linha que limita os territórios dos países serve para delimitar os territórios dos municípios. Gallo, Costa e Moraes (2004, p. 43) reconhecem que *“cuando el municipio vecino es también de país vecino, barreras diplomáticas, legales, económicas y sociales se interponen a la planificación conjunta”*.

Benedetti (2011, p. 37) destaca que existe uma relação dialética entre fronteira e mobilidade, tanto que *“los lugares de frontera atraen movilidades y las movilidades dan vida a esas localizaciones”*. Portanto, faz-se necessário pensar a fronteira interpretada através da compreensão que seus habitantes possuem e de como se relacionam com seus vizinhos, um lugar único que possui identidades particulares e plurais definidas pela convivência entre nações que compartilham história, cultura e o território do ponto de vista socioeconômico (NOGUEIRA; DAL PRA; FERMIANO, 2007).

As fronteiras brasileiras foram associadas a uma agenda negativa de intervenção pública pelo intuito de garantir segurança nacional por meio da imposição de restrições de toda ordem, e em função disso possibilitou uma faixa de fronteira extensa de baixo desenvolvimento socioeconômico marcada por profundas iniquidades sociais e situações diversas, devido às diferenças geográficas, tratamento diferenciado que recebem dos órgãos do Estado e tipo de relação estabelecida com os povos vizinhos (GADELHA; COSTA, 2007).

Na interação transfronteiriça há presença de troca entre as populações, lugares de comunicação e trânsito, infraestrutura, mecanismos de intercâmbio dinâmico e fluxos comerciais internacionais que se justapõem aos locais. Assim, em localidades fronteiriças, apesar de ocorrerem misturas de aspectos entre as nacionalidades e em ambas encontrarmos características do outro, é comum não ocorrer a unificação dessas partes (SANTOS, 1998).

A regulamentação da livre circulação afetou a distribuição e oferta nos serviços de saúde, pois nos municípios da linha de fronteira há demanda por atendimento de populações de outros países, o que exerce pressão crescente sobre o Sistema Único de Saúde (SUS); ademais os territórios fluidos das zonas de fronteira constituem unidades epidemiológicas e questões sanitárias compartilhados que impõem a realização conjunta de atividades para alcançar o efetivo controle de agravos e a garantia de acesso da atenção à saúde (GIOVANELLA *et al.*, 2007).

A Constituição Federal brasileira afirma a saúde como direito de todos e dever do Estado e garantia ao acesso universal e igualitário às ações e serviços; sendo assim, é imprescindível a realização e implementação de acordos específicos que alcancem os migrantes, com o fortalecimento de instituições supranacionais voltadas a integração, fundamental para a promoção da cidadania da população fronteiriça (GADELHA; COSTA, 2007).

Porém, quanto ao direito da população flutuante, ressalta Giovanella *et al.* (2007), há o contraponto das barreiras de acesso estabelecidas para o atendimento no SUS, exigindo apresentação obrigatória do documento de identidade, cartão SUS, comprovante de residência, e para controlar estratégias individuais de acesso, em algumas localidades foi implantado um cartão municipal de saúde atualizado pelo agente comunitário de saúde, periodicamente, nas visitas domiciliares.

A não consonância das políticas públicas de saúde entre os países vizinhos e regulamentação para atendimento de migrantes resulta também em dificuldades na garantia da continuidade do tratamento ou encaminhamentos para atenção especializada. Devido às peculiaridades das regiões fronteiriças é de caráter urgente regulamentar o direito à saúde dessas populações garantindo direitos equânimes, de modo contínuo (GIOVANELLA *et al.*, 2007), mas principalmente na contemporaneidade com a pandemia do Covid-19, surtos epidêmicos de dengue, desinformação e hostilidade.

Nas regiões fronteiriças o vírus Sars-Cov-2 representa um catalisador de situações problemáticas já existentes e reaviva a necessidade de resolutividade, integração e desenvolvimento em faixa de fronteira, onde aumenta a demanda já existente na área da saúde e exacerba a xenofobia, já que o desconhecimento sobre a patologia e seus modos de transmissão e controle, bem como a intolerância são verbalizados por uma parcela da população; já o governo, tanto do lado brasileiro quanto do boliviano, assume que o problema remete ao outro lado, eximindo-se das próprias responsabilidades (VOKS; SANTO, 2021).

Cefai (2007), considera que um problema pública não ocorre no vazio, ele é pré-formatado por precedentes, assim é necessário que reconheçamos as migrações internacionais no início do século XXI como sendo tema de urgência

nas configurações políticas (OLIVERA, 2019), e colocada em uma pauta humanitária, descriminalizada e acolhedora.

Visto que a fronteira é um espaço marcado pela internacionalização, onde ocorre importantes intersecções culturais e econômicas (FOUCHER, 2009). Houve, no presente século, uma mudança no paradigma geopolítico e a integração entre as nações passou a ser vista como prioritária por configurar área estratégica, meio de fortalecimento político e econômico frente a uma globalização assimétrica, mas os objetivos pregressos não contemplaram o desenvolvimento sustentável, qualidade de vida e promoção de cidadania; dessa forma, esta negligência compõe a região esmagada por questões diplomáticas peculiares a territórios contíguos.

Conclusão

Nesse cenário, é tarefa complexa garantir o direito à saúde pois insere-se em movimento supranacional; é necessário reforçar movimentos pela cidadania global, de universalização de direitos, em um mundo sem fronteiras não apenas para mercados e capitais, mas principalmente para as pessoas.

Desse modo, medidas que dificultem o acesso à saúde, principalmente em meio a pandemia do Covid-19, são perversas. É importante destacar que, ao se tratar de populações vulneráveis em crises humanitárias, somente diretrizes baseadas em evidências não são suficientes, necessitando adaptações e enxergando a fronteira como lugar heterogêneo, onde padrões não são bem-vindos (BERGER *et al.*, 2020).

Nesse caminho de abranger as relações fronteiriças, o impacto de medidas como essa de ações desarticuladas, unilaterais e isolacionistas (CHARLEAUX, 2020; PINTO, 2020), impedindo o fluxo no atendimento dos migrantes, minorias que vivem em precariedade e vulnerabilidade, resultam em mais situações negativas no presente e em anos vindouros, por isso deve-se impedir a exposição ao risco dos segmentos vulneráveis.

A pandemia atingiu a sociedade como um todo, mas os impactos são sentidos de formas diversas pelos diferentes grupos etários e sociais, sendo emergencial que medidas sejam aplicadas em atenção às populações mais vulneráveis (FANG; KARAKIULAKIS; ROTH, 2020). As ações a serem tomadas devem considerar que estas populações serão impactadas desproporcionalmente, principalmente se medidas sociais e respostas assertivas de promoção da saúde forem ausentes (HEYMANN; SHINDO, 2020).

A burocratização do acesso não é uma resposta para a prevenção e o tratamento de doenças infecciosas, que não se limitam às ações médicas, mas à integração de ações de saúde, com medidas sociais e de saneamento (SMITH; JUDD, 2020). Para isso, o envolvimento da comunidade afetada e o diálogo com os líderes locais é essencial, a fim de maximizar a eficácia das

intervenções (POOLE *et al.*, 2020), compartilhamento de informações são essenciais, pois anúncios confusos ou contraditórios geram desconfiança e levam as pessoas a buscarem se inteirar em fontes alternativas não confiáveis.

Utiliza-se Sayad (1998), para compreender o imigrante enquanto sujeito que é tratado como um “problema social” advindo de discursos impostos sobre ele, verificado a partir de interligações de sua condição, a problemas de moradia, emprego, vagas nas escolas, acesso à saúde e segurança pública. Assim, são urgentemente necessárias intervenções sob medida para as necessidades das populações vulneráveis afetadas pela crise (POOLE *et al.*, 2020).

As consequências sociais e emocionais a curto e longo prazo dessas medidas burocráticas de controle ao acesso à saúde, um bem básico e direito do ser humano, são catastróficas visto que, além de regredir politicamente, mirra os relacionamentos, desenvolvimentos sociais e econômicos, marginaliza-se ainda mais uma região já periférica, desumaniza-se o imigrante e mingua as relações na área fronteiriça; em meio a tanto desamor e preconceito, perceber a real causa da problemática das políticas públicas na fronteira, destacando-se a saúde, e saber como resolvê-las é imperativo.

Referências

ALBUQUERQUE, J.L.C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 137-166, jan./jun. 2009.

ARAÚJO, L.T.R.; JULIANO, R.S.; SILVA, W.A. Região fronteiriça e epidemiologia: estudo da esporotricose e sua relação na dinâmica da fronteira Brasil-Bolívia. **Revista Geo Pantanal**, v.12, p.97-105, 2017.

BENEDETTI, A. G. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. In: COSTA, E. A.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. M. M. **Fronteiras em foco**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. p. 33-55.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1, n. 98, p. 44-46.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Portaria Federal nº 125, de 21 de março de 2014. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. DOU 24.03.2014. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2014**.

BRASIL Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Lei da imigração**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 14 jul. 2021.

BERGER, Z. *et al.* Covid-19: Control measures must be equitable and inclusive. **The BMJ**, v. 368, n. 1141, 2020.

CEFAÏ, D. (2007). Pourquoi se mobilise-t-on? les théories de l'action collective. Paris: **Éditions La Découverte**.

COELHO, C.L.S.; ÁVILA, L.A. Controvérsias sobre a somatização **Rev. Psiq. Clín** 34 (6); 278-284, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34n6/v34n6a04>. Acesso em: 01 Abr. 2020.

CORREIA, Jaqueline M. **O mestrado profissional em Estudos Fronteiriços em perspectivas de inserção social: avaliações sobre a implantação do Circuito de Apoio ao Imigrante**. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços. UFMS/CPAN, 2016. 89 p.

DAL PRA, K.R.; MENDES, J.M.R.; MIOTO, R.C.T. O desafio da integração social no MERCOSUL: uma discussão sobre a cidadania e o direito à saúde. **Cad. Saúde Pública**. 2007, vol.23, suppl.2, p. S164-S173. ISSN 0102-311X. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23s2/05.pdf>. Acesso em: 27 Ago. 2020.

FANG, G., KARAKIULAKIS, G.; ROTH, M. Are patients with hypertension and diabetes mellitus at increased risk for COVID-19? **Lancet Respir Med.**, v. 8, 2020. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2213-2600%2820%2930116-8>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FERREIRA, C.M.P.G.; MARIANI, M.A.P.; BRATICEVIC, S.I. As múltiplas fronteiras presentes no atendimento à saúde do estrangeiro em Corumbá, Brasil. **Saúde e sociedade**, v. 24, n. 4, p. 1137-50, 2015.

FRANÇA, J.R. **Vivências de prazer e sofrimento no trabalho das enfermeiras na fronteira Brasil-Bolívia**. 2019. 97 f. Dissertação (mestrado em Estudos Fronteiriços) Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Estudos Fronteiriços), Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá - MS: UFMS, 2019.

FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.

GADELHA, C. A. G.; COSTA, L. Integração de fronteiras: a saúde no contexto de uma política nacional de desenvolvimento. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 23, supl 2, p. S237-S250, 2007.

GALLO, E.; COSTA, L.; MORAES, A. La integración de los sistemas de salud que atienden a la población fronteriza de los países del Mercosur - SIS-Mercosur. In: GALLO, E.; COSTA, L. (Orgs.). **Sistema integrado de salud del Mercosur / SIS - Mercosur**. Una agenda para integración. Brasília: OPAS, 2004. p. 41-54.

GIOVANELLA, L. *et al.* Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do Mercosul na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, supl.2, p. S251-S266, 2007.

HAN, B.C. **O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han**. El País Brasil, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>. Acesso em: 6 abr. 2021.

HEYMANN, D.; SHINDO, N. COVID-19: what is next for public health? **Lancet**, v. 395, n. 10224, p. 542-5, 2020.

KRÜGER, C. *et al.* Análise das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira. **Ambiente & Sociedade**. 20(4), p. 41-62, 2017.

LOIO, J.A.M.S. **Dinâmica laboral, pendularidade e situação documental em fronteira na perspectiva da criação e implantação do núcleo cidadania imigrante: mulheres bolivianas nas feiras livres de Corumbá, MS.** Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços), Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul – Campus do Pantanal, Corumbá, MS, 2018. 117p.

MACHADO, L.O. *et al.* O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. **Território, População e Desenvolvimento**, p. 51-76, 2005.

MOURA, E.C.; FURTADO, L.; SOBRAL, F. Epidemia de burnout durante a pandemia de covid-19: o papel da LMX na redução do burnout dos médicos. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 60, n. 6, p. 426-436, Dec. 2020. Acesso em: 05 Mai 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902020000600426&lng=en&nrm=iso.

NOGUEIRA, V. M. R; DAL PRA, K. R; FERMIANO, S. A diversidade ética e política na garantia e fruição do direito à saúde nos municípios brasileiros da linha da fronteira do MERCOSUL. **Cadernos de Saúde Pública [online]**, v. 23, supl. 2, 2007.

OLIVEIRA, J.C. **Espacialidades fronteiriças e práticas solidárias: bolivianas em relações de vizinhança e de comércio em Corumbá, MS.** Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços), Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul. Corumbá, 2019.

OLIVEIRA, M. A. M; CORRÊA, J. M.; OLIVEIRA, J. Imigrantes pendulares em região de fronteira: semelhanças conceituais e desafios metodológicos. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v.12, n.27, maio/ago, p. 91-108, 2017.

PEITER, Paulo César. **Geografia da saúde na faixa da fronteira continental do Brasil na passagem do milênio.** Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

POOLE, D. N. *et al.* Resposta à pandemia do COVID-19 em crises humanitárias complexas. **Int J Equity Health** v. 19, n. 41, 2020.

RAMALHO JUNIOR, A.L.R.; OLIVEIRA, M.A.M. Proximidades e estranhezas nas relações fronteiriças: preconceito, solidariedade e imigrante. In: **XVI Encontro Nacional Dos Geógrafos**. Porto Alegre, 25 a 31 de Julho de 2010. Disponível em: <http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=528>. Acesso em: 20 jul. 2012

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4.ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, p. 15-20, 1998.

SAYAD, A. **A Imigração**. Os paradoxos da alteridade. Trad. de Cristina Murachco. São Paulo, Edusp, 1998.

SILVA, L.H.A. **Comércio na Fronteira Brasil-Bolívia em Corumbá, MS:** um estudo sobre a feira Brasbol. 2010. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços), Campus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, 2010.

SILVA, W.A. **Fronteira e Regionalização da Saúde:** os dilemas da microrregião de Corumbá. 2010. 77 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços), Campus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, 2010.

SMITH, J.A.; JUDD, J. Covid-19: vulnerability and the power of privilege in a pandemic. **Health Promotion Journal of Australia**, p. 1-3, 2020.

VASCONCELLOS, P.A. **Vivências de prazer e sofrimento de feirantes na cidade de Corumbá-MS.** 2017. Dissertação (mestrado em Estudos Fronteiriços) Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Estudos Fronteiriços, Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2017. 99f.

VOKS, Douglas; SANTO, Anderson Luís. A pandemia Covid-19 e os desafios da saúde pública na fronteira Brasil-Bolívia: a urgência e a necessidade da governança em saúde. In. **Anais do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2021, Belém-Pará, p.1-29

ZANELLA, V.G. As condições de vida e trabalho de costureiras em São Paulo: uma aproximação com migrantes bolivianas. In: **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas.** Universidade Estadual de Londrina, 2011, p. 01-12.

Entre a informalidade e a solidariedade: o trabalho singular de feirantes na fronteira Brasil-Bolívia

Pamela Arruda Vasconcellos¹

Vanessa Catherina Neumann Figueiredo²

Introdução

De acordo com a definição da Classificação Brasileira de Ocupações (2010, p. 823), o trabalho do feirante é compreendido como um comércio de cunho varejista individual ou em equipe, no qual os trabalhadores vendem mercadorias nas vias públicas, em pontos fixos, sob permissão governamental; compram e preparam itens para venda; organizam o local de trabalho, dispondo os produtos em feiras livres, bancas, quiosques e barracas, para atender os compradores que procuram esse tipo de mercado, comunicando-se para anunciar a qualidade e o preço do produto.

Buscando trazer elementos para a reflexão sobre o contexto laborativo e a vivência de feirantes, parte-se da premissa de que o trabalho é uma categoria estruturante da vida e promotora de integração, fundamental para a construção de identidade na sociedade. Contudo, as profundas transformações do trabalho concernentes à desintegração dos laços coletivos e à precarização dos vínculos empregatícios têm refletido diretamente sobre a saúde mental.

A globalização da lógica financeira e a reestruturação produtiva no setor industrial e de serviços trouxeram transformações nas formas de gestão e outra maneira de pensar o lugar do sujeito no mundo do trabalho, com um novo entendimento do espaço-tempo caracterizado pela “efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem: os homens e mulheres que vivem do trabalho [...]” (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 26). Logo, discorrer acerca do processo de expansão da informalidade é, sobretudo, abordar questões de cunho político, histórico e social relacionadas ao trabalho, categoria central para o desenvolvimento da identidade e reconhecimento do cidadão no mundo.

¹ Psicóloga e Mestra em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* Corumbá, Residente em Saúde da Família, pela Fiocruz-Brasília. E-mail: psi.pamelavasconcellos@gmail.com.

² Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade de Campinas. Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Curso de Psicologia. E-mail: vanessa.figueiredo@ufms.br.

Na cidade de Corumbá, interior de Mato Grosso do Sul e fronteira oeste do Brasil com a Bolívia, as feiras-livres se constituem exemplos materiais e simbólicos emblemáticos envolvendo a questão da informalidade. Instaladas em via pública, elas são itinerantes e cada dia da semana ocorrem em um ponto específico da cidade. A feira estrutura uma ampla rede de relações envolvendo gramáticas sociais e regras tácitas, transcendendo a questão meramente comercial, uma vez que fomenta a sociabilidade e contribui para a manutenção das tradições locais, culturais e sociais carregadas de significados (SATO, 2007).

O dia de feira permite traçar diferentes reflexões acerca das noções de indivíduo, sociedade e cultura em suas complexas e múltiplas relações e redes de significado, desempenhando papel econômico e social. Frequentar a feira-livre é tradição na região supracitada, sendo um espaço de construção de sociabilidade que agrega uma diversidade imensa de rituais, comportamentos, normas, de uso e apropriação do território urbano (DORONIN; ARAÚJO, 2009).

Se o cenário das feiras-livres por si só já é repleto de singularidades e elementos simbólicos, as feiras-livres representam um terreno fértil em que a vida na fronteira se desenvolve, propiciando condições para as interações sociais e culturais, em torno das quais as vidas das pessoas ganham sentido, negociando não apenas mercadorias, mas constitui espaço onde sua identidade pode ser socialmente construída e repleta de significados (COSTA, 2015).

Por isso, para Nogueira (2007), a vida em comum com o “outro” funciona como uma referência identitária na construção do lugar e do “ser fronteiriço”. Enquanto lugar antropológico de trocas (materiais e simbólicas) e espaço onde se desenvolvem construções culturais, territorialidades e pertencimentos pelos atores sociais, sejam feirantes ou fregueses, a feira é atravessada por relações de poder, em que a nacionalidade funciona como aspecto norteador da vida dos moradores fronteiriços (SOUZA, 2015).

Enquanto tema de estudo marginal, o trabalho na feira-livre reflete as relações trabalhistas contemporâneas do mundo globalizado, assinaladas pela aceitação de condições precárias, sem qualquer proteção social (MORRONE, 2001). Considerando as vivências na informalidade, este estudo objetivou estudar a dinâmica de prazer e sofrimento no trabalho de feirantes, considerando os aspectos organizacionais, as condições materiais e relações profissionais estabelecidas na feira-livre, tendo como atravessamento a localização na fronteira Brasil-Bolívia³.

³ Este capítulo é um recorte da Dissertação de Mestrado “Vivências de prazer e sofrimento de feirantes na cidade de Corumbá-MS”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços por Pamela Arruda Vasconcelos, em 2017, sob orientação da professora Dra. Vanessa Catherina Neumann Figueiredo.

O olhar da Psicodinâmica do Trabalho para compreensão do trabalho na feira-livre

Nesse sentido, conforme aponta Lancman (2008), a teoria da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) nos oferece importantes ferramentas para compreensão de elementos subjetivos relacionados à identidade do sujeito, levando em consideração diferentes conceitos como reconhecimento, gratificação, mobilização da inteligência.

Influenciada pela sociologia compreensiva, pela psicanálise e pela ergonomia, a PDT compreende que o ato de trabalhar significa mais do que meramente produzir, significa sobremaneira transformar o meio e a si mesmo, “engajar sua subjetividade num mundo hierarquizado, ordenado e coercitivo, perpassado pela luta para a dominação [...]” (DEJOURS, 2004, p. 31). Configura-se ainda, como uma das fontes de saúde psíquica influenciando a construção (ou a reconstrução) da identidade do sujeito e como expressão da subjetividade individual garantindo a manutenção da saúde e o não adoecer, quando existe a possibilidade de ressignificar o sofrer, inerente ao ato de trabalhar.

Entende que, para que o sujeito consiga garantir seu equilíbrio psíquico, a organização do trabalho precisa oferecer subsídios para que haja uma negociação entre as imposições organizacionais e os desejos dos trabalhadores. Nesse sentido, o conceito de organização do trabalho refere-se às exigências dentro do contexto laboral, exercendo sobre o sujeito uma ação que incide diretamente no seu aparelho psíquico (DEJOURS, 1992). Ferreira e Mendes (2003) apontam que o contexto laboral abrange elementos da organização do trabalho, das condições materiais e das relações socioprofissionais, que se encontram inter-relacionadas e interdependentes entre si.

De acordo com Dejours (1992) a dimensão organização do trabalho compreende a divisão de tarefas, a gestão e vigilância do trabalho, as normatizações, uso de materiais, procedimentos a serem feitos, hierarquias, relacionamentos profissionais, aspectos que incidem sobre o funcionamento psíquico. As condições de trabalho, ligadas ao ambiente físico, ao ambiente biológico, às condições de higiene, de segurança e às características antropométricas do posto de trabalho, tem prioritariamente consequências fisiológicas.

É através da configuração da organização do trabalho que os processos laborais se desenvolvem, sendo instituída a divisão das tarefas (repartição, cadência, ritmos, turnos) e dos homens (responsabilidades, hierarquia, comando, controle). A organização do trabalho, pode ser promotor de saúde mental ou funcionar conforme “interesses econômicos, ideológicos e políticos daqueles que dominam o processo produtivo [...]” (MENDES, 1995, p. 36).

Quando a organização do trabalho possibilita a expressão da subjetividade, o ato de trabalhar passa a mediar o desenvolvimento de sua autonomia, inteligência e criatividade. Por outro lado, quando não há espaço de negociação com a organização do trabalho ou possibilidade de expressão, o contato com a organização do trabalho pode acarretar diferentes consequências psicológicas e psicossomáticas para o indivíduo.

O trabalho prescrito está relacionado aos elementos que antecedem a execução da tarefa, funcionando como uma forma de orientação, burocratização e fiscalização e podendo ser fonte de reconhecimento e/ou de punição (ANJOS *et al.*, 2011); o real do trabalho corresponde àquelas situações inesperadas, possíveis falhas, contradições, acidentes, em que as regras e demais normas prescritas anteriormente não existem ou não são suficientes, convocando o investimento subjetivo do trabalhador (DEJOURS, 2004). Nessa situação, os trabalhadores precisam optar entre cumprir o prescrito ou descumprir-lo para alcançar o que a tarefa exige, já que nenhuma regra ou manual é capaz de abarcar e prever todas as possibilidades de ocorrência no momento da execução das tarefas.

Vivenciar o sofrimento consiste em uma experiência inconsciente, intensa e duradoura com a predominância de sentimentos como angústia, medo e insegurança, advindas principalmente do conflito entre o desejo do indivíduo e o desenho da organização do trabalho (FERREIRA; MENDES, 2003). O sofrimento funciona como mediador do estado patológico e o saudável ao mobilizar o sujeito à mudança da situação desencadeadora de desconforto e conflito. Embora o exercício do trabalho seja permeado por sofrimento, cada trabalhador dará um destino diferente para suas vivências dependendo da relação intersubjetiva estabelecida e do modo como a organização do trabalho está estruturada.

Ao estar inserido em uma organização que lhe oferece subsídios para que haja negociações entre seu desejo e as imposições organizacionais, o sofrimento poderá ser canalizado para mobilizar o indivíduo na transformação desse sofrimento. Sendo assim, o sofrimento passa a ser criativo quando é transformado e o trabalho ressignificado através da criatividade, contribuindo com algo novo para a organização do trabalho (MACÊDO, 2013).

O sofrimento patogênico, por sua vez, existirá quando a organização for rígida e inflexível, não oferecendo possibilidade de negociação (liberdade) entre a organização e o trabalhador, fazendo com que ele tenha dificuldades para encontrar válvulas de escape pulsionais, o que implicará no uso de estratégias defensivas para suportar a realidade de trabalho.

Quando o indivíduo demonstra que seu repertório de recursos internos para transformar o sofrimento é ineficaz, seu equilíbrio psíquico encontra-se comprometido, podendo desencadear doenças mentais ou psicossomáticas

(DEJOURS; ABDOUCHELLI; JAYET, 1994; MACÊDO, 2013). Nesse sentido, vivenciar o sofrimento não implica em uma descompensação, visto que o sujeito irá lançar mão de estratégias que permitirão mantê-lo no trabalho. Tais estratégias são oferecidas pela própria organização do trabalho, seja através de estratégias defensivas ou pela mobilização subjetiva.

Ressalta-se que o funcionamento das estratégias defensivas é inconsciente, uma vez que se nega o sofrimento; justamente no desvelamento das estratégias é que o trabalhador reconhece o sofrimento experimentado na organização do trabalho (GERNET, 2010). Importante mencionar que as estratégias defensivas se diferenciam dos mecanismos de defesa egóicos, pois enquanto os mecanismos de defesa protegem o ego da angústia gerada a partir de conflitos intrapsíquicos, as estratégias, buscam minimizar a percepção do sofrimento advindo do contexto laboral, com o intuito de manter distantes os riscos de doença mental ou somática (MORAES, 2013; GERNET, 2010).

As estratégias consistem nos modos de agir específicos adotados pelos trabalhadores frente à organização do trabalho, auxiliando na resistência psíquica e ajudando a minimizar, ou até mesmo a mascarar o sofrimento, com o objetivo de proteger os trabalhadores de seus efeitos deletérios sobre a saúde mental (DEJOURS; ABDOUCHELLI; JAYET, 1994). As estratégias defensivas podem ser estruturadas da seguinte maneira: defesas de proteção, que se fundamentam na racionalização, e defesas de adaptação e de exploração, que se baseiam na negação do sofrimento e na submissão do desejo dos trabalhadores aos objetivos da organização (MORAES, 2012). Muito embora as estratégias funcionem como uma proteção do psiquismo, elas não têm a capacidade de promover a emancipação dos trabalhadores (DEJOURS, 2004).

Já a mobilização subjetiva está relacionada ao engajamento pessoal do trabalhador diante das situações profissionais, possuindo uma dinâmica diferente. Através da mobilização subjetiva o indivíduo busca sua identidade, pois não quer apenas executar determinada tarefa, mas sim dar sentido ao seu trabalho. Consiste, portanto, em um processo no qual o sujeito tem a possibilidade de reinventar-se.

De acordo com Mendes e Duarte (2012), quando há espaço para que ocorra essa mobilização, o desejo e o sujeito podem se engajar no trabalho, se reconhecerem, e serem reconhecidos, como sujeitos únicos, peças singulares sem as quais o trabalho não ganharia vida. Sem o outro não há o reconhecimento e, conseqüentemente, não haveria mobilização subjetiva, pois é uma contribuição que só se consolida na sua retribuição, conferida pela organização do trabalho (pares, superiores, clientes) (MENDES; DUARTE, 2012).

A dinâmica de reconhecimento do trabalho é uma forma de realização do eu no campo social, uma “forma específica de retribuição moral-simbólica dada ao ego, como compensação por sua contribuição à eficácia da organização do trabalho, isto é, pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência” (DEJOURS, 2002, p. 55-56).

Vale considerar que as vivências de prazer se manifestam por meio da gratificação, realização, reconhecimento, liberdade, valorização e satisfação (FERREIRA; MENDES, 2003). Poder-se-á, portanto, transformar as vivências de sofrimento em prazer a partir dessa dinâmica de reconhecimento, bem como quando a organização do trabalho possibilita a engenhosidade do indivíduo, sendo os caminhos possíveis para a ressignificação do sofrimento.

O reconhecimento, nesse sentido, é compreendido como uma retribuição de natureza simbólica pela qual o indivíduo almeja, sendo sua ausência desmobilizadora (DEJOURS, 2004). De acordo com Macêdo (2013), se no sofrimento patogênico o indivíduo demonstra esgotamento de seus recursos internos para transformar o sofrimento, comprometendo seu equilíbrio psíquico e utilizando estratégias defensivas para suportar o contexto de trabalho, quando se vivencia o sofrimento criativo o indivíduo consegue se mobilizar para transformação do sofrimento em algo positivo para si. Quando o trabalho realiza a passagem do sofrimento para o prazer, via dinâmica de reconhecimento, denomina-se sublimação.

Pode-se concluir, dessa forma, que o ato de trabalhar pode ao mesmo tempo englobar vivências de prazer quanto de sofrimento, sendo elas indissociáveis. Destaca-se que uma série de fatores serão necessários para haver a alteração do estado em que o indivíduo se encontra, considerando que o trabalho contribui para modificar o sofrimento em prazer a partir de condições sociais, políticas e éticas da organização e dos processos de trabalho.

O percurso da pesquisa

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, adotando-se os pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho para analisar os aspectos referentes às vivências subjetivas de feirantes em Corumbá. As entrevistas ocorreram na feira-livre de maior impacto e visibilidade na região, que acontece aos domingos, na rua Ladário, das 7h às 12h, no centro da cidade de Corumbá-MS. Esta feira agrega um número considerável de barracas e consumidores, englobando quatro quarteirões. De acordo com dados fornecidos pelo representante dos feirantes e presidente da associação inativa, estima-se que o número de feirantes esteja, no mínimo, entre 350 e 400 pessoas, sendo que muitos não têm cadastro junto ao órgão responsável.

A aplicação do questionário e da entrevista ocorreu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, durante o funcionamento da feira e teve a duração média de uma hora. A pesquisa atendeu a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que trata de pesquisas e testes em seres humanos e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob o n. CAAE 60080316.6.0000.0021. Os critérios para participação do estudo foram: ser brasileiro, ter mais de 18 anos de idade, trabalhar em outras feiras, admitindo-se apenas uma pessoa entrevistada por barraca.

Sujeitos

Participaram do estudo 7 pessoas, sendo 5 homens e 2 mulheres, e 85,7% eram proprietários das barracas, onde revendiam diferentes produtos como carne, hortaliças e/ou frutas. Todos relataram terem iniciado sua vida laboral bastante cedo, entre 7 e 16 anos, 5 deles antes dos 9 anos (71,43%). A maioria dos participantes era casada (57,1%, n=4) e tinha de 3 a 7 filhos.

Apenas um feirante relatou ter trabalhado anteriormente com carteira assinada e por pouco tempo, sendo também o único a ter completado o ensino médio. Em relação à escolaridade dos demais participantes, 4 (57,1%) possuíam ensino fundamental incompleto e 2 (28,5%) ensino fundamental completo. Todos os participantes tinham apenas a feira-livre como fonte de renda familiar. Nenhum dos entrevistados respondeu contribuir com o INSS e nenhum deles possuía menos de 10 anos atuando como feirante.

Instrumentos

O questionário para levantamento dos dados sociodemográfico e ocupacional abordou dados sobre idade, gênero, estado civil, escolaridade, tempo de trabalho na feira, se tinha emprego fora da feira e qual o cargo que ocupava. Já a entrevista semiestruturada, aplicada individualmente, se propôs a investigar a percepção dos feirantes sobre o contexto laboral (condições materiais, relações profissionais e organização do trabalho), além de identificar estratégias defensivas (individual e coletiva) e aspectos da saúde física e mental, e compreender a dinâmica das vivências de prazer e sofrimento relacionadas ao viver e trabalhar em uma região fronteiriça.

As entrevistas individuais foram áudio-gravadas, transcritas na íntegra e avaliadas com base na técnica de Análise do Núcleo de Sentido, priorizando os aspectos reais e simbólicos da interação do sujeito com o seu contexto de trabalho. As formas de categorização basearam-se nos critérios de recorrência dos temas verbalizados, manifestos, latentes, contraditórios e essenciais para atender aos objetivos (MENDES; ARAUJO, 2012).

Resultados e discussão

As análises referentes às vivências foram realizadas a partir da construção de Núcleos de Sentido distribuídos em quatro eixos, a saber: organização do trabalho; condições de trabalho; relações socioprofissionais; mobilização subjetiva e reconhecimento.

Organização do trabalho

A organização do trabalho consiste em “um processo intersubjetivo, no qual se encontram envolvidos diferentes sujeitos em interação com uma dada realidade, resultando em uma dinâmica própria às situações de trabalho enquanto lugar de produção de significações psíquicas e de construção de relações sociais [...]” (MENDES, 1999, p. 40).

A categoria profissional informal do feirante é compreendida como heterogênea, porque não é regida a partir de padrões prescritos tradicionalmente normatizados por uma gestão. Por serem geralmente donos de seu próprio negócio, participam de todo o processo de trabalho, planejamento e execução, tendo liberdade para desenvolvê-lo com criatividade e, assim, vivenciar satisfação e ressignificar o sofrer.

Embora tenham que seguir alguns regulamentos municipais, a escolha e a possibilidade de ir ou não à feira é de inteira responsabilidade do próprio trabalhador. A liberdade, flexibilidade e autonomia de decidir em quais e quando realizar seu comércio, de trabalhar meio período e de lá conseguir tirar todo o seu sustento, sem obedecer a uma hierarquia, foram aspectos considerados favoráveis na rotina dos feirantes: “Pra mim [...], a vantagem de trabalhar na feira é assim.... Faço meio período, né?” (FEIRANTE 6, 2016, informação verbal).

Por outro, as verbalizações evidenciam dificuldades no exercício do trabalho, pois o fato da feira ser itinerante e ocorrer ao longo da semana exige, por vezes, com que montem e desmontem as barracas mais de uma vez por dia, tornando o trabalho exaustivo. Ainda, como não há divisão prescrita de trabalho nas bancas, de modo geral os feirantes participam de todo o processo de trabalho, demandando habilidades psíquicas, motoras e cognitivas para a realização das tarefas desenvolvidas de aquisição da mercadoria, transporte da mercadoria até a feira, montagem das bancas, disposição dos produtos, promoção da venda, desmontagem das barracas e o retorno para casa. Em alguns casos, é preciso buscar um local para estocar as mercadorias. Há galpões que são alugados para mantê-las.

Não apenas o conteúdo das tarefas, mas as jornadas de trabalho na feira são bastante desgastantes, estendendo o horário comercial cumprido pela maioria dos estabelecimentos de comércio e serviços, já que é preciso acordar

de madrugada para dar tempo de transportarem as mercadorias e desenvolverem todas as tarefas necessárias antes do início da feira matinal.

Eu levanto umas quatro horas, vou ao sacolão faço minhas compras de mercadoria, aí eles me entregam... Chego aqui na feira, monto a banca, mais ou menos em torno de sete horas da manhã, tá montada já... Aí meio-dia começa a recolher, né? (FEIRANTE 2, 2016, informação verbal).

Algo fundamental relacionado à organização do trabalho que merece destaque está relacionado às normas reguladoras do funcionamento das feiras-livres na região, encontradas no decreto 307/07. Com base nas incursões e verbalizações dos participantes, e corroborando com dados apurados no estudo de Espírito Santo (2015), constata-se que algumas normas e regras preestabelecidas não são cumpridas à risca. Existem assimetrias quanto à aplicação concreta daquilo que é previsto e daquilo que realmente ocorre.

Ainda que membros da prefeitura realizem a fiscalização, verificando cumprimento de horários de saída e chegada, locais de montagem das barracas e a sua metragem e cobrando a taxa diária, algumas situações acabam escapando a esse controle. É esperado que todos os trabalhadores possuam o registro junto à Associação dos Feirantes e à Prefeitura, o que nem sempre ocorre, visto que muitas pessoas recorrem à feira porque não encontram uma alternativa mais rápida que garanta sua subsistência e pelo fato de terem a representação de que feira é local do informal.

Embora o regulamento não permita a presença de vendedores ambulantes, eles estão sempre presentes, comercializando bebidas (sucos e/ou refrigerantes), pequenas mercadorias, comidas e bebidas típicas, principalmente de origem boliviana. Esses trabalhadores, em geral, não possuem um cadastro ou registro, mesmo que algumas vezes efetuem pagamento para fiscalização, ou seja, não estão de acordo com o que é estabelecido.

Outro fator referente às questões previstas, e que nem sempre atendem ao que está preconizado, é o cumprimento de horário de funcionamento, que deve ocorrer das 6h às 12h, mas vez ou outra extrapola a hora de encerrar. No que tange aos produtos comercializados, alguns deles, de origem estrangeira, não têm a permissão para serem vendidos em solo brasileiro, como frutas, verduras, leite, plantas, ervas medicinais, remédios e comidas (ESPÍRITO SANTO, 2015).

Cabe dizer que a organização do trabalho não é constituída apenas pelos elementos prescritos formalmente, mas também por aqueles revelados informalmente, nas práticas que guiam o funcionamento do espaço laboral (FERREIRA; MENDES, 2003). Na feira-livre os acordos tácitos entre os trabalhadores seguem uma hierarquia e se manifestam na prerrogativa de

instalação da barraca em locais mais vantajosos e centrais por parte dos feirantes mais antigos, enquanto os mais novos preenchem os extremos.

Sendo assim, os feirantes vivenciam certo distanciamento entre as prescrições do trabalho e as situações que ocorrem em seu cotidiano, o que gera sofrimento, sendo necessário acionar sua inteligência e habilidades para tentar lidar com as falhas nas normatizações e nas condições insuficientes para realização do seu trabalho.

Condições de trabalho

Frente ao panorama prevalente das novas relações de trabalho, reflexo principalmente da ascensão de políticas neoliberais e do trabalho flexível, nos deparamos com o aumento alarmante da naturalização do trabalho precarizado: “Eu nunca pensei em ter um emprego, carteira assinada... Hoje pelo contrário, falo para as pessoas que não venham para cá, esse tipo de serviço aqui não dá amparo para você, né?” (FEIRANTE 4, 2016, informação verbal).

Conforme os participantes, labutar como feirante não era resultado de uma escolha propriamente dita, mas tinha ocorrido pela falta de oportunidades ligadas à baixa escolaridade e necessidade de sobrevivência. O trabalho precário, desprovido de proteção social e direitos trabalhistas, agrega pessoas em vínculo informal ou atípico, como os temporários, em tempo parcial, os uberizados, que não conseguem se inserir formalmente por não apresentarem capacitação suficiente perante os critérios cada vez mais excludentes do mercado de trabalho (KALLEBERG, 2009; SANTOS, 1979).

As consequências subjetivas da disseminação do trabalho informal precário envolvem a difusão e a aceitação de que preceitos ligados ao ideário liberal sejam difundidos e apropriados, como a intensificação do ritmo e o prolongamento da jornada laboral, o estabelecimento de metas cada vez mais inatingíveis, a exigência de ser polivalente, de acelerar a produção e competir com seus colegas. Essas condutas quebram os laços coletivos e dificultam a promoção da identidade profissional, trazendo consequências à saúde mental dos feirantes.

Em termos de exigências físicas, o trabalho braçal diário realizado no carregamento de mercadorias pesadas, durante a montagem e desmontagem das barracas, aponta para o risco de Lesões por Esforços Repetitivos, Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho, estresse e fadiga (LIMA; MOTA, 2014), havendo relatos de dores no corpo, problemas de sono e hipertensão arterial (MORAES, 2013).

A ausência de banheiros apareceu como uma das maiores preocupações e insatisfações relativas à estrutura. Em algumas feiras-livres acabavam pagando R\$ 2,00 para utilizar o banheiro da vizinhança, razão pela qual acabavam retendo a urina ao máximo, mesmo quando sentiam vontade de ir

ao banheiro mais de uma vez, condição capaz de adoecer. Em relação aos riscos ambientais no trabalho, os feirantes estavam expostos diariamente a condições adversas de clima, como chuvas, frio, calor e as frequentes altas temperaturas na região: “[...] todo dia, né? Chuva ou sol, nós tamo na área... É muito complicado assim, né? Como te falei agora, né? É para quem gosta.” (FEIRANTE 5, 2016, informação verbal).

A maioria dos participantes não fazia uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como protetor solar, bonés/chapéus; a barraca acaba funcionando como um artifício para proteção do sol e quando chove.

A falta de segurança nas feiras também foi um ponto identificado por uma parcela dos feirantes, não sendo incomum casos de roubos e furtos ao entorno da feira, prejudicando os negócios. A preocupação em relação à violência se estende principalmente à feira de sábado à noite, já que o bairro é considerado perigoso, com ruas escuras e quedas de energia constantes, dada a precária estrutura da fiação elétrica.

Relações socioprofissionais

A prática comercial da feira-livre em Corumbá permite aos trabalhadores se situarem e conviverem em ambientes sociais, econômicos e culturais diferentes, lidando com perfis da freguesia e formas de convivência diferentes em cada lugar, envolvendo relações de troca de conhecimento e reciprocidade entre fregueses e feirantes (VEDANA, 2004). Verdadeiro palco para a construção de saberes do trabalho, a rede de sociabilidade vivenciada e expressa em atos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, formas de agir e se relacionar, é construída e reconstruída diariamente.

Contudo, as relações estabelecidas entre comerciantes estudados evidenciaram o sentimento de iniquidade por parte dos brasileiros, que consideram injusta e desleal a venda de produtos por um preço mais baixo por parte dos bolivianos. “(...) então muitas vezes... vem um número desenfreado desse tipo de concorrência que causa um desconforto pra nós...” (FEIRANTE 2, 2016, informação verbal).

Como no valor das mercadorias dos bolivianos não vai agregado o imposto, os brasileiros se sentem prejudicados (ESPÍRITO SANTO, 2015); ainda que haja fiscalização, existem falhas e irregularidades relativas ao estabelecimento na feira livre, pagamento de tributos das mercadorias e à própria situação do imigrante, o que contribui para gerar um clima por vezes hostil, visível no arranjo simbólico e hierárquico entre as nacionalidades.

Para entender a percepção dos brasileiros acerca dos bolivianos na feira é preciso compreender como se pautam as relações de poder estabelecidas nessa fronteira, já que se observa com clareza que a presença dos bolivianos é suportada, tolerada (SILVA, 2004), muito embora a história da cidade de

Corumbá se entrelace com a presença e a permanência de diferentes estrangeiros na região.

Tanto na feira-livre como na sociedade corumbaense em geral estão estabelecidos sistemas de poder e de sentimento de superioridade entre brasileiros e bolivianos, perpetuados nas práticas e no discurso de uma parcela da população corumbaense, que não se considera pertencente à identidade fronteiriça e vê a fronteira como potencial fornecedora de mão de obra barata e desqualificada, assim como espaço propício para a realização de compras de produtos importados, conforme o preço do dólar (COSTA, 2010).

A imagem associada à fronteira e ao fronteiriço está carregada de características distorcidas, preconceituosas e pejorativas. A representação insultuosa do aspecto fronteira é construída e inflamada também pelo apelo midiático, o qual reporta e reduz as questões fronteiriças a local do ilegal, do ilícito, do contrabando, denotando ao espaço e a quem ali vive um aspecto depreciativo.

Em relação ao preconceito, apesar de haver uma miscigenação entre os povos a ponto de se tornarem híbridos, o estigma social sobre os bolivianos possui viés duplo, pois se refere à sua nacionalidade e à sua etnia, visto que na fronteira estudada prevalecem “bolivianos de origem indígena, os Aymara ou os Quéchuas (do altiplano), além dos Kamba e dos Chiquitano, das terras baixas [...]” (COSTA, 2015, p. 38). A discriminação étnica e a identidade cultural, reestruturam relações de poder, ultrapassam fronteiras nacionais e acarretam diferentes contatos multiétnicos em um mesmo território.

Por sua vez, os brasileiros entrevistados se sentem injustiçados pela concorrência considerada desleal dos feirantes bolivianos. Sendo assim, o estabelecimento de relações laborais na feira-livre possui certas doses de conflitos, em grande parte pelo preconceito, construído e reiterado a partir das desigualdades históricas entre os países, considerando que a questão da nacionalidade é um fator que estampa as relações hierárquicas de poder estabelecidas.

Mobilização subjetiva

A mobilização subjetiva consiste em um conceito fundamental para compreensão de como os indivíduos se mantêm em seu posto de trabalho. Compreende como o modo de engajamento do indivíduo no trabalho viabiliza suas capacidades de sentir, pensar e (re)inventar seu fazer. Consiste no movimento realizado pelos sujeitos saudáveis psicologicamente, em prol de angariar soluções para os problemas profissionais que surgem.

Mendes e Duarte (2013) entendem que a mobilização subjetiva permite o resgate do sentido do trabalho, ressignificando o sofrimento. Embora ocorra de maneira espontânea ela é frágil, pois está envolta na dinâmica

contribuição-retribuição; assim, ao cooperar no aperfeiçoamento e solucionar problemas da organização de trabalho o indivíduo espera uma retribuição simbólica em forma de reconhecimento (GERNET, 2010).

Na feira-livre, as relações solidárias entre os pares são guiadas através da dinâmica de reconhecimento simbólico da cooperação, o que contribui para a transformação do sofrimento em prazer. Existe uma relação de confiança entre os feirantes, que recorrem aos vizinhos de banca, seja para garantir o troco ao cliente ou quando precisam se ausentar da barraca.

Dada a flexibilidade da organização, conseguiram desenvolver sua inteligência prática ao elaborar ideias, identificar as contradições organizacionais e mediar alternativas para as dificuldades vivenciadas. O reconhecimento do engajamento interno para resolver os problemas que surgem no dia a dia, extremamente importante no processo de formação identitária no campo social e na construção do coletivo profissional, fomenta a cooperação para conseguirem superar as situações difíceis.

As vivências de prazer no trabalho, apreendidas por meio das entrevistas, giraram em torno do reconhecimento dos colegas e clientes e da sua contribuição para a sociedade. Nas entrevistas os feirantes relataram o quanto lhes é gratificante a valorização do seu trabalho pela sociedade e pela sua clientela, sentindo-se prestigiados pelo seu fazer, pela qualidade de seus produtos e atendimento, o que promovia a sensação de utilidade: “Muitas vezes quando a gente não vem numa feira, os próprios fregueses da gente, quando a gente vem na feira de novo . . . reclama por que que a gente não veio ((risos)). Então é isso... eu acho importante sim” (FEIRANTE 1, entrevista individual, agosto/2016).

Constatou-se o sentimento de orgulho de exercer aquela ocupação, a alegria e a satisfação por gostar da labuta na feira e ter liberdade e autonomia nas tomadas de decisão. Além disso, feirantes e clientes acabavam estabelecendo relações de amizade e confiança, adquirindo mais que uma vasta e fiel clientela: “Existem laços de afetividade, de carinho mesmo, né? Então, a gente ... se visita, se alegra junto, chora junto, né” (FEIRANTE 3, 2016, informação verbal).

Estas relações de afeto, com pares e clientes, cultivadas e oportunizadas pelo convívio na feira, se mostraram essenciais para a promoção da saúde mental dos trabalhadores.

Estratégias e mecanismos defensivos

Embora o contexto de feira-livre possibilite o uso da criatividade e da inteligência prática, propiciando a transformação do sentido do trabalho (DEJOURS, 1992), os feirantes apresentaram o uso de mecanismos psicológicos e estratégias defensivas para conseguirem manter o equilíbrio

psíquico. Constatou-se a existência da racionalização perante as desventuras ocupacionais, justificando assim sua permanência e seu sucesso em um processo potencialmente adocedor ao ser naturalizado seu saber-fazer e todo o custo humano e agonias embutidas nesse labor: “Porque a feira é para quem tem o dom, né? Quem não tiver o dom...” (FEIRANTE 4, 2016, informação verbal).

Os feirantes recorrem a esse recurso principalmente no contato com os fregueses, agindo para minimizar o sofrimento e justificar o bom exercício da função sem, contudo, se darem conta das falhas e nem modificarem as faltas ou falhas da organização do trabalho (CARVALHO, 2015; MORRONE, 2001). Por isso, apesar de instaurar certa proteção ao psiquismo do trabalhador, acaba induzindo-o a uma postura de conformidade frente às adversidades no trabalho.

Somada à dinâmica defensiva inconsciente, foi possível notar a subserviência e conformação a condições desfavoráveis e incômodas a partir das verbalizações e silêncios (DEJOURS, 1999), sugerindo também o receio de reivindicar melhorias e se tornarem alvos de perseguição, serem retirados da feira, cobrados por tributos em atraso ou prejudicarem os feirantes bolivianos, muitas vezes sem documentações legais necessárias para realização do trabalho.

Já a expressão do bom humor e uso de brincadeiras no desenvolvimento do labor indicou a presença de elementos de Estratégia de Compensação, que além de garantir o bom atendimento à freguesia, também deslocava para o inconsciente os aspectos da realidade geradores de sofrimento, sem se descompensar. Porém, conforme Moraes (2013), quando as defesas inconscientes perduram há o perigo de alienar e adoecer, indicando a falência da estratégia defensiva na submissão a um trabalho penoso.

Conclusão

É possível dizer, então, que a situação frente à organização flexível possui duas faces, pois embora a ausência de chefias permita autonomia e contribua positivamente na realização do trabalho do feirante, garantindo certa liberdade, por outro lado, o trabalhador acaba vivenciando tensões ao precisar aumentar seu ritmo de trabalho e, conseqüentemente, se sobrecarregar de tarefas já que precisa garantir sua renda. Diante do amplo processo de flexibilização que tem levado cada vez mais trabalhadores a vínculos instáveis, labutando em condições materiais insatisfatórias e sob uma lógica auto empreendedora capaz de levar ao adoecimento, faz-se necessária a realização de investigações sobre a informalidade, sofrimento psíquico e adoecimento (ANTUNES; PRAUN, 2015).

A submissão a situações adversas de trabalho se dá pela elaboração e partilha de estratégias defensivas, cuja presença serve de alerta ao sofrimento psíquico existente naquele trabalho precarizado. Apesar das estratégias e mecanismos servirem para possibilitar que os trabalhadores continuem trabalhando, a normalidade que surge, frágil, carece de intervenções que possibilitem a promoção da saúde mental dessa população, que se encontra invisível ao poder público.

O processo dinâmico e dialético entre as vivências de prazer e sofrimento evidenciou o predomínio de sofrimento criativo, ou seja, os feirantes se mobilizam subjetivamente para lidar com o real insatisfatório e inadequado. Como o contexto da feira permite aos trabalhadores colocarem em prática sua inteligência, seu saber-fazer, sendo reconhecidos por seu esforço e investimento na tarefa, há chance de ressignificar o sofrimento vivenciado. Embora haja dificuldades organizacionais na feira-livre, diferentes elementos vão ao encontro das vivências de sofrimento criativo, como a solidariedade, importante elemento para a promoção da cooperação e do reconhecimento no trabalho. A dinâmica reconhecimento-gratificação gera sentido e ressignifica o labor penoso, favorecendo o desenvolvimento da identidade, a partir da possibilidade de empregar a inteligência prática.

Entende-se, portanto, que seja fundamental o fortalecimento da Associação dos Feirantes, que no momento da realização da pesquisa encontrava-se praticamente inativa, cujo diálogo junto ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) poderia vir proporcionar um espaço de fala e escuta, através da Clínica do Trabalho, podendo contribuir para uma mobilização interna dos trabalhadores a partir da conscientização e identificação dos elementos desencadeadores de sofrimento, das estratégias utilizadas, construindo assim possibilidades para ressignificar o desenvolvimento do labor.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil.

Referências

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set., 2015.

- ANJOS, F.B; MENDES, A.M.; JUNIOR, A.V.S.; FACAS, E.P. Trabalho prescrito, real e estratégias de mediação do sofrimento de jornalistas de um órgão público. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, v. 6, n. 4, p. 562-582, 2011.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, 2010.
- CARVALHO, G.M. **Análise psicodinâmica do trabalho da população de rua de Manaus**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Manaus, Manaus, 2015.
- COSTA, M.S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, jan./abr., 2010.
- COSTA, G.V.L. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 35-63, abr./2015.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.
- DEJOURS, C. *Adenddum*. In: LANCMAN, S; SZNELMAN, L. (Org.). **Christophe Dejours: da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 47-104.
- DEJOURS, C. Avaliação do trabalho submetida à prova do real: crítica aos fundamentos da avaliação. In: SZNELWAR, L. I.; MASCIA, F. (Org.). **Trabalho, tecnologia e organização**. São Paulo: Blucher, 2008. p. 31-125.
- DEJOURS, C. **Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho**. São Paulo: FUNDAP, 1999.
- DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.
- DORONIN, J.F.; ARAÚJO, G.A.F. O Fenômeno da globalização na era contemporânea presente nas feiras e mercados. In: VIII SEMANA DE ESTUDOS HISTÓRICOS DO CERES, 2009, Caicó-RN. **Anais [...]** Caicó: UFRN, 2009. p. 0-15.
- ESPÍRITO SANTO, A.L. **A comercialização de produtos em Corumbá-MS: propostas para o fortalecimento da agricultura familiar na feira livre**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2015. Disponível em: <http://ppgcfpan.sites.ufms.br/files/2016/10/ANDERSONLUIS.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.
- FERREIRA, M.C.; MENDES, A.M. **Trabalho e riscos de adoecimentos: caso dos auditores fiscais da Previdência Social Brasileira**. Brasília: FENAFISP, 2003.
- GERNET, I. Psicodinâmica do reconhecimento. In: FACAS, E.P.; MENDES, A.M.; MERLO, A.R.C.; MORRONE, C.F. (Org.). **Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 61-77.

- KALLEBERG, L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 21-30, 2009.
- LANCMAN, S. (Org.). **Políticas públicas e processos de trabalho em saúde mental**. Brasília: Paralelo 15, 2008.
- LIMA, K; MOTA, A. Fatores de risco e condições de saúde de feirantes em Feira de Santana-BA. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 38, n. 4, p. 865-881, out./dez, 2014.
- MACÊDO, K.B. Sublimação. *In*: VIEIRA, F.O.; MENDES, A.M.; MERLO, A. R.C. (Org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho** Curitiba: Juruá, 2013. p. 439-443.
- MENDES, A.M. Os novos paradigmas de organização do trabalho: implicações na saúde mental dos trabalhadores. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 23, n. 85/86, p. 55-60, 1995.
- MENDES, A.M. **Valores e vivências de prazer-sofrimento no contexto organizacional**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de Brasília, Brasília – DF, 1999.
- MENDES, A.M; ARAUJO, L.K.R. **Clínica psicodinâmica do trabalho: o sujeito em ação**. Curitiba: Juruá, 2012.
- MENDES, A.M; MULLER, T.C. Prazer no trabalho. *In*: VIEIRA, F. O.; MENDES, A.M; MERLO, A.R.C. (Org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p. 89-292.
- MORAES, R.D. Estratégias defensivas. *In*: VIEIRA, F.O.; MENDES, A.M.; MERLO, A.R.C. (Org.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2013. p. 153-157.
- MORAES, R.D. Sofrimento no trabalho com automação: estudo no polo industrial de Manaus. *In*: MENDES, A.M.; MERLO, A.R.C.; MORRONE, C.F.; FACAS, E.P. (Org.). **Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 315-333.
- MORRONE, C. **“Só pra não ficar desempregado” – ressignificando o sofrimento psíquico no trabalho: estudo com trabalhadores informais**. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2001.
- NOGUEIRA, R.J.B. Fronteira: espaço de referência identitária? **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 27-41, 2007.
- OLIVEIRA, M.A.M. Imigrantes em região de Fronteira: uma condição infernal. *In*: OLIVEIRA, M.A.M. (Org.). **Guerras e imigrações**. Campo Grande, Editora UFMS, 2004. p. 189-203.
- SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, Edição Especial, 2007, p. 95-102.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SILVA, S.G. **Bolivianos em Corumbá, MS: preconceito e solidariedade**, 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

SOUZA, C.R. Os mercados e feiras livres como lugares antropológicos de relações sociais de trocas materiais e simbólicas no Vale do Jequitinhonha: Tecendo alguns horizontes e perspectivas na promoção da diversidade cultural. **Revista Observatório da Diversidade Cultural**, v. 2, n. 1, 2015.

THÉBAUD-MONY, A; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. *In*: DRUCK, G; FRANCO, T. (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 23-58.

VASCONCELLOS. P.A. **Vivências de prazer e sofrimento de feirantes na cidade de Corumbá-MS**. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2017.

VEDANA, V. **Fazer a feira: estudo etnográfico das "artes de fazer" de feirantes e fregueses da feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

Vivências na fronteira Brasil/Paraguai: experiências com a linguagem audiovisual em escola fronteiriça

Wagner Souza Goulart¹
Flaviana Gasparotti Nunes²

Introdução

As discussões realizadas neste texto têm como referência o vídeo *Investigações geográficas para o ensino: um vídeo-mapa com fronteiras*³ resultante da pesquisa de dissertação de mestrado “Experimentos geográficos em educação: cartografia de um vídeo-mapa com fronteiras”, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em 2017.

A referida pesquisa se originou a partir da inserção do primeiro autor deste texto como professor de Geografia da Educação Básica da rede estadual de Mato Grosso do Sul, no município de Ponta Porã, no ano de 2013. O município possui sua área urbana localizada no limite territorial do Estado brasileiro, na “fronteira internacional-oficial” entre Brasil e Paraguai configurando uma conurbação com a cidade de Pedro Juan Caballero.

Devido a esta configuração territorial, no convívio diário com os estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Prof^a Geni Marques Magalhães, ouvíamos uma corriqueira frase: “*aqui é fronteira, professor!*”. Esta frase inseria-se em contextos ou acontecimentos diversos relacionados à criminalidade, a comportamentos sociais ou identitários como, por exemplo, as festividades culturais, modos de se vestir, gosto musical e o fenômeno linguístico no qual destaca-se o sotaque e o uso corriqueiro das línguas guarani e espanhol, às vezes na mesma frase.

Essa escola, por estar localizada próxima à linha internacional da fronteira oficial (aproximadamente 700 metros), recebe muitos estudantes

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Professor da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. E-mail: wagnersgoulart@gmail.com.

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, campus Presidente Prudente. Professora do Curso de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: flaviananunes@ufgd.edu.br.

³ Link de acesso ao vídeo no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=AQQsxYojguE&t=5s>.

provenientes do município vizinho ou que possuem familiares e amigos que residem do lado paraguaio. Tal contexto promove uma situação singular de vivência, pois em alguns momentos, os residentes nessa localidade se encontram (ou se desencontram) em circunstâncias territoriais regidas por normatizações nacionais e internacionais, paralelamente às suas práticas cotidianas, às suas geograficidades.

Considerando esse contexto de vivências em uma região de *fronteira oficial internacional*, entendemos que seria interessante provocar nos estudantes (e posteriormente em nós), a reflexão sobre quais paisagens, lugares ou elementos expressariam suas representações de *fronteiras*. Propusemos, então, a realização de um experimento com um grupo de estudantes do Ensino Médio que produziu quinze vídeos individuais resultando em uma compilação que gerou o vídeo final, foco deste texto. Para os registros audiovisuais, solicitamos que os estudantes escolhessem um local para filmar as imagens que lhes representassem a(s) ideia(s), o(s) sentimento(s) ou o(s) significado(s) da palavra *fronteira*⁴.

Para não nos restringirmos somente à representação visual, julgamos ser necessário um diálogo por meio de perguntas para nos orientar sobre as representações que os estudantes possuíam sobre a fronteira. As perguntas ocorreram durante as filmagens e, em alguns casos, conforme o desenvolvimento dos diálogos, não seguiu necessariamente um roteiro, uma ordem⁵.

Neste texto, apresentaremos algumas impressões que acreditamos serem transmitidas pelos estudantes a partir de representações sobre os territórios vivenciados por meio de suas imagens e falas presentes no vídeo. Assim, buscamos analisar quais forças intensivas e extensivas atravessam os corpos dos estudantes provocando suas territorialidades⁶ e como a localidade influencia tal experiência de vivência.

⁴ É importante destacar que não fizemos nenhuma discussão conceitual sobre fronteira com os estudantes antecedente às saídas a campo ou demos indícios de quais locais deveriam ser filmados. Apenas solicitamos, a princípio, que fizessem a escolha dessas imagens/locais e nos comunicassem no dia da saída de campo do grupo no qual estivessem inseridos. Mas consideramos que o fato da proposta vir do professor de Geografia e da escola estar inserida nesse contexto de limite internacional, obviamente sugere uma inclinação à escolha de imagens que representem locais relacionados ao Estado.

⁵ As indagações foram as seguintes: O que é fronteira para você? Por que a escolha desse lugar para representar a fronteira? O que você pensa sobre a fronteira? Quais marcas/símbolos no território ou na paisagem fazem você reconhecer esse lugar como fronteira? Você se sente um sujeito fronteiriço? Como você percebe a fronteira? Onde está ou onde estão as fronteiras?

⁶ Nossas abordagens conceituais sobre *território* se referenciam nas ideias de Rogério Haesbaert que o interpreta em dimensões múltiplas de manifestações. Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização são originados a partir de agentes

Para tanto, primeiramente apresentaremos os motivos da escolha da filmagem como um recurso cartográfico possibilitando a criação de vídeos-mapas que expressem territorialidades exteriorizadas pelos estudantes.

Em seguida, abordaremos como essas territorialidades são múltiplas e se manifestam nos vídeos-mapas, por meio dos corpos dos estudantes e das fronteiras a partir desses materiais e das leituras que os estudantes realizaram após assistirem o vídeo. Nosso intuito é demonstrar como as imagens e sons gravados potencializam a investigação sobre os viveres nessa região de limite internacional.

Salientamos, ainda, que para melhor compreensão das ideias que aqui desenvolveremos, é fundamental que o vídeo seja assistido.

Por que vídeos-mapas?

Quanto ao uso do registro audiovisual de imagens para se criar um vídeo e utilizá-lo como potencial cartográfico, recorreremos a Oliveira Jr. (2013) que nos mostra o vídeo como potência rizomática para a construção de um mapa. Em um de seus trabalhos, o autor analisa dois vídeos (o primeiro do viaduto denominado Minhocão, em São Paulo-SP, e o outro do bairro Nova Aparecida, em Campinas-SP). O que nos interessa nessa análise, embora sejam trabalhos distintos do nosso, é sua abordagem sobre como os vídeos têm a capacidade de fazer “os lugares re-existirem a partir/com/nas imagens e sons capturados neles próprios: paisagens e sonoridades além-vídeo, que se constituem de construções, pessoas, gestos, ruídos, localizações singulares nos mapas e sentidos que se dobram sobre eles” (OLIVEIRA JR., 2013, p. 197).

No caso citado, Oliveira Jr. (2013, p. 204) credita aos vídeos *status* de potencializadores de experiências e os nomeia de *entre-imagens*, capazes de:

que os constroem, “sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.” (HAESBAERT, 2007, p. 4), uma multiplicidade de poderes. Todo ato que leva a uma desterritorialização provoca uma reterritorialização, segundo o geógrafo. Pois, a territorialização ou territorialidade incorpora várias dimensões que podem ser mais estritamente políticas, mas que também “diz respeito às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2007, p. 4). Portanto, para Haesbaert “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. O território é “funcional” a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados “recursos naturais” -“matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBAERT, 2007, p. 6).

[...] forçar o lugar - o espaço - a entrarem em deriva naqueles que estiveram frente a esta obra audiovisual, uma vez que estas obras são como que uma insistência dos autores em fazer o lugar focado existir não como algo sempre já dado, mas como algo que está sempre em vias de se fazer.

Buscando explicitar nossa intencionalidade quanto à utilização da linguagem fílmica como potência para o ensino de Geografia, relacionaremos, então, o vídeo/filme com a possibilidade de se criar um mapa, um *vídeo-mapa*.

Gilles Deleuze e Félix Guattari entendem um mapa não como uma transferência de imagem do real, a qual chamam de *decalque*, mas como uma oposição a ele. O mapa, para se contrapor ao decalque deveria estar totalmente sustentado pela experimentação do real.

O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22).

Girardi e Soares (2015) afirmam que é preciso distinguir as abordagens que os filósofos em questão fazem sobre as palavras mapa e cartografia, percebendo as diferenças terminológicas entre os discursos.

De um lado temos o mapa como um objeto cultural, como uma produção humana (em geral, mas não exclusivamente, gráfica) para dar visibilidade a fatos, processos e relações do mundo humano que envolvam a espacialidade. Em conexão estreita com essa produção cultural de mapas há a cartografia como um ramo científico que se organiza *pari passu* com o desenvolvimento das relações capitalistas na Europa, no contexto que envolve as grandes navegações e o nascimento do estado moderno. Referimo-nos a estes como mapa-objeto e cartografia-ciência. De outro lado, temos mapas e cartografia como conceitos gestados nas obras de Gilles Deleuze e de Félix Guattari. Aqui mapas se referem a conjuntos de linhas diversas funcionando ao mesmo tempo entre corpos de qualquer natureza (GIRARDI; SOARES, 2015, p. 47).

Com base no exposto, defendemos o uso dos vídeos como provocadores de experiências, de conexões novas. Ao escolhermos utilizar os registros de imagens criadas pelos estudantes (talvez decalcadas pelas sobrecodificações de Estado, ou do próprio ensino de Geografia), pensamos

que os vídeos se tornam potências para devires, para rizomas, para mapas, quicá provocando ligações e associações entre a ideia de *fronteira* e a percepção dos estudantes no acontecer da vida.

Fronteiras e multiterritorialidades

Para as finalidades deste texto, optamos por destacar alguns momentos registrados no vídeo-mapa *Investigações geográficas para o ensino: um vídeo-mapa com fronteiras* e as impressões que os estudantes tiveram ao assistir o vídeo.

Verificamos que, tanto as imagens como as falas dos estudantes, estão muito associadas ao discurso hegemônico, da fronteira internacional entre Brasil e Paraguai, portanto, as potências do vídeo-mapa enquanto diagrama, enquanto devir, às vezes nos aparecerão sutilmente e outras explícitas. No entanto, deve-se lembrar que todos os vídeos foram elaborados pelos estudantes, cartógrafos de suas intensidades relacionadas às suas extensividades e, por nossa participação na edição final.

Pensamos que as linhas de segmentaridade dura⁷, molares, possam ser interpretadas neste contexto como a linha internacional de fronteira entre Brasil e Paraguai e, muitas vezes, obliteram outras percepções sobre a questão, como se o discurso oficializado e replicado pelo senso comum, pelas instituições oficiais, incluindo a escola, produzissem esse discurso unilateral. Foi o que observamos na maioria dos vídeos, principalmente nos que escolheram as imagens das bandeiras e da divisa, do limite físico entre os países. Destacamos a fala do **estudante III**, como exemplificação: “*existem várias [fronteiras], entre países, cidades, estados e municípios. Diferenças de culturas, pessoas, e divisa de hemisfério norte e sul.*”

⁷ Aqui nos referenciamos nas conceituações trabalhadas por Claire Parnet e Gilles Deleuze (2004) sobre segmentaridade. No livro *Diálogos*, os autores propõem que os indivíduos ou grupos sociais possuem linhas que se manifestam em suas vidas, classificando-as em três categorias. A primeira linha corresponde à segmentaridade dura. Essa linha seria os vários ambientes sociais em que nos encontramos. Deleuze e Parnet (2004) exemplificam com a família, a profissão, o emprego a escola. Porém, outra linha age ao mesmo tempo, como as linhas de segmentaridade dura. Essas linhas são as de segmentaridades flexíveis. Segundo os autores, essas linhas perpassam nossa sociedade e “traçam pequenas modificações, fazem desvios, esboçam quedas e impulsos [...] Mais do que linhas molares de segmentos, são fluxos moleculares de limiares ou quanta: supera-se um limiar, que não coincide forçosamente com as linhas mais visíveis” (DELUZE; PARNET, 2004, p.151). Essas linhas de segmentaridade dura e flexíveis podem ser formas tensionadoras sobre os sujeitos, podendo assim provocar o surgimento de uma terceira linha, a linha de fuga. Para os autores, essa terceira linha nos leva “através de nossos segmentos, mas também através de nossos limiares, para um destino desconhecido, não previsível, não preexistente” (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 152).

Embora **a estudante I** tenha eleito como imagem as bandeiras dos países na linha internacional, ao ser questionada durante a filmagem, acabou por dizer que: “*são duas cidades em um só lugar*”, ou seja, pode-se perceber que a ideia de limite se desfaz devido à sua própria vivência na fronteira, que a faz pensar as duas cidades como um lugar só.

Outra rasura na ideia de fronteira oficial é percebida nas imagens e falas do **estudante V** que chamaram a atenção pelas dinâmicas de mobilidade, do encontro da diversidade que o estudante identifica nesse lugar. Em sua fala, percebemos as fronteiras ocasionadas pelos encontros em diferentes escalas, inclusive interpessoais: “*entre mim e você tem uma diferença, acho que seria uma fronteira isso*”.

Já as estudantes **XII e XV**, muito provavelmente devido ao fato de terem vivido experiências distintas dos demais, trouxeram em suas imagens lugares um tanto “*inusitados*” para representar a fronteira: a penitenciária e o cemitério (Figuras 1 e 2). A penitenciária como representação das fronteiras legais, ordenadas e instituídas pelo Estado de Direito, ao qual nossos corpos estão condicionados, mas que não se restringe a isso, pois é um lugar que se identifica enquanto várias fronteiras de dimensões diferentes sobrepostas: “*you tem que respeitar regras. Você tem que conviver com pessoas totalmente diferentes, mais um tipo de fronteira [...] até mesmo dentro de nós existem muitas fronteiras*” (estudante XII).

Figura 1 – Fotograma/Frame filmado pela estudante XII da fachada e do muro do Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã e de uma residência vizinha.



Figura 2 - Fotograma/Frame filmado pela estudante XV indicando o portão do Cemitério Municipal Cristo Rei em Ponta Porã



Já as observações da **estudante XV** expressam sua interpretação em considerar a maior fronteira como o limite entre a vida e a morte. Demonstra tal percepção através das imagens filmadas no cemitério municipal, o símbolo desse limite final.

Quando associamos o vídeo aos processos de construções de espaço, de lugares vinculados ao que se quer representar como fronteira, percebemos muitas fissuras pelas intensidades se configurando em cartografias que nos levam ao campo das significações dos lugares pelas lembranças, pelas experiências vividas, pelas percepções.

Tendo isso como parâmetro de leitura geográfica, a força espacial do fenômeno, portanto, se dá como acontecimento da multiplicidade, na multiterritorialidade. Haesbaert (2004) atualiza o conceito para uma multiterritorialidade contemporânea considerando a “presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede”. Quando percebemos, nas imagens e falas dos estudantes, manifestações territoriais espacialmente mais restritas ou numa escala mais ampla, acontecendo concomitantemente no que o autor chama de territórios-zona, podemos perceber os territórios múltiplos ali manifestados.

Então, o que seriam esses espaços de fronteiras que alguns estudantes criaram a partir de seus registros? Lembremos a frase da **estudante I** “*são duas cidades em um só lugar*”. Pode-se perceber que por experienciarem o lugar fronteira, atravessado pelas multiterritorialidades que se sobrepõem, os estudantes tensionam a ideia de uma fronteira fixa. Consideramos interessante observarmos esses aspectos, a partir do vídeo, como linhas que se cruzam, formando os diagramas com as relações de poder, criando mapas

em que os corpos dos estudantes criam agenciamentos políticos com as intensividades dos lugares, com as memórias (temporalidades), multiterritorializando-as.

Outro aspecto importantíssimo que o vídeo expõe, ao nosso ver, é a referência feita à diferença, ao Paraguai, ao **outro**. Um ponto interessante é que nas imagens registradas, quando se visualizava um transeunte não se sabia quem era brasileiro ou paraguaio. Mas em algumas falas dos estudantes essa diferença se fez presente, não no sentido xenofóbico, apenas como diferença, em alguns casos como uma diferença positiva no sentido de enriquecimento do contato.

O **estudante V** apresenta em sua fala *“entre mim e você tem uma diferença, acho que seria uma fronteira isso”*. A **estudante VI**: *“as pessoas são diferentes, do Brasil e do Paraguai”*, e repetimos sua fala *“a gente tipo se junta e vê coisas umas das outras”*. A **estudante X**: *“eu frequento os mesmos lugares que as outras pessoas da outra fronteira”*. E o **estudante XIII** apresenta que *“o lado bom é que está convivendo com bastante pessoas diferentes [...] e o lado ruim é que é fronteira aberta”*.

No tocante às percepções dos estudantes após assistirem o vídeo, destacamos a fala da **estudante X** ao referir-se às escolhas dos lugares filmados: *“eu achei legal, porque aqui convivem as pessoas do Paraguai e do Brasil juntas, então: qualquer lugar”*. A fala da estudante expõe a ideia de que não seria necessária a escolha de um local simbolicamente considerado por um discurso maior, hegemônico, para se representar a fronteira, mesmo sendo a oficial, institucionalizada, pois as pessoas que convivem juntas seriam esse símbolo, *“então: qualquer lugar”* poderia ser escolhido.

Quando questionados sobre o que chamou a atenção e/ou influenciou para definir a escolha do local, as respostas variaram. O **estudante IV** disse *“comércio”*; **estudante VII**: *“lembrança”*; **estudante XI**: *“cultura”*, **estudante VIII**: *“ponto turístico”*; **estudante IX**: *“onde mais se reuniam jovens, tanto do Paraguai como do Brasil”*; **estudante V**: *“eu pensei mais pela diversidade mesmo, que é o ponto final”*; **estudante VI**: *“a mistura de culturas do comércio”*; **estudante X**: *“o convívio das pessoas”*.

Três estudantes (**IV**, **VIII** e **VI**) associaram ao aspecto econômico a representação significativa da localidade se configurando em um lugar de comércio. O **estudante VII** escolheu por causa da lembrança do lugar. O **estudante IX** e a **estudante X** escolheram o local para representar um lugar de encontro, por propiciar a reunião de pessoas. E o **estudante V** associou o ponto final de ônibus, por estar próximo da linha internacional, a um lugar que expõe a diversidade resultante do contato, mistura entre os países.

Assim, percebe-se que os estudantes reconhecem e identificam os locais como parte de um processo que se desdobram em suas existências, em suas experiências com as dinâmicas ocorridas naquela localidade, se construindo

a partir de suas relações extensivas e intensivas, formando suas identificações em dimensões escalares variadas, multiterritoriais.

Por fim, questionando-os sobre o que lhes chamou a atenção no vídeo, a maioria das respostas destacaram as imagens filmadas pela **estudante XV** do cemitério, depois a da penitenciária filmada pela **estudante XII**. As estudantes **XII** e **XV** que filmaram as imagens da penitenciária e cemitério, respectivamente, embora associados a locais de Estado, apresentaram reflexões profundas em suas falas. A **estudante XII** expôs que:

As ideias sobre fronteira elas fluem na nossa mente, mas como fronteira é um limite, eu pensei em várias outras antes de decidir por essa, mas acho que é uma fronteira, que você é limitado pelo muro, você é limitado apenas pelas decisões de juízes e advogados, promotores, e essa fronteira é o limite entre o que é bom, o bem e o mal, porque do muro pra fora, você tem uma vida, de repente você comete um delito, é colocado do muro pra dentro e pessoas começam a decidir o que vai ser da sua vida, você fica limitado a fronteira de não poder falar ‘eu não quero, eu não vô’, você tem que ir porque são regras. Ideias sobre fronteiras eu tenho várias, existem várias fronteiras, até mesmo dentro de nós, de nossos pensamentos, a fronteira de ser de não ser, de saber, são ‘n’ fronteiras em todos os cantos em todos os lugares.

E a **estudante XV** disse que:

Digo que sim, porque antes eu não pensava em fronteiras, e depois desse vídeo, depois desse projeto que eu entrei pra fazer, eu, na verdade assim, eu até pensei, na hora veio na cabeça, a fronteira entre Brasil e Paraguai, só que eu pensei: todos irão fazer isso porque estamos no meio de uma fronteira, eu moro numa fronteira né, então pra mim, depois eu pensei na fronteira entre a vida e a morte né, o único lugar que eu pensei foi em cemitério, então teve diferença sim. Hoje né, eu sei que não é só esses dois lugares que é fronteira. Existem vários tipos de fronteira, que hoje até penso né, vou num lugar eu penso né, será que isso aqui é uma fronteira, será que não? Entendeu? Já tenho um novo pensamento sobre o que é fronteira.

As duas estudantes seguem caminhos discursivos ora diferentes, ora semelhantes. A fala da **estudante XII** dá a entender que já de início pensou em concepções sobre fronteira em vários contextos que não se restringiam às fronteiras físicas, fixas, extensivas e oficiais. Durante seu vídeo, em sua fala, apresenta a ideia de pensar a penitenciária como fronteira material, mas também como fronteira de vontades, de desejo, de liberdade, fronteiras intensivas.

A **estudante XV** direciona seus pensamentos iniciais às escolhas de locais que representem a fronteira entre os países e faz a vinculação da escolha dos demais colegas à obviedade por estarem em uma região de

fronteira. No entanto, se assemelha a **estudante XII** quando ambas apresentam os vários tipos de fronteiras que podem existir: “*existem várias fronteiras, até mesmo dentro de nós, de nossos pensamentos, a fronteira de ser de não ser, de saber, são ‘n’ fronteiras em todos os cantos em todos os lugares*”(estudante **XII**); *Hoje né, eu sei que não é só esses dois lugares que é fronteira. Existem vários tipos de fronteira, que hoje até penso né, vou num lugar eu penso né, será que isso aqui é uma fronteira, será que não? Entendeu? Já tenho um novo pensamento sobre o que é fronteira*” (estudante **XV**).

Isso demonstra que o início da proposta de pesquisa já induziu a pensamentos que repercutiram em observações sobre a fronteira e continuaram repercutindo nos cotidianos dos estudantes afetando as extensividades e as intensividades, provocando a deriva do discurso hegemônico.

Os viveres transfronteiriços no entre-lugar

No vídeo, os estudantes nos apresentam os mapas de seus corpos como um processo de aprendizagem em aberto associado às várias forças. Demonstrando um espaço onde elas coexistem, afetam um ao outro, se conflitam, rasuram, interligam em várias extensividades e intensividades, o espaço como “produto de inter-relações” (MASSEY, 2008, p. 29).

Essas inter-relações se desenvolvem em meio a vários processos que se desencadearam com o experimento: a provocação da escolha do local; o uso de câmera filmadora para captar as imagens/locais de fronteira, os locais e as pessoas filmadas, os processos de edição; o nosso processo de edição final, nosso texto, e agora você leitor(a). Estamos todos inter-relacionados também em uma certa dimensão⁸.

Em alguns casos, quando se referiram à fronteira entre os dois países, na espacialidade que há entre as duas cidades, configuraram outra espacialidade criada a partir das relações sociais, das trocas culturais, que se desenvolvem paralelas aos poderes institucionais legais. Essa espacialidade pode ser pensada como um *entre-lugar*. As estudantes **XII** e **XV** em suas perspectivas com a penitenciária e o cemitério, de certa forma, também nos apresentaram um *entre-lugar*. Seja pela vida dentro e fora do presídio, seja pelo outro lugar que é o cemitério.

Para Ferraz (2010), o conceito de entre-lugar “aponta para um determinado arranjo espacial que se caracteriza por ser fronteira, ou seja, ao

⁸ Nossas relações com as instituições e os processos territoriais se dão de formas tão intensas e associadas às produções imagéticas que, às vezes, nos vemos perdidos num campo de codificações e sobrecodificações afetando de forma significativa nossas espacialidades.

mesmo tempo em que separa e limita, permite o contato e aproxima” (FERRAZ, 2010, p. 30), sendo um lugar de estranhamento e de potencialidades de identidades, segundo o autor. Recorremos, mais uma vez, a Massey e Keynes (2004) para pensar o espaço por meio do conceito do *entre-lugar*.

Trata-se de uma proposta para reconhecer o espaço como a esfera do encontro, ou não, dessas trajetórias - onde elas coexistem, afetam uma à outra, lutam. O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não-entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno. O espaço, para repetir mais uma vez, é o produto de inter-relações (MASSEY; KEYNES 2004, p. 17).

As inter-relações tão destacadas nas citações de Massey se efetivam em nosso dia a dia, por isso, a necessária percepção de se reconhecer no *entre-lugar* (FERRAZ, 2010) e aprender a se relacionar com o novo, o inusitado, evitando os sectarismos.

Julgamos que esse “entre-lugar” fronteiro é o lugar do acontecer da leitura geográfica da forma espacial dos fenômenos, ou seja, é o encontro nos corpos entre as forças extensivas e externas com a potência intensiva, que dobra os fenômenos em sua interioridade de sentidos, os territorializando em formas de pensamento que permitem aos corpos elaborarem seus referenciais de localização e orientação no próprio processo de diferenciação, multiplicidade e mobilidade da vida. Assim, não apenas observamos a exterioridade das coisas e a fixamos em uma representação que as uniformiza e localiza, mas vivenciamos os sentidos outros dos fenômenos em nós, com os lugares, em devires outros, intensivamente.

Com o vídeo, tentamos estabelecer essa relação de conhecimento possível a partir do que “se ouve” e do que “se olha” como encontro tenso e em aberto do próprio processo de produzir conhecimento espacial. Essa relação dialógica deriva de conceitos que propõem um espaço semântico social e solidário porque é compartilhado e trabalhado com todos os interlocutores envolvidos.

Conclusão

Acreditamos que as discussões que podem ser desenvolvidas a partir dos registros imagéticos e sonoros dos estudantes são inúmeras. Poderíamos pesquisar sobre as tensões do entre-lugar que se criam nos territórios nacionais e internacionais e as territorialidades existentes que dissolvem as sobre-codificações legais dos Estados nesses lugares ou sobre as representações de fronteiras que se criam e recriam a partir da situação de

limite internacional, de divisa entre países, como se a palavra *fronteira* se restringisse conceitualmente a essas condições semânticas.

Poderíamos abordar exclusivamente como as multiterritorialidades se manifestam, se são contínuas ou não, se são mais simbólicas, se suas sobreposições e conexões são mais intensas nos territórios-zona ou nos territórios-rede: “distinguindo então, tal como na distinção entre territórios-zona e territórios-rede, uma multiterritorialidade em sentido lato ou “zonal” e uma multiterritorialidade em sentido estrito ou reticular” (HAESBAERT, 2004. p. 17).

Em nosso esforço de demonstrar leituras e compreensões desses fenômenos socioespaciais presentes nos vídeos-mapas temos consciência do que fica de fora, do que nos fica oculto. A princípio, pelo próprio material fílmico (que obviamente representa um “recorte” no espaço-tempo possibilitado pela tecnologia utilizada e pelos atores envolvidos), que nos possibilita enquadramentos, sons e falas sobre as localidades. Em segundo, pelas nossas intervenções como pesquisadores/investigadores.

Mas o que reafirmamos são as potências de agenciamentos e percepções sobre a temática que o vídeo-mapa possibilita, justamente por não fixar uma concepção de *fronteira*, mas promover o exercício de múltiplas reflexões sobre a mesma. Afinal, tentativas de fixar conceitos, identidades, territorialidades implica em limitações diante das complexidades de processos espaciais que se desencadeiam nos encontros e desencontros, seja entre nós e os fenômenos do que chamamos de *real*, seja nas sobre-codificações herdadas de nossos contextos socioculturais nos quais estamos inseridos.

Considerar os vídeos feitos pelos estudantes como um mapa em aberto para conexões múltiplas a partir desses registros, desses recortes, desse contexto espaço-temporal (que cada um produziu) é entender que o grau de complexidade que vivenciamos em nossas sociedades contemporâneas nos afeta de tal forma que nossas vivências (intensividades e extensividades) estão em um constante devir, influenciadas por variáveis inter-relacionais multiescalares tão complexas, que, percepções e entendimentos de mundo podem ser velozmente alterados de maneira intensa. Pois, somos afetados constantemente por várias forças, relações de poder e hierarquizações espaciais que interferem diretamente em nossas vivências.

Esses espaços, esses territórios, essas fronteiras que nos foram apresentadas pelos vídeos refletem momentos cristalizados (imagens e falas) e suas intencionalidades. Nosso texto, também carregado de intenções, buscou reflexões sobre esses momentos e suas intencionalidades com o intuito de ampliar a discussão sobre a temática em questão. Não buscamos por definições ou delimitações, mas sim o entendimento das várias forças/linhas que agem sobre os corpos dos estudantes, seus vídeos e suas vivências.

Consideramos que arranhamos superfícies de alguns conceitos e tentamos aprofundar outros. Todavia, assim como os estudantes escolheram as imagens e o que responder (consciente ou inconscientemente), também sistematizamos nossas ideias por caminhos que julgamos não serem fechados, mas abertos a novos entendimentos. Portanto, sempre teremos aquilo que será fugidivo e latente às nossas investigações científicas. Cada sujeito tem seu olhar, suas percepções, suas espacialidades e temporalidades. Faz parte de nosso existir. E não há problemas quanto a isso.

Referências

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.
- FERRAZ, Cláudio B.O. Entre-Lugar: apresentação. **Revista Entre-Lugar**. Dourados (MS): Editora da UFGD, ano 1, n. 1, p. 15-31, 2010.
- GIRARDI, Gisele; SOARES, Pedro. Construção de um problema de pesquisa sobre o mapeamento como dispositivo. **Olhares & Trilhas**, v. 17, n. 2, p. 46-65, 2015.
- GOULART, Wagner Souza. **Experimentos geográficos em educação: cartografia de um vídeo-mapa com fronteiras**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Ano IX, Nº 17, p. 19-56, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Material digital disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em 25/09/2021.
- MASSEY, Doreen; MILTON, KEYNES. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, ano 6, n. 12, p. 7-23, 2004.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- OLIVEIRA, Jr. Wenceslao Machado de. A rasura dos lugares-fragmentos espaciais re-existent em vídeo. In GALLO, Silvio; NOVAES, Marcus; GUARIENTI, Laisa B. O. (Org.). **Conexões: Deleuze e Política e Resistência e...** 1ª Edição, Petrópolis, RJ, 2013. p. 195-208.

Brasiguaios/as no Mato Grosso do Sul: migrantes brasileiros/as retornados/as do Paraguai e a luta pela terra

Leandro Baller¹
Elisandra Tomascheski²

Introdução

A ocorrência histórica dos movimentos migratórios vem de longa data, quicá, faça parte das primeiras dinâmicas sociais entre os seres humanos. Desde que a existência do ser humano é estudada, é possível identificar a mobilidade das pessoas como um dos fenômenos que sempre estiveram presentes nas sociedades, ora traçando percursos diferentes, por vezes palmilhando interesses distintos, ora impetrada por inciativas outras. É possível perceber características de saídas e de chegadas que moldam e configuram trajetórias, às vezes únicas, outras vezes coletivas, mas mesmo que sozinhas ou em conjunto guardam histórias ricas e repletas de sentimentos. O ir e vir se mostra como um direito garantido e conquistado pelas pessoas mundo a fora; nem sempre é um movimento harmônico; existem aparatos legais que podem ser facilitadores, mas que também podem ser intimidadores; há lugares distantes, há outros que são habitados e possuem seus residentes *estabelecidos* de longa data. O que queremos dizer é que poderíamos aqui descrever páginas e mais páginas sobre como é possível vermos a mobilidade humana, por se tratar de um dos fenômenos mais antigos que acompanha a humanidade, logo, é necessário fazermos recortes; sendo assim, primamos por uma breve apresentação daquilo que queremos historiar na dinâmica migratória de *outsiders*.

Os movimentos migratórios não foram ou são características exclusivas dos chamados homens brancos, nem tampouco podem ser considerados uma atividade exclusivamente autóctone. Dito isso, é importante inserirmos aos poucos o recorte espacial que procuramos analisar neste breve texto. Sendo assim, na América do Sul, a América Hispânica, a América Portuguesa

¹ Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Professor do curso de História da mesma instituição. E-mail: lballer@ufgd.edu.br.

² Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Professora da rede estadual de educação de Mato Grosso do Sul. E-mail: eli_tomascheski@hotmail.com.

e posteriormente os países independentes, tanto de um lado quanto de outro, operacionalizam uma intensa troca de experiências entre as pessoas, seja no sentido de trocas materiais e que envolveram produtos de origens variadas, ou mesmo de trocas culturais, no sentido de amalgamar costumes, práticas e/ou técnicas. Com o passar dos anos essas dinâmicas vão se alterando e configurando-se em espaços mais localizados assim como em períodos um tanto quanto demarcados.

Nesse sentido, procurando dar essa compreensão inicial, um tanto generalizante sobre essas dinâmicas, buscamos afunilar nosso objetivo, que é mostrar como a incidência da mobilidade de brasileiros retornados para o Brasil, vindos do Paraguai, vem ao encontro de uma finalidade comum ao grupo migrante; que é o da luta pela terra. Brasiguaios/as, é assim que são chamadas as pessoas, em geral brasileiros/as, que estão em mobilidade entre os dois países, um fenômeno datado e que se fortalece enquanto prática migratória a partir da segunda metade da década de 1980, mais propriamente num primeiro momento no ano de 1985, quando há o retorno organizado de quase mil famílias e esta denominação é cunhada no calor desse movimento de retorno das pessoas que saíam do leste paraguaio e adentravam o oeste brasileiro, naquele momento passando do Departamento de Canindeyu – PY, para o estado de Mato Grosso do Sul - BR, se instalando provisoriamente no município de Mundo Novo, no que ficou conhecido com a Cidade de Lona, um lugar de fronteira seca entre os dois países.

Aceitamos de forma muito tranquila os estudos que mostram a incidência de outras ocorrências históricas sobre a migração entre os dois países, uma vez que essa transitoriedade sempre houve. Seria o caso de chamarmos as pessoas desses outros movimentos migratórios de ida e de volta entre os dois países de brasiguaios/as de outros tempos? Pensamos que não; mas sim de reconhecer esses estudos e esses movimentos como parte de uma história que se construiu na *longa duração*. Por outro lado, não podemos deixar de evidenciar que as relações entre ambos os países se fortalecem bastante no século XX, sobretudo, após a segunda metade, perpassando para o início do século XXI. Aliás, é já nesse século que queremos explorar outro momento e outra espacialidade dessa volta de pessoas, quando ocorre o processo de retorno de homens e mulheres brasileiros/as ao Brasil, provindos do Paraguai, e que tampouco foi homogêneo. Após muitas lutas, um número significativo de migrantes retornados conquistou a sonhada terra; dessa vez abordaremos o caso do Assentamento Itamarati, localizado no município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul.

As entrevistas utilizadas para o desenvolvimento deste texto, em específico sobre o Assentamento Itamarati, fazem parte de um corpus documental maior, construído a partir de pesquisas para a concretização da pesquisa em nível de mestrado, da segunda autora no Programa de Pós-

Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD).

O que nos move na busca da compreensão da mobilidade humana, em geral, gira em torno da questão do porquê as pessoas migram. A bibliografia que discute o tema é ampla e se dispõe por vários campos das ciências, logo, esse é um debate interdisciplinar. Para nós é importante entender qualitativamente esse processo dentro dos estudos das ciências humanas e sociais, sem, todavia, descartar vetores quantitativos como os provenientes da demografia ou mesmo da economia. Então, de onde saíram esses brasileiros que a partir de meados de 1980 e início do século XXI estão retornando ao Mato Grosso do Sul vindos do Paraguai?

Ambos os grupos de brasiguaios – tanto o de Mundo Novo, quanto o de Ponta Porã – estão ligados diretamente à luta pela propriedade e pelo trabalho na terra, então precisamos atentar para o fato de que a busca pela propriedade rural tem se mostrado de difícil resolução em ambos os países, com problemas variados, que vão desde a titulação das terras, em que há a sobreposição de títulos, com a ampliação de um modal tecnológico de produção, e com isso há o aumento dos latifúndios gerando quedas bruscas da necessidade de força de trabalho braçal; essas entre outras questões circundam a problemática e geram grande instabilidade no meio rural num primeiro momento, especialmente no Sul e Sudeste do Brasil.

Com essas mudanças, o que fica perceptível é a saída de centenas de milhares de brasileiros da zona rural dessas regiões para outros lugares, em busca do sonhado pedaço de chão para trabalhar. Ao ampliar nosso olhar sobre o tema, vimos que esses trabalhadores são pequenos proprietários que venderam suas terras, boias-frias, arrendatários, parceiros, meeiros, parceiros, posseiros, entre outros, indo ao encontro das novas fronteiras agrícolas, que em meados do século XX se localizavam de maneira mais acentuada no oeste paranaense, e/ou no então sul de Mato Grosso, e posteriormente se estende para o leste paraguaio.

É importante destacar que o movimento migratório de brasileiros/as ao Paraguai, que passa a ocorrer de maneira mais intensa na segunda metade do século XX, não se caracteriza por ser espontâneo, ou seja, ele não é inteira e unicamente um objetivo desejado pelas pessoas, mas sim, veio ao encontro de interesses geopolíticos do governo brasileiro no sentido de ter maior controle civil nos espaços das fronteiras no oeste; veio também ao encontro de interesses do governo paraguaio que visava desenvolver a agricultura no leste do seu País. Então, nossas considerações tratam da crise agrária numa situação de fronteira agrícola, procurando compreendê-la também no interior das políticas de Estado.

Naquele contexto, é perceptível a ação de duas marchas, sendo a Marcha para o Oeste – BR, que teve seu início no governo de Getúlio Vargas,

no bojo da política do Estado Novo na década de 1930 e se estendendo por várias décadas posteriores, e um pouco mais tarde, no decorrer da década de 1950, com a aceleração das propostas governamentais do governo paraguaio com a *Marcha al Este*. Ambos os governos acabam fomentando o movimento migratório endógeno nos dois países; no Brasil com destino ao oeste, no Paraguai rumo ao leste, tendo como ponto de encontro as fronteiras internacionais dos dois países.

Noutro momento, já havíamos construído perspectivas mais amplas sobre o tema, minimamente retomando alguns pontos centrais que nos auxiliam a compreender como isso ocorreu, entendendo como uma política de reaproximação entre ambos os países a passagem de milhares de brasileiros ao Paraguai, caracterizando um movimento exógeno, e o país se transformou no principal destino de brasileiros no exterior, característica que permaneceu até bem pouco tempo, quando os Estados Unidos passam a figurar como o novo principal destino da maioria dos brasileiros. Todavia, a mobilidade de brasileiros/as e paraguaios/as entre ambos os países jamais cessou, continua pujante e a todo momento é ressignificado atendendo a dinâmica social das pessoas que marcam esse processo histórico.

O período mais efervescente da entrada de brasileiros no Paraguai marca tanto as disposições do governo brasileiro, que era aliviar zonas de conflitos por terras no sul e no sudeste, quanto às do governo paraguaio, que promove a abertura das fronteiras para que fosse possível ocorrer intenso fluxo de pessoas ao Paraguai, o qual buscava mão de obra agrícola especializada no contexto difundido por *la Marcha se hace al Este*. Dessa forma, os respectivos governos atendiam aos seus programas políticos incentivando centenas de milhares de trabalhadores rurais – especialmente brasileiros – a povoar as regiões de fronteira de ambos os países. O resultado foi que, em toda a segunda metade do século XX, o Paraguai contou com aproximadamente 10% de toda a sua população, como sendo de brasileiros, a região de fronteira oriental, por exemplo, continha índices com mais de 95% de brasileiros (BALLER, 2014, p. 251).

Entender a história que cerca os/as brasiguaios/as, é também compreender como esses movimentos se inseriam na base teórica sobre as fronteiras e que estavam em operacionalização no período em que ambas as marchas atuavam sobre a mobilidade humana; no Brasil rumo a oeste e no Paraguai rumo a leste. A concepção do norte-americano Frederick Jackson Turner (1893) mostra como no contexto político as fronteiras funcionavam como válvulas de escape, na medida em que se torna dinamizadora de áreas de trabalho e forma de controlar tensões sociais, mesmo que temporariamente, contribuindo para transformar o espaço fronteiro em território demograficamente habitado.

No caso de Brasil e Paraguai, essa conjectura concretizou-se em resultados imediatos aos dois países, acalmando um grande número de pequenos proprietários e de pessoas que estavam ficando sem trabalho e sem terras na área rural, e na entrada de um contingente de pessoas com experiência no trabalho rural noutro país. Ou seja, os dois países passaram a comportar uma massa humana civil na fronteira, e que em poucas décadas depois passariam a sofrer novamente com um novo processo de destituição de suas terras e de seu trabalho braçal, a fronteira agindo novamente como uma válvula de escape.

Acampamento “Cidade de Lona”: retornados/as em Mundo Novo - MS

É cheia de dor e sofrimento. Somos de todos os estados do Brasil. Fomos obrigados a ir para o Paraguai. A situação no Brasil era difícil. A terra está nas mãos dos latifundiários. Não arrendam porque está cheia de capim ou plantada de soja. Os fazendeiros tocam a lavoura com máquinas. Não precisam de mão de obra. Fomos obrigados a deixar a terra natal para não viver como bóia-fria. Imigramos para o Paraguai. Lá não foi nada melhor. A luta foi mais dura e mais uma vez fomos expulsos da terra. Agora, da terra do Paraguai (Carta à População. Brasiguaios acampados. Mundo Novo/MS, 21/06/1985).

A Carta acima exposta, serve como uma fonte histórica importante para nos despertar sobre os eventos desencadeados em seu contexto de escrita, mas que possuem suas origens nas décadas anteriores, fatos que passaram a se tornar mais visíveis no Brasil, e que envolviam os migrantes retornados do Paraguai, os denominados de brasiguaios/as a partir do momento em que pisavam novamente em solo brasileiro, por volta de meados do ano de 1985.

Essa breve história quer mostrar um pouco da luta que milhares de trabalhadores rurais nos contam, em uma jornada de esperanças, desafios e de muitas amarguras, galgando de um país para outro, arrastando seus pais, esposas, filhos, amontoando utensílios domésticos precários, as vezes pequenos animais e quase sempre poucas trouxas de roupas, onde se misturam colchões, camisas, vestidos, calças, calçados, chinelas, meias, entre outros pequenos pertences para uso na higiene pessoal, restos de alimentos quando existem, e que são envolvidos em lençóis, formando, assim como a vida do migrante, um amalgama de possibilidades, em uma verdadeira busca na maneira de produção e reprodução do seu *modus vivendi* enquanto trabalhadores rurais ao sonhado pedaço de chão, constituindo a trouxa, naquilo que o Documento do Simpósio sobre Migrações da Comissão Pastoral da Terra do Paraná, já em sua capa, vai chamar de “Sem Terra e Sem Rumo”.

Figuras 1 e 2: Brasileiros/as descendo as barrancas do Rio Paraná indo em direção ao Paraguai



Fonte: Documento do Simpósio sobre Migrações da CPT/PR, 1979, Capa; p. 14.

Os momentos de ida ao Paraguai são marcados por diferentes contextos, não é uma migração organizada e planejada. A falta de terra para plantio e a escassez de serviço na zona rural no Brasil mesclam-se com as desapropriações de terras de pequenos agricultores feito por grandes empresas, sejam por fazendas que vão incorporando novas áreas e as novas tecnologias de produção no que comumente chamamos de mecanização conservadora do campo, e expulsam os mais pobres. Outras vezes, por diferentes segmentos, como é caso da Itaipu Binacional em fins da década de 1970 e início dos anos 1980, quando milhares de famílias ficam desalojadas com o alagamento de suas terras por ocasião da formação do reservatório da usina hidrelétrica. As barrancas do rio Paraná que compõe essa região são partícipes dessa história tanto ao Brasil quanto ao Paraguai e consoante a seus países e suas localidades ali presentes, se tornam as zonas de entrada e saída de um país para outro. Posteriormente a fronteira vai se estendendo, para onde há terras, em que a reforma agrária pode oportunizar um pedaço de chão para trabalhar, produzir e se reproduzir.

O oeste paranaense, o extremo do sul de Mato Grosso do Sul - BR, assim como alguns departamentos do leste paraguaio, onde parte das barrancas do rio Paraná se localizavam, e que posteriormente, com a barragem e o embalse, passou a ser o Lago Internacional da Usina Hidrelétrica da Itaipu Binacional (1982), é uma região reconhecidamente de litígios de propriedade de terras, em especial na zona rural. Um espaço de fronteira agrícola de colonização tardia, logo, muitos dos trabalhadores que

ali habitavam não possuíam escrituras das terras ou, se as tinham, ocorriam as sobreposições de títulos. Essas pessoas eram arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros, boias-frias, entre outras designações possíveis. Para grande parte desses agricultores não coube a discussão pelo valor da terra que seria desapropriada pela Itaipu, logo não restava muitas saídas a não ser novamente deixarem as terras em que trabalhavam, alguns apenas com o pagamento da safra plantada e poucos recursos que lhes restavam. Os brasileiros que foram ao Paraguai nas décadas anteriores, tinham um perfil muito próximo a estes desapropriados da Itaipu, não demorariam muito e voltariam organizadamente ao Brasil.

Com o retorno de milhares de pessoas ao Brasil, após a saída organizada do Paraguai, a chegada em Mundo Novo não se dá de maneira harmônica. A jornalista Cácia Cortêz, que acompanhou de perto o movimento, anos mais tarde publica expressivo material que nos auxilia a compreender um pouco melhor as sensações das pessoas, sentimentos que nos tocam, transpassam as folhas de papel e a escrita. Com a chegada e a necessidade de fazer uma instalação rápida, formou-se a Cidade de Lona. A jornalista, ao se referir a Cidade de Lona em Mundo Novo, destaca.

Trazendo à lembrança os tempos dos primeiros agricultores da região, os acampados mudaram a paisagem e o ritmo da cidade. Seriam quase sete mil pessoas comprimidas numa área de dez mil metros quadrados, repleta de barracos de lonas de plástico e papelão, sustentados por forquilhas de madeira, com altura máxima de um metro e meio no seu espigão. Além de poucos utensílios domésticos e móveis, os agricultores conseguiram abrigar os seus quinhentos cachorros e gatos, papagaios, porcos e alguns cabritos. Ali eles permaneceriam seis meses, enfrentando um calor de até quarenta graus durante o dia e o frio à noite (CORTÊZ, 1993, p. 55-56).

A riqueza de detalhes na versão dada por Cácia Cortêz, nesse pequeno excerto, é a tônica dos demais escritos que ela nos deixa sobre o tema, e devolve – se assim é possível dizer – um pouco da humanidade a esses milhares de migrantes retornados, pois em geral os conhecemos pelos dilatados números em que se operam discursos, as vezes de apoio, mas também raivosos e nada contempladores da situação vivida por essas gentes, que demonstra o quão importantes são seus pequenos animais que ali também fariam morada. A dimensão do cotidiano das pessoas ligadas ao trabalho com a terra é inseparável desses “pequenos detalhes” que a jornalista nos faz lembrar, e os torna comumente ainda mais humanos do que os números que quase sempre os representam.

A Cidade de Lona, com centenas de barracos, se ergueu da noite para o dia em junho de 1985, em um terreno baldio que estava destinado à construção de uma escola, bem ao lado da prefeitura municipal de Mundo

Novo, no extremo sul de Mato Grosso do Sul. No decorrer das semanas seguintes ela só aumentou. Com isso, também aumentaram as pressões ao poder público local e regional, chegando até no governo federal, e as pessoas do lugar mesclavam ares de complacência e desconfiança com tudo o que vinha acontecendo. Segundo Cácia Cortêz.

A presença de milhares de agricultores, em tão pouco espaço, sem condições de sobrevivência, necessitando de todo tipo de ajuda e com tanta gente ociosa, despertou o temor dos comerciantes, que sentiram-se invadidos. Era um contingente de possíveis fregueses, mas que não dispunham de produção e meios de conseguir renda a curto prazo. Isso ascendeu o temor de saques, assaltos, invasões de casas, pelo “batalhão de esfomeados” (CORTÊZ, 1993, p. 55-56).

A Cidade de Lona marcou o local. Mundo Novo já contava com outras questões que eram parecidas à essa que se colocou da noite para o dia, pois ali próximo, havia cerca de mil e quinhentos agricultores boias-frias e ex-arrendatários que estavam há mais de um ano reivindicando terras. Essa era uma questão que estavam tentando administrar, mas era impossível agregar mais uma demanda que era cinco vezes maior que a já existente. Ao que parece, no município de Mundo Novo e nos arredores, não se preocupavam com o contingente vindo de fora, mas apenas com o bem-estar da população local.

O amontoado de centenas de barracos, com milhares de moradores, com outras centenas de pequenos animais domésticos, pulsou como uma verdadeira cidade dentro de outra cidade, com necessidades próprias e idiossincráticas daquele momento e para aquele povo, sendo administrada como se fosse um município ensimesmado com a particularidade do retorno e com um objetivo comum muito forte, e uma identidade definida. Foi assim que os/as brasiguaios/as se apresentaram na luta pela terra de volta ao Brasil em 1985.

A manutenção de toda a infraestrutura da Cidade de Lona foi conduzida pelos próprios acampados em sistema de comissões. Havia uma comissão de higiene, uma comissão de saúde, comissão dos jovens, comissão de segurança, comissão de imprensa, entre outras formas de organização e auxílio, todas ligadas a uma comissão central, que reunia as demandas, e com toda a precariedade existente, buscavam resolver os problemas que não eram simples e nem poucos (Cf: CORTÊZ, 1993).

Lidar com o lixo, umidade, esgotos, enxurradas, doenças, partos, falecimentos, prostituição, enfim, tudo aquilo que compõe um núcleo urbanizado em situação vulnerável e lastimável de vida, ali também existia. Somando-se a isso era necessário atentar aos curiosos de fora e que ali transitavam, jornalistas, vendedores ambulantes, em especial de cigarros e bebidas. A oferta local de produtos advindos de sítiantes também era

corriqueira, com ovos, carnes, verduras, frutas, legumes, banha, tudo o que pudesse ser vendido tinha alguém com ganas de comprar. Outro elemento que necessitava ser vigiado eram as autoridades, pois a Polícia Militar teve seus contingentes reforçados e sempre que possível, mesmo sem necessidade, se utilizava de artimanhas condenáveis para aumentar ainda mais a instabilidade do lugar.

As intempéries do clima, a falta de recursos para alimentação, a sensação de perseguição e vigília a todo momento, a preocupação com as crianças, as doenças e em alguns casos os óbitos, a falta de garantias de um futuro diferente daquele em que estavam inseridos e do passado recente que haviam deixado no Paraguai, entre outras questões de ordens diversas, acabam fazendo com que as pessoas da Cidade de Lona sofressem por vários meses.

Um relato procedente do contexto em que a Cidade de Lona vivia em 1985 está presente no livro de Cácia Cortêz, em que a fala da enfermeira prática Dirce Gorch, que estava junto aos/às brasiguaios/as no acampamento, nos dá uma visão mais ampla sobre aquele momento. Segundo ela, ao relatar o sofrimento do grupo, algumas coisas ficavam evidentes nas crises que as pessoas passavam, com sentimentos aflorados e tensão nervosa, que era comum entre eles.

Tem muita mulher que ainda não acredita que está no Brasil. Tem medo do que pode acontecer. Por enquanto, a gente só viu polícia. Nada de terra, nada de ajuda. Nenhuma autoridade disse pra (sic) gente uma palavra de que aqui vai ser diferente. Isso preocupa muito as mães e causa muita crise de choro, de nervosismo [...]. Tem pai de família que varia muito à noite e começa a falar coisas lá de onde eles vieram (CORTEZ, 1993, p. 60).

O que Dirce observa é o resultado que as trajetórias das pessoas moldaram nesses sujeitos, que apanhavam da *polícia* no Paraguai, que eram frequentemente expulsas das terras por outras autoridades, perseguidas. Não era incomum serem torturadas, há vários relatos dessa natureza que Cácia Cortêz traz em seus escritos. A carga de sentimentos ruins, a desesperança, as dificuldades, os sofrimentos, as incertezas, a situação precária, muitas vezes clandestina, sem fixar residência durante vários anos. A falta de documentos, entre outras fragilidades, faz dessas pessoas, sobretudo as crianças, ficarem em situações de saúde graves, com subnutrição e mortes. Pelo que temos visto nas fontes que tratam do tema, são essas questões que consubstanciam o relato da enfermeira, em que observa as alucinações que comumente atordoam os habitantes da Cidade de Lona.

Não é caro lembrar que muitas pessoas, autoridades, moradores, instituições, pequenos comerciantes e empresários entre outros segmentos foram também sujeitos ativos no auxílio e/ou na denúncia aos milhares de

retornados que habitaram a Cidade de Lona em Mundo Novo – MS, em especial Sindicatos, a Comissão Pastoral da Terra, outros movimentos de luta pela terra e sobretudo ligados às diversas denominações religiosas. Logicamente, a solidariedade percebida não foi algo automático e repentino, as pessoas tiveram que entender o que estava ocorrendo, para a partir desse momento auxiliar.

Muitas famílias, ao se verem na situação de acampadas, perceberam que a propaganda feita em relação ao Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no Brasil, naquele ano, um dos fatores que motivou em grande medida o retorno ao país, não seria um sonho de fácil realização e acabaram buscando outros meios de vida, como trabalhadores assalariados nas zonas urbanizadas, outros em fazendas próximas, ou mesmo buscando ajuda de parentes que se mostravam dispostos a lhes auxiliar temporariamente, isso quando não acabaram inchando as periferias das pequenas cidades nas regiões fronteiriças com o Paraguai, amalgamando sonhos e medos constantes, sonhos de conquistar um pedaço de terra para trabalhar e o medo com a insegurança de adentrar o Brasil com filhos nascidos no Paraguai ou mesmo no Brasil mas que percebiam a necessidade de imediatamente conseguirem algo. Essa dinâmica, fez também com que muitas famílias se unissem a outros movimentos de luta pela terra, em especial no estado de Mato Grosso do Sul, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST), e outros, tornando-se parte dessa identidade de lutas já empreendidas no Brasil, pelos movimentos aqui presentes.

Posteriormente e com muita luta, em especial no campo político em várias instâncias de poder, a grande maioria dos moradores acampados em Mundo Novo, na então chamada Cidade de Lona, primeiro núcleo de acampados migrantes retornados do Paraguai, iniciam outro deslocamento, dessa vez adentrando ainda mais o interior do Brasil e como da primeira vez, de forma organizada, com um destino comum e programado. Desta vez o destino era a Gleba Santa Idalina³, em uma parcela de terras desapropriadas da Sociedade de Melhoramentos e Colonização S/A (SOMECO S/A) no município de Ivinhema também no estado de Mato Grosso do Sul. Ali a luta e as dificuldades também não foram pequenas.

Em síntese podemos dizer que a Gleba Santa Idalina, vem sendo disputada desde o início da década de 1980, a sua situação litigante permanece até a atualidade, em que temos a SOMECO S/A dizendo ser sua essa propriedade. No ano de 1984 a referida Gleba é ocupada pelo MST, mas logo em seguida é dada novamente a reintegração de posse à SOMECO S/A. Nos

³ A ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema - MS é outra história que vem sendo contada há várias décadas. É carregada de questões polêmicas que precisam ser observadas com maior profundidade e que não cabem aqui nesse momento.

anos seguintes a 1985, há o adentramento, ocupação, instalação e é feito o acampamento dos/as brasiguaios/as provenientes em grande parte da Cidade de Lona, de Mundo Novo – MS; em seguida institui-se o Projeto de Assentamento Novo Horizonte (PANH); esse por sua vez é emancipado em 1993, sendo chamado de município de Novo Horizonte do Sul – MS, ou como ficou conhecido, a cidade dos/as brasiguaios/as.

Assentamento Itamarati - MS: experiências de vida nas trajetórias migrantes

A procura de terras cultiváveis para continuar trabalhando em atividades comuns exercidas no Brasil, que, no entanto, haviam caído em desuso com o avanço da mecanização agrícola, se mostrou muito ativa no Assentamento Itamarati.

Ainda como migrantes em terras paraguaias, as rotinas transcorreram regularmente. Na heterogeneidade do processo, o deslocamento estava ocorrendo de acordo com o que se esperava, e alguns estavam comprando terras, outros arrendando e alguns vendiam sua mão de obra como diaristas nas empreitas ou como funcionários em fazendas.

Contudo, os problemas com a terra no Paraguai emergiram. Contratemos com a titulação da terra ou mesmo com os documentos pessoais que demoravam ou quase nunca eram emitidos se tornavam uma ameaça constante. O cansaço com as rotinas de arredamentos, muito trabalhosas e pouco lucrativas, também foram fatores que levaram os migrantes a refletirem se o retorno ao Brasil não seria uma boa opção e tomar conhecimento de um acampamento, com a possibilidade da reforma agrária, foi o estopim para muitas famílias, como destaca a interlocutora da nossa pesquisa, a senhora Maria Inês:

O que nós ouvimos falar do acampamento que ganhava terra, o meu velho, a vida dele era falar né, “Meu Deus do céu, nem que seja 4 hectare de terra no Brasil. Lá a gente pode fazer isso, pode fazer aquilo outro, plantar, criar os bichos e vai ser muito melhor, porque a gente aqui (PY), aqui nós estamos num país estranho, diferente, nunca nós vamos ser dono de nada”, e é verdade né, lá nós não cabíamos dentro do país, como se diz (Entrevista: Maria Inês Alves Nunes. Ponta Porã, 27/05/2017).

O retorno de dona Maria Inês e da família aconteceu de maneira tranquila, após refletirem sobre a necessidade de terem uma terra para chamar de sua e lançar raízes. Com os impasses e questionamentos da vida migrante ela diz “nós não cabíamos dentro do país”, uma maneira poética de compreender que novamente estava ocorrendo a expulsão das pequenas

unidades de produção familiar, a agricultura paraguaia já se encontrava na fase da mecanização.

A realidade vivida por dona Fátima foi diferente, a decisão de voltar para o Brasil foi resultante do medo e de um processo de expropriação iniciado pelos campesinos paraguaios:

Quando nós entramos lá foi de arrendatário e depois a gente comprou pelo banco, mas daí não deu certo, daí a gente acabou vendendo, vendendo não, foi entregado e depois ultimamente a gente comprou, conseguiu, nos últimos anos. Há uns 13 anos atrás daí a gente conseguiu comprar financiado também, mas daí conseguimos pagar e lá era puro mato né e a gente foi destocando daí a gente vendeu de novo e fomos comprar numa área de assentamento lá do Paraguai, daí a gente ficou um ano e meio mais ou menos por aí, daí os paraguaios começaram a falar que iam invadir que iam tomar o lote e então daí nós vendemos pela metade do preço que gente tinha pago a gente vendeu (Entrevista: Fátima de Lourdes Fincatto, Ponta Porã, 07/02/2015).

Vários momentos históricos da migração brasileira ao Paraguai foram perpassados por disputas e rivalidades com a população nativa do país. Somados a isso, a transitoriedade do uso da terra e o medo de perder o parco capital conquistado culminaram na decisão de escolher o retorno ao Brasil.

Algumas famílias depois de viverem muitos anos no Paraguai, começaram a notar que não haviam conseguido construir o capital almejado, que o agronegócio estava se estruturando e com isso os trabalhadores pobres seriam cada vez mais excluídos do processo, como nos narra o senhor Clóvis:

Eu vivi praticamente trinta anos no Paraguai, me mudando pra lá e pra cá, com a minha família, derrubando mato, pegando empreita, mais pro final da nossa trajetória lá, a gente já morava numa cidadezinha, eu tinha uma mercearia bem pequena e vendia peixe, eu comecei a notar que lá já não era uma boa opção, eu estava ficando velho, minha esposa também, logo logo não ia aguentar trabalhar e lá não ia dar pra aposentar, mas vir para o Brasil não tinha como, aqui as terras são tudo muito caras, daí os pescadores lá do Marangatu (PY) com quem eu pegava os peixes pra revender um dia me disseram: “olha seu Clóvis o senhor vai ter que achar outra pessoa pra pescar para o senhor, a gente está indo pros sem terra lá no Mato Grosso do Sul (BR)”. Nossa, aquilo foi um choque pra mim, daí eles me explicaram como funcionava, o pai de um deles já tinha sido assentado ali na Dorcelina⁴, eu pensei, eu vou junto, vou lá conhecer, conversei com a minha esposa, ela ficou meio assustada, mas

⁴ De acordo com Moreira (2005), “O assentamento rural ‘Dorcelina Folador’, foi criado em julho de 2001, é constituído de 06 glebas da Fazenda Santa Virgínia, sendo as fazendas: Entre Rios, Ita, Noroeste, Rabão, Siriema e Tucano”. O referido assentamento está localizado próximo ao assentamento Itamarati, ambos fazem parte do município de Ponta Porã - MS.

concordou, eu vim com o pessoal, cheguei no acampamento do MST, conversei com as lideranças e eles me explicaram tudo, naquele momento eu pensei, essa é a minha oportunidade de voltar para o Brasil, de ter uma terra pra trabalhar e envelhecer tranquilo (Entrevista: Clóvis Tomascheski, Ponta Porã, 07/09/2021).

Os anos vividos no Paraguai pelos/as migrantes pobres brasileiros/as foram de uma rotina árdua de trabalhos, como explicitado pelo senhor Clóvis, no entanto, quando a velhice começa a se aproximar, novas preocupações surgem, principalmente relacionadas às condições de trabalhos e possibilidade de uma aposentadoria, realidade distante para um estrangeiro, como pontuado por Kristeva:

O estrangeiro seria o filho de um pai, cuja existência não deixa dúvida alguma, mas cuja presença não o detém. A rejeição de um lado, o inacessível do outro: se tiver forças para não sucumbir a isso, resta procurar um caminho. Fixado a este ou a outro lugar, tão seguro quanto inabordável, o estrangeiro está pronto para fugir (KRISTEVA, 1994, p. 13).

As pessoas que foram entrevistadas e que estavam prontas para voltar ao Brasil, não tinham as possibilidades financeiras necessárias, as terras brasileiras eram inacessíveis devido ao seu alto preço, destarte os movimentos sociais rurais tiveram uma função extremamente relevante para concretizar o retorno do povo pobre brasileiro, migrante em terras paraguaias.

Uma nova luta se inicia, em terras brasileiras com o auxílio dos movimentos sociais rurais, e famílias migrantes, com anos de nomadismo nas suas trajetórias, consideram um acampamento de sem-terra como horizonte próximo para a conquista da terra e a possibilidade de sentar raízes. Maria Inês narra como foi a chegada no acampamento:

Eu cheguei com mochila, foi a roupa, acho que eu trouxe uns dois colchõezinhos e uma maquinazinha de costura, mas não tinha como costurar porque tinha perdido a maior parte dela que era a mesa tudo e coisinhas assim aí ali nós conseguimos porque tinha um dinheirinho que tinha vendido a casa aí a gente conseguiu comprar a lona pra fazer um barracão reforçado e ali ficamos lutando (Entrevista: Maria Inês Alves Nunes, Ponta Porã, 09/04/2018).

A vida no acampamento não foi fácil, foram anos debaixo da lona esperando a tão sonhada terra. A precariedade vivida na sujeição do barraco transparece em muitas narrativas, todavia, após a conquista da terra o sentimento bucólico em relação ao acampamento, transparece a saudade e os pontos positivos da rotina, se assim podemos chamar.

Percebe-se que o processo de retorno de homens e mulheres brasileiros/as ao Brasil provindos do Paraguai tampouco foi homogêneo.

Após muitas lutas e sofrimentos, um número significativo desses/as migrantes conquistaram a tão sonhada terra no Assentamento Itamarati, localizado no município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. As terras que hoje compõem o Assentamento Itamarati faziam parte da antiga Fazenda Itamarati, cujo proprietário foi Olacyr de Moraes, reconhecido nacionalmente pela produção de *commodities* como soja e milho em larga escala, e por investir vigorosamente em tecnologias avançadas para a época, conseguindo atingir altos padrões de produção e qualidade.

A Fazenda Itamarati foi adquirida pelo Governo Federal e as terras foram repassadas ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que iniciassem os procedimentos para a efetivação dos assentamentos.

O Assentamento Itamarati possui extensão territorial de 51.107 hectares, sendo dividido em Assentamento Itamarati I, com o estabelecimento de 1.143 famílias e Assentamento Itamarati II, no qual foram assentadas 1.712 famílias, ambos compostos por uma diversidade de movimentos sociais rurais, tais como, MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra, CUT - Central Única dos Trabalhadores, FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura, FAF - Federação da Agricultura Familiar e também as organizações dos ex-funcionários da Fazenda Itamarati, nominadas de AMFFI - Associação de Moradores e Funcionários da Antiga Fazenda Itamarati e FAFI - Funcionários Associados da Fazenda Itamarati, respectivamente.

Dentre os milhares de famílias que concretizaram o sonho da reforma agrária, encontra-se um número considerável de brasiguaios/as, que após anos de migração em situação de luta e miséria que deixaram marcas indeléveis na sua trajetória, conseguiram sentar raízes na terra. O sentimento relatado traduz-se no sossego de estar de volta em território nacional. Maria Celina o descreve assim:

Nós estamos na nossa terra, na nossa casa, o Brasil seja ruim do jeito que for é a nossa casa, fora o problema é o documento, nessa parte aí, lá no Paraguai ele judiava da gente, eu fiz meu documento e não veio, paguei, falou que não paguei, então tudo isso deixava a gente com medo lá (Entrevista: Maria Celina Azarias David, Ponta Porã, 17/4/2018).

A vida de estrangeira havia ficado para trás; estar novamente no Brasil transmite para dona Celina um sentimento de segurança, visto que não precisava se preocupar com a possibilidade de ser desalojada por falta de documentação, situação permanentemente vivida em solo paraguaio. Poder sonhar com o futuro sem vivenciar o medo cotidianamente converge para um cotidiano de sossego, como destaca Farias: “As mulheres e os homens são do campo e da cidade, são caminhantes que aspiram uma vida de fartura, de sossego e de reconhecimento

do seu modo de vida, que reflete trajetórias muito marcadas por idas e vindas, cuja terra se coloca como um horizonte possível” (FARIAS, 2011, p. 02).

O processo de conquista da terra não foi fácil, foram anos de acampamento. No entanto, a tão sonhada terra já era algo palpável, acompanhada pela confiança de que não haveria mais mudanças; a transitoriedade da vida no Paraguai havia marcado o imaginário de homens e mulheres brasileiros/as com incertezas. O Assentamento Itamarati se tornou sinônimo de sonho conquistado, como evidenciado na narrativa de dona Maria Leni, descrevendo os sentimentos ao chegar no seu lote⁵:

Que alívio, meu Deus, que coisa melhor do mundo, chegar aqui, a casa só tinha as portas de fora, faltavam as janelas, cerâmica só tinha aqui dentro de casa; lá fora tava meio bagunçado ainda, mas foi a melhor coisa, eu perdi as contas de quantas mudanças fiz na vida, chegar aqui foi um alívio, um alívio. Tava sem forro, sem nada; foi feito a instalação e tudo depois que nós viemos; eu e o Clóvis forramos os quartos tudo num domingo. Quando chegamos, o primeiro serviço foi limpar mandioca, eu e o Clóvis vínhamos aqui trabalhar, daí quando nós mudamos algumas coisas já estavam plantadas. Tinha plantado mandioca, feijão, feito a horta, de manhã eu fazia comida e cuidava da casa e de tarde ia trabalhar. Tinha minhas galinhas, fizemos um chiqueiro pra colocar uns porcos, eu ajudei a fazer, eu sempre ajudava o Clóvis, porque era só nós dois. Tinha muita coisa pra fazer, mas eu estava feliz porque era terra que nós toda a vida sonhava. Em cima dessa terra não tinha um pedacinho de madeira se precisasse, não tinha nada era a terra e o capim só. A gente tirava água do poço. Assim que cheguei eu comencei a plantar minhas flores, eu plantei tanta coisa que se até agora nada tivesse morrido tava um sertão de tanto mato (risos); em volta desse pátio aí eu plantei tudo cerca viva, não pegou um pé, aí eu fui plantando, plantando, era só chover que a gente já começava (Entrevista: Maria Leni Tomascheski, Ponta Porã, 09/04/2018.).

Os sentimentos, sensações e atividades desenvolvidas por dona Maria e seu esposo traduzem a vida sofrida e as incertezas do migrante pobre brasileiro/a que havia optado pela vida no Paraguai, almejando terras para cultivar, “Era a terra que nós toda vida sonhava”. Cada família possuía sua amalgama particular de migrante, no entanto o entusiasmo da chegada na terra se assemelhava, como pode ser notado na narrativa de dona Fátima:

⁵ Porção que cabe a alguém em uma partilha; parte de um todo que se divide: distribuir lotes, dividir um terreno em vários lotes. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/lote/>. Acessado em 25/09/2021. Para tanto, utilizamos este termo para descrever a fração de terras recebida pelos/as assentados/as, é o que está presente na narrativa dos/as entrevistados/as.

Agora que eu estou aqui eu gosto de tudo, eu tava antes, três anos de favor aqui, daí conseguimos passar pro nosso nome, conseguimos pra nós né, então estou mais contente porque daí é da gente né, eu posso ir reformando a casa, com quatro anos que estou morando aqui agora que está reformando e eu gosto da chácara, você planta de tudo e você tem, só não tem quem não planta, que aqui tudo que se plantar produz. A segurança que eu tenho hoje eu nunca tive, quando a gente casou ele tinha terra que era herança do pai dele, mas junto com a mãe dele né, aí venderam e repartiram pra quatro irmãos, daí ficou praticamente sem nada, daí que a gente foi para o Paraguai e daí compramos financiado pelo banco e não deu certo, perdemos tudo. Então hoje eu me sinto realizada, tenho um lote e estou reformando a casa (Entrevista: Fátima de Lourdes Fincatto, Ponta Porã, 21/03/2018).

Por anos Dona Fátima e a família conviveram com incertezas. Ao narrar com detalhes os caminhos espinhosos percorridos para alcançar a sua terra e viver em segurança, nota-se a precariedade esquecida do processo migratório ao Paraguai, ofuscado pelo progresso financeiro de algumas pessoas, o migrante pobre foi nômade tanto no Brasil, como posteriormente em solo paraguaio. É no projeto de reforma agrária concretizado que essas pessoas conseguiram se assentar, “a segurança que eu tenho hoje eu nunca tive”.

As primeiras memórias construídas na terra conquistada marcaram o imaginário das pessoas que retornaram, sobretudo nesse caso das mulheres brasiguaias no Assentamento Itamarati. Mesmo a situação sendo caracterizada pela precariedade, a experiência é narrada em meio a sentimentos, com amor, com superação construída por essas pessoas, e isso denota o quão valoroso foi chegar na sua terra. Nas palavras de dona Ana:

Ah, quando eu cheguei não tinha nada, não tinha nada, nada, nada, quando a gente mudou aqui, não tinha energia, não tinha água, não tinha casa, estava iniciando apenas levantado um pouco, e assim tinham coberto e a parede, não tinha janela, não tinha porta, a gente ficou assim dias encostando qualquer coisa pra fechar. Que as portas ela tinha, a senhora de antes tinha feito um barraco, e daí passou as criações por cima e amassou, quebrou tudo, e não tinha mais nada. E umas partes vendeu e aí sim aquela situação né. Então a gente começou do nada aqui né. Foi muito sofrido né. Muito sofrido até a gente conseguir arrumar tudo, foi bem, bem difícil. Quando a gente chegou aqui, a gente já mandou gradear tudo aqui, arrumar assim, foi de enxada batendo tudo aquela braquiária né, fizemos tudo de enxada aqui eu e a Daiane, o Nelson, ajudava daí, nós tínhamos uma parte arrendada lá (PY), e ele aí ia pra lá, eu e a Daiane ficava aqui (BR). E a gente foi se virando sabe assim, plantando e fazendo, trabalhamos bastante. Hoje já estou tranquila aqui, que nós já trabalhamos muito (Entrevista: Ana Samariva Daniel, Ponta Porã, 12/03/2018).

Começar do nada é uma frase que se faz recorrente ao dialogar com as mulheres e os homens brasileiros/as que migraram para o Paraguai, visto que recorrentemente eram obrigados a fazer mudanças e seguir outros caminhos, almejando sempre o trabalho com a terra, como destaca dona Maria Inês ao narrar o cotidiano da família no Paraguai:

Aquela época os arrendamentos eram de 4 em 4 anos e a gente morava, arrendava os terrenos né, mas eu acho que é mais de 4 anos. Era só arrumar tudo, arrendava e vinha. Então, roçava, queimava, destocava, plantava o algodão, o algodão era uma planta, coisa mais linda, a menta, a menta também. Aí quando vencía o contrato, a terra tava boa e a gente tinha que ir embora. Assim a gente viveu muitos anos né, no Paraguai pra nós naquela época, meu Deus, que terra boa e o que a gente plantava tinha. Era mandioca, batata doce, porco; nós tinha 50, 100 porco, era na mangueira assim, tudo...aí nós vendia também pra quem não tinha né, vendia pra açougue também né. Nós moramos em uma porção de lugares. De 4 em 4 anos, faça a conta, nós moramos 16 anos lá (PY) (Entrevista: Maria Inês Alves Nunes, Ponta Porã. 27/05/2017).

Deste modo, chegar no Assentamento e poder fazer planos futuros, com a possibilidade de serem donos das terras, parece anular todo o sofrimento vivido na situação de nômades em terras paraguaias durante várias décadas passadas. As narrativas de dona Ana e de dona Maria Inês evidenciam as discrepâncias entre o que foi vivido lá (PY) e a nova vida construída no Brasil, com a reforma agrária, que se manifesta na oportunidade de permanência num lugar para poder assim colher os frutos de seus trabalhos ao longo dos anos.

Conclusão

Quanto ao movimento migratório entre Brasil e Paraguai, podemos até ensaiar possibilidades que permeiam suas origens, mas temos consciência de que é algo que não dá para fazer de forma parcial, superficial e ingênua, sobretudo, quando manipulamos dados oficiais que procedem de estatísticas que se querem prontas e acabadas. Logo, aos olhos da História e dos historiadores, isso nos parece duvidoso construir, senão até mesmo arriscado de inventariar; um estudo genealógico desse objeto não nos motiva acerca das perspectivas que buscamos destacar para a vida das pessoas.

Por outro lado, ao auscultar o conjunto de nossas fontes, independentes de suas tipologias, podemos sim afirmar períodos em que a mobilidade das pessoas ora se manifesta de maneiras mais intensas e ora de maneiras mais brandas, em relação à necessidade de ir para *lá*, ou voltar para *cá*. A necessidade que destacamos, proporcionou aos sujeitos de nossa pesquisa, e

que apresentamos neste breve texto, a busca de uma possível vida melhor, seja *lá* no Paraguai ou *aqui* no Brasil.

Aqui; lá; outro lado; desse lado; daquele lado; para cá, ali, indo, vindo, são alguns, entre as dezenas de termos diferentes que corriqueiramente ouvimos ou lemos nas nossas histórias sobre/entre os dois países; a narrativa das pessoas comuns é extraordinária, porque é moldada nas trajetórias de suas vidas, de duras vidas, vidas trabalhadas, vidas de trabalhadores/as, vidas que vivificam a intensidade nessa ambiência, e que procuraram nos dois lados de uma fronteira uma maneira de manter o *modus operandi* fazendo das *idas e vindas* não apenas uma condição de coexistência entre os/as entrantes e os/as saíntes desses lugares, mas sim, de uma situação de convivência que vai para além dos contextos de mobilidades, criando raízes e se estendendo para a solidez e permanência em outros lugares, especialmente em novos lugares, como na então Gleba Santa Idalina, no atual Novo Horizonte do Sul e no Assentamento Itamarati.

Em hipótese alguma queremos reduzir o movimento migratório entre Brasil e Paraguai ou entre Paraguai e Brasil aos exemplos pontuais que trouxemos aqui, mas sim, minimamente, queremos expressar que a dinâmica migratória que envolve os chamados brasiguaios/as que retornaram para o Mato Grosso do Sul, possui sim aspectos comuns. São pessoas com grande ligação às áreas rurais, pessoas que saíram do Brasil expulsas por um modelo conservador de colonização de terras, pessoas que ao se verem desvaídas da possibilidade de trabalhar com a terra foram abrir novas fronteiras agrícolas; essas fronteiras foram para além Brasil, e fomentaram lutas, dificuldades, desgostos, mas também conquistas e outras possibilidades de acesso à terra.

Dentre as lutas travadas, quase todos os/as sujeitos/as que aqui apresentamos passaram frio, fome, sede, tiveram problemas de saúde, com a justiça, com políticos, fazendeiros, viveram em barracos de lona, seja na Cidade de Lona, no Assentamento Itamarati ou na Gleba Santa Idalina, ou quando não já viviam nessas condições no Paraguai, se tornaram desabrigados em ambos os países, sendo resultado de um duplo ou até mesmo de um triplo processo de exclusão da terra, já que meeiros, parceiros, arrendatários, parceiros, porcenteiros, boias-frias, posseiros [...], não possuem títulos de terras, possuem a força de trabalho e a vontade de viver e de reproduzir o seu *modus vivendi* ligados à terra.

Foi assim que decidimos expressar um pouco a dinâmica dos movimentos migratórios que se localizam no Mato Grosso do Sul. Sabemos que atualmente isso ainda ocorre, e com bastante frequência. Nossa opção por datar e situar alguns exemplos decorre do nosso compromisso social com os migrantes e o respeito com a vida de todos/as. Entre *idas e vindas*, as fronteiras acabam se tornando cada vez mais amplas e as diferenças cada vez menos acentuadas, é aí que nos inserimos enquanto sujeitos/as fronteiriços partícipes e inseridos o processo histórico aqui evidenciado.

Referências

- BALLER, Leandro. **Frenteira e Fronteiriços: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014)**. Curitiba-PR: CRV, 2014.
- CORTÊZ, Cácia. **Brasiguaios: os refugiados desconhecidos**. Porto Alegre: Brasil Agora, 1993.
- FARIAS, Marisa Fátima Lomba de. **Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. In: **Anais o XXVI Simpósio nacional de História – ANPUH – São Paulo**, julho 2011.
- KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Trad. Maria C.C. Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MOREIRA, Gleicy D. **Agricultura e Agronegócio na Fronteira**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / Departamento de Economia e Administração, Campo Grande, 2005.
- TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (org.). **Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América**, de Frederick Jackson Turner. Niterói – RJ: EDUFF, 2004. p. 23-54.

Entrevistas

- ENTREVISTA. **Ana Samariva Daniel** (Áudio-mp3). Produção: Elisandra Tomascheski. Ponta Porã. 12/03/2018. 37:00 min. (aprox.), som.
- ENTREVISTA. **Maria Inês Alves Nunes** (Áudio-mp3). Produção: Elisandra Tomascheski. Ponta Porã. 27/05/2017. 50 min. (aprox.), som.
- ENTREVISTA. **Maria Leni Tomascheski** (Áudio-mp3). Produção: Elisandra Tomascheski. Ponta Porã. 09/04/2018. 39 min. (aprox.), som.
- ENTREVISTA. **Fátima de Lourdes Fincatto** (Áudio-mp3). Produção: Elisandra Tomascheski. Ponta Porã. 21/03/2018. 37:00 min. (aprox.), som.
- ENTREVISTA. **Maria Celina Azarias David** (Áudio-mp3). Produção: Elisandra Tomascheski. Ponta Porã. 17/4/2018. 33 min. (aprox.), som.
- ENTREVISTA. **Clóvis Tomascheski**. (Áudio-mp3). Produção: Elisandra Tomascheski. Ponta Porã. 07/09/2021. 38 min. (aprox.), som.

Documentos

- CARTA À POPULAÇÃO. **Brasiguaios acampados em Mundo Novo**. Mundo Novo – MS/BR, 21 de junho, 1985.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - PR. **Sem terra e sem rumo**. Toledo – PR/BR: Sul Gráfica Ltda, 1979, 32 p.

Componentes de uma história da Fronteira: memórias de paraguaios e paraguaias

Eudes Leite¹

A vida é muito breve, os conhecimentos a adquirir muito longos para permitir, até para o mais belo gênio, uma experiência total da humanidade.
(Marc Bloch)

Introdução

A condição de estado fronteiriço fez com que Mato Grosso do Sul seja um espaço privilegiado para a entrada e fixação de uma quantidade expressiva de paraguaios e paraguaias que se estabeleceram no Brasil. Essa população paraguaia que adentra ao Brasil geralmente está em busca de melhores condições de vida e, até recentemente, parte dela fugia de eventos políticos que desestabilizaram o país, impondo perseguições a dissidentes ou suspeitos de alguma ação política contrária ao governo do momento. Os embates, quase sempre violentos, entre Colorados e Liberais, propulsionaram a saída de milhares de cidadãos paraguaios para os países vizinhos e mesmo para outros mais distantes.

Tal situação consolidou um processo migratório de longa duração em direção ao Brasil, à Argentina, ao Uruguai, ao Chile e à Bolívia, interrompido em certos momentos, mas que implicou a construção de uma memória de quem se movimentou em direção a outros lugares e, conseqüentemente, constituiu um laço de pertencimento com o novo ambiente marcado por lembranças do lugar de origem. Para o caso brasileiro em geral, e mato-grossense e sul-mato-grossense em especial, a condição fronteiriça contribuiu muito para a manutenção desse fluxo que fora intensificado desde o final da Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870).

No presente texto, o objetivo é identificar referências que marcam as memórias de paraguaios/as e descendentes que habitam em Mato Grosso Sul, destacando fenômenos que sinalam as lembranças de quem atravessou a Fronteira, geralmente em busca de melhores condições vitais. Para levar em frente essa tarefa, as fontes orais ocupam a centralidade da discussão no

¹ Doutor em História pela UNESP/Assis. Professor no Curso de História da UFGD (Licenciatura, Mestrado e Doutorado). Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisa em História e Fronteiras (LEFHIR). E-mail: eudesleite@ufgd.edu.br.

texto, pautadas pela perspectiva da história cultural, a partir de estudos que favorecem o trabalho com as narrativas e a memória.

Uma lição que vem do passado

Em 1875 foi publicado a primeira edição do livro *La Guerra del Paraguay contra La Triple Alianza* e o seu autor, o general paraguaio Francisco Isidoro Resquín (1823-1882) pretendia legar sua narrativa acerca da Guerra Guassu ou a Guerra da Tríplice Aliança, conflito de grande dimensão e impacto que envolveu as repúblicas argentina, uruguaia e o império brasileiro contra a república paraguaia, entre fins de 1864 e início de 1870. Para esse importante protagonista da Guerra, escrever um livro em que estão presentes fragmentos de sua memória, combinados a registros escritos sob sua guarda, deveria cumprir um papel ilustrativo, pedagógico na formação dos jovens paraguaios. De seu lugar de personagem e historiador daquele conflito que quase destruiu o Paraguai, Resquín se propôs a “*informar a la juventud paraguaya, algo sobre la cruda guerra a fin de que pueden formar juicio sobre los sucesos que se desarrollaron durante los cinco años*” (RESQUÍN, 1996, p. 154).

A narrativa de Resquín, além de trazer a público as representações de uma personagem que é também testemunha em diversas circunstâncias do acontecimento, introduz o tema da Guerra no âmbito da memória paraguaia e de forma direta movimenta o imaginário de paraguaios e paraguaias que intensificaram o processo de diáspora em várias direções aos países vizinhos, especialmente Brasil e Argentina.

O livro de Resquín registra diversos momentos da Guerra e se propõe a ser uma referência pedagógica e memorativa aos paraguaios que não experienciaram o acontecimento histórico que marcou profundamente a história paraguaia e a dos demais países envolvidos. A Guerra Guassu é um acontecimento histórico plenamente instalado na memória coletiva guarani, garantindo elos que articulam o presente ao passado heroico da nação, combinando heroísmo, nacionalismo e vitimização na base da explicação do conflito. Mas a Guerra vivenciada e narrada pelo general não foi a única contenda a instalar marcas na memória paraguaia, seja naquela denominada de coletiva, seja nas memórias individuais, conectadas ao processo de constituição da nacionalidade paraguaia.

A rigor, são duas as guerras que funcionam como marcos referenciais na memória de paraguaios e paraguaias e seus descendentes que migraram inicialmente para o Mato Grosso e, atualmente para o Mato Grosso do Sul: A Guerra Guassu (1864-1870) e a Guerra do Chaco (1932-1935), as quais

² Informar aos jovens paraguaios algo sobre a guerra crua para que possam formar um juízo sobre os acontecimentos ocorridos durante os cinco anos. Tradução do autor.

articuladas a várias outras ocorrências políticas internas provocaram instabilidades e perseguições a muitos cidadãos paraguaios. As contendas internas, alimentadas pelas disputas políticas entre integrantes dos dois partidos que comandaram a cena política paraguaia durante o século XX, o Liberal e o Colorado e, por fim, favoreceram a ascensão de Alfredo Stroessner à presidência - Stroessner governou de 1954 a 1989 - também são eventos essenciais para compreender a constância das migrações paraguaias.

Cabe fazer um breve desvio para registrar que, finalizada a guerra contra a Bolívia, conhecida como Guerra do Chaco (1932-1935), ainda que vitorioso, o Paraguai teve que enfrentar uma profunda crise econômica e social e, a partir daí uma série de ocorrências políticas que levaram a eclosão da chamada “Revolução Febrista” liderada pelo coronel Ricardo Franco. O general Higinio Morinigo governou o país de forma ditatorial de 1940 a 1948, período em que a denominada Guerra Civil de 1947³ eclodiu e levou a diversos conflitos envolvendo os militares, que se dividiram em favoráveis e contrário ao governo, integrantes do Partido Liberal, juntamente com membros do Partido Comunista. A forte reação daqueles que estavam no poder venceu os revoltosos, mas o impacto desse conflito acentuou um processo de tipo diaspórico⁴ expressivo e que levou a migração de milhares de paraguaios e paraguaias para os países vizinhos, especialmente para a Argentina.

Em 1954 chega ao poder Alfredo Stroessner, responsável por um regime ditatorial, o Stronato, que se encerrou somente em 1989, após mais um golpe de estado. Esses acontecimentos, entremeados por diversos outros fazem parte de mais um período conturbado no Paraguai e que, sem dúvida, implicaram em enfrentamentos, perseguições e empobrecimento da população, impondo um cotidiano complexo em que a fuga para outros lugares se transformava na principal alternativa.

³ Olímpia Agüero, imigrante nascida em 1936, em Yby Yauú, em entrevista realizada em 2017, foi bastante detalhista em informações acerca de situações vividas por ela e por sua família durante batalhas no contexto da Guerra Civil de 1947. Provocada a falar, a entrevistada revisitou suas lembranças, articulou a componentes da memória coletiva sobre o evento que impactou a sua vida, narrando fugas e cenas de tiroteios em que esteve prestes a ser ferida.

⁴ A migração pode ser pensada de forma articulada à diáspora porque traduz percepções reveladoras do mal-estar de indivíduos e de grupos humanos, étnicos ou não, em relação ao *locus* em que se encontram. Segundo Fernandes, (2009, p. 85): “De uma perspectiva etimológica, diáspora reflete a condição do sujeito que se encontra para além das bordas de seu grupo. A migração também diz respeito ao sujeito deslocado, o que leva a ter aproximações com os estudos diaspóricos. A diáspora, como a migração, implica uma interconexão entre dois ou mais grupos. Estabelece-se tanto em um processo como no outro uma relação entre o estrangeiro e a comunidade que o hospeda. Por isso, os estudos diaspóricos servem aos de migração, pois em ambos existem questões semelhantes a serem pensadas, apesar de se tratar de processos diferentes”.

Um passado que não passou

O aprofundamento da crise interna no Paraguai, conforme referido, funcionou como elemento de expulsão de parte da população guarani, especialmente os homens mais jovens. Geralmente pobre e sem muitos recursos, esses migrantes se movimentam para regiões próximas à fronteira paraguaia, forjando veredas de fuga que se tornariam bastante conhecidas e utilizadas por parte daqueles/as que migraram. Os deslocamentos para a região que é hoje o estado de Mato Grosso do Sul é um acontecimento de longa duração, envolvendo inclusive referências à presença espanhola na área ainda no período colonial e que progressivamente levaram às disputas pelo território entre espanhóis e portugueses. As fronteiras nacionais não foram capazes de interromper esse tráfego humano que se tornou uma prática na história do Paraguai.

O longo processo de deslocamento de paraguaios e sua fixação no Mato Grosso do Sul se configura, igualmente, em um fenômeno representativo para o entendimento da identidade regional e da fronteira, mas é também um dado importante para entender a construção de uma memória coletiva dessa população sobre sua terra de origem, mesclada à formação de sua própria identidade em um local que, aos poucos, foi se transformando em seu local de vida. Nas palavras de Jara (2018):

Atravessando essas vidas [dos/das migrantes] está a ‘fronteira’ – limiar, ponto de chegada, de passagem e de partida. Da fronteira em diante os destinos dividem-se ao longo do território sul do antigo Mato Grosso ou, em casos menos comuns, entre cidades mais distantes do território nacional. (p. 26).

A presença de paraguaios e paraguaias em Mato Grosso do Sul na contemporaneidade permite observar e compreender em que condições a memória a respeito do lugar de origem formula uma representação e estabelece vínculos com o passado e o presente. Ao lado das lembranças familiares, referências construídas pelo grupo permitiram consolidar diversas formas de ligação com o lugar de origem de antepassados (pais e avós) e de amigos que integram circuitos de sociabilidade comum.

Estudos sobre a presença paraguaia em Mato Grosso do Sul demonstram a importância desse grupo, demonstrando os elementos que articularam componentes de uma cultura do lugar de origem e aquela que resulta do processo de diálogo com os brasileiros. Jara (2018), acima referido, por exemplo, se debruçou sobre um conjunto de entrevistas, produzidas por meio da metodologia da história oral, realizadas com paraguaios e paraguaias e descendentes, residentes na região da Grande Dourados e demonstrou os mecanismos de constituição identitária e memorativa desse grupo no

contexto sul-mato-grossense. De acordo com esse pesquisador, os deslocamentos, os lugares de passagem, o trabalho, a família, as estratégias de sobrevivência e a fixação em certo lugar no Brasil sinalam as narrativas dos homens e das mulheres que foram formatando estratégias e se construindo enquanto paraguaios ou descendentes em processo de fixação no Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, a discussão relacionada aos paraguaios e paraguaias em Mato Grosso do Sul envolve a construção de mecanismos identitários e de memória que vinculam a presença das pessoas e as representações que alimentam uma memória a respeito do Paraguai. Nos trechos de entrevistas que seguem⁵, há referências muito diretas a acontecimentos que assinalam fortemente a condição do migrante e do descendente paraguaio em Mato Grosso do Sul:

É... eles são de... minha mãe é de Conceição. O meu pai é aí de Bela Vista, Paraguai aqui, Bela Vista Norte no Paraguai. Meu pai nunca trabalhou na cidade assim, de servente de pedreiro, servente de trabalhar em alguma coisa, não. Meu pai toda vida foi com boiada, trabalhava com boiada ele saía com boiada lá e ficava 30-40 dias fora, voltava, as veis ficava 2-3 mês pra fora, lidando só com boiada. E a minha mãe só trabalhando lá como, de pensão, pensão pras paraguaiada que chegava que saía. E é por isso que... eles se separaram, separo do meu pai quando eu tinha, quando eu tinha quanto? 7-8 anos, 6-7 anos. Ai que nós mudemo pra Porto Quebracho aonde minha mãe... que lá num pagava aluguel, num pagava luz, num pagava água, num pagava nada, né? Trabalhava lá na companhia, companhia de Quebracho que faz [incompreensível] e, minha mãe já [...] fez uma pensão lá e encheu de gente lá, de paraguaiada lá, e assim ela foi... ela que criou nós. Meu pai andava só pra fora assim, de lidar com boiada, ia pra lá, voltava com 3-4 mês, ia pra lá vinha pra cá, de uma fazenda pra outra e assim, mas a minha mãe era de fibra, fibra mesmo! Ela criou nós assim, eu fui pra lá tinha 7-8, 6-7 anos de idade, em Porto Quebracho, de lá eu voltei, depois voltei pra servir minha pátria em Porto Murtinho, fiquei no quartel e servi lá, depois voltei outra vez pra lá, trabalhando, sempre trabalhando! Nunca fiquei parado, qualquer parada qualquer serviço eu enfrentava. (Entrevista Euzébio Lopez [Palomita], 2011)⁶.

Era pouco, era muito... era pouco porque... ele fazia... Porque na verdade, no meu caso especificamente quem trabalhava mesmo era minha mãe⁷, ela que

⁵ Optei pela transcrição grafemática, na qual pretende-se manter maior proximidade com a forma de falar do/a entrevistado/a. As entrevistas foram realizadas pelo historiador Alan Luiz Jara.

⁶ Euzébio Lopez, é conhecido pela alcunha de *Palomita*, nasceu em 1934, em Porto Murtinho. Foi jogador de futebol. Ao ser entrevistado, em 2011, estava com 77 anos de idade.

⁷ O protagonismo da mulher nesse processo de migração, instalação e formação da família dos migrantes paraguaios em território sul e mato-grossense ainda está à espera

sustentava, ela que criou todos nós, porque... meu pai saía, viajava, depois de um ano voltava, ficava dez-quinze dias, um mês, e depois partiu de novo. Que eu me lembre, apenas uma vez... quando eu já tinha 7 ano ou 8 ano, por ai, que ele ficou mais um período de uns seis meses lá. Aí nós fizemos uma plantação de mandioca, milho, essas coisas... e nós derrubamos tudo. Até hoje me lembro que a gente ia capinar junto a plantação, lembro dele vagamente nesse período. Foi... Só vivia meio que fora. [...] A gente teve muito pouco contato com ele; pouquíssimo. A gente... tanto é que eu não tenho uma lembrança, assim... pra falá “eu lembro dele” como... como deveria ter lembranças do meu pai, não tenho, porque ele faleceu quando eu tinha o que? Acho que 9 ano, parece. [...] Eu lembro até hoje: ele veio de lá do norte muito mal, já estava sem falar, sem nada. Falei “vou lá em casa e...”; ele faleceu numa... acho que onze horas da manhã; mas sem falar, já perdeu tudo os... os sentido (Entrevista Rosalino Gonzalez, 2016)⁸.

Esses dois pequenos trechos de entrevistas trazem informações a respeito de assuntos que marcam profundamente as histórias de vida de migrantes paraguaios ao enunciarem as condições de inserção no mundo do trabalho no Brasil e seu conseqüente impacto nas relações familiares que decorrem da condição migratória. O conteúdo das entrevistas realizadas com Euzébio Lopez e Rosalino Gonzalez preenchem a figura representacional dos paraguaios que saíram de pequenas cidades e vilas próximas à linha demarcatória da fronteira entre o atual Mato Grosso do Sul e o Paraguai, realizando uma jornada na busca de melhores condições de vida e relatam que a sobrevivência no Brasil decorreu da desestruturação da família patriarcal, impondo outras organizações familiares e transformando as mães em principais referências no sustento do grupo. Esses dois entrevistados, nascidos em cidades fronteiriças, exemplificam a trajetória de quem migrou para o Brasil.

O lembrar e o narrar a respeito das trajetórias dos paraguaios e paraguaias permite uma interlocução com personagens de um processo histórico marcado pelo deslocamento, andanças, dores, amores e muito trabalho.

Nos matos grossos, o ambiente de labuta

Não é demais lembrar que os migrantes são pobres, portadores de um nível escolar restrito e que ao adentrarem no Mato Grosso são inseridos em um universo rural em que o trabalho que demanda mão de obra é pouco

de pesquisas mais consistentes, desapegadas de romantismos e que explore o fenômeno a partir de fontes diversificadas, nas quais é possível perceber uma personagem marcante no acontecimento.

⁸ Rosalino Gonzalez, entrevistado em 2016 aos 54 anos, é descendente de paraguaios, nasceu em Bela Vista, trabalhou como vidraceiro e é oficial de justiça.

desenvolvido e está ligado ao campo. Nesse meio encontram-se o trabalho na derrubada de matas, no manejo do rebanho bovino, no burilar da madeira em serrarias, e no manuseio do couro em selarias, atividades que demandam uma mão de obra disposta ao trabalho pesado, de baixa remuneração e submetida a condições precárias de vida, condição preenchida pelo migrante e pela migrante paraguaio (JARA, 2018). A inserção no campo, geralmente em propriedades dedicadas à criação bovina em grandes extensões de terras caracterizaram a região sul de Mato Grosso praticamente durante toda a primeira metade do século XX e parte da segunda metade, impondo também um ritmo de derrubada de mata virgem, atividade demandante de grandes quantidades de trabalhadores braçais.

É destacável referir que o trabalho na pecuária sempre foi uma atividade que ocupou trabalhadores paraguaios. Essa ligação tem algumas razões e a mais expressiva delas é a convivência dos paraguaios com o universo rural, nos lugares de origem no Paraguai, e a presença da bovinocultura no Mato Grosso, na sua porção sul, ocupando o lugar de atividade econômica que emprestaria parte de suas características para a composição identitária da região, ou melhor, das pessoas que estiveram relacionadas às lidas com o gado. Nessa atividade, de “trabalho de campo” o domínio de técnicas de abate, carneada e manipulação de couro no fabrico de utensílios de trabalho, como laços, arreios, maneadores, buçais, peiteiras entre outros, ampliava a possibilidade de emprego do trabalhador migrante paraguaio.

No ambiente pastoril, os afazeres de peão-de-boiadeiro alcança um lugar de destaque e, de certa forma sedutor, porque possibilitava deslocamentos, conferindo certo ar de aventura para quem nele atuava: “Meu pai toda vida foi com boiada, trabalhava com boiada ele saia com boiada lá e ficava 30-40 dias fora, voltava, as veis ficava 2-3 mês pra fora, lidando só com boiada.”, afirmou o senhor Euzébio Lopez (Palomita), explicando a ausência do pai e, ao mesmo tempo, indicando o tipo de trabalho que o levava para longe da família. (Entrevista Euzébio Lopez [Palomita], 2011). A condução de boiada é, até nos dias de hoje, uma atividade importante no universo pastoril mato-grossense e sul-mato-grossense, por diversos fatores, e se configura como prática de trabalho que reclama para si valores simbólicos atrelados à identidade regional, o que se espalha também sobre os integrantes da comitiva. Em estudo publicado em 2003, tratei da temática das comitivas e de seus peões, apontando o lugar controverso ocupado pela representação construída sobre o peão de origem paraguaia, visto com um trabalhador hábil, muito ágil na rotina das viagens de condução das boiadas. Contudo, se trata de um peão merecedor de atenção na comitiva que além do condutor, geralmente é formada por pelo menos sete peões. A presença de mais de um peão paraguaio favorece diálogos em guarani entre ambos,

despertando desconfiança e temor no condutor a respeito do conteúdo das conversas (LEITE, 2003).

Mesmo sob o espectro do preconceito, o peão paraguaio foi incorporado no mundo do trabalho do campo em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, progressivamente, também cunhou suas marcas nessa atividade. Certamente essa presença no trabalho com o rebanho bovino é apenas uma entre os diversos trabalhos nos quais os migrantes paraguaios foram empregados, uma vez que a presença deles na região é anterior ao crescimento da pecuária.

O brasilianista Robert Wilcox (2008), em um estudo significativo sobre o significado da mão de obra paraguaia entre 1870 e 1935, mostra a importância dos braços paraguaios no trabalho pesado e totalmente desregulamentado, em termos formais, na região oeste brasileira. É ilustrativa a compreensão desse historiador ao anotar o seguinte:

[...] Apesar de seu número e sua forte cultura, eles encontraram poucas oportunidades para fincar raízes firmes no país anfitrião. O tipo de trabalho para o qual os paraguaios eram contratados em Mato Grosso não os estimulava à fixação. Impossibilitados de prosperarem como agricultores ou fazendeiros. Contudo, eles efetivamente representaram uma significativa força a contribuir para o desenvolvimento do estado, atuando quase como uma população provisória até o início de uma ocupação mais intensiva por parte dos brasileiros na década de 1940. Não constitui exagero concluir que Mato Grosso teria experimentado um destino bem diferente caso não tivesse podido contar com o pronto fornecimento, por parte de seu vizinho, de mão-de-obra, comércio e outros serviços e instalações [...] (WILCOX, 2008, p. 45).

Os aportes informativos e analíticos de Wilcox (2008) dão conta do período pós-Guerra da Tríplice Aliança e de forma consistente demonstram a importância dos/as trabalhadores paraguaios para o Mato Grosso, especialmente no que respeita as atividades econômicas. Mas é igualmente relevante perceber que essa população humana trouxe práticas, hábitos e costumes que foram elementos contributivos para a formação de um perfil identitário para a Fronteira e para o estado de Mato Grosso do Sul, o que se pode perceber nas entrevistas feitas com os paraguaios e paraguaias que são parte desse processo histórico de longa duração. Não restam dúvidas da expressiva presença da mão-de-obra paraguaia em diversas atividades econômicas realizadas na região. A proximidade e a fragilidade da legislação foram parceiras no emprego desses/dessas trabalhadores/as submetidos a remuneração inferior.

As entrevistas aqui utilizadas e outras realizadas com migrantes paraguaios e seus descendentes são atravessadas pela memória do trabalho pesado e intenso nas propriedades rurais na porção sul, ainda integrante de

Mato Grosso. A circulação dessas pessoas por propriedades rurais e municípios mato-grossenses atesta ainda a dispersão, a movimentação e a fixação de alguns/mas desses/as paraguaios em função de oportunidades de trabalho e de vida. Exemplar para essa situação de trânsito em Mato Grosso é o caso de Pedro Otero, um migrante que entre 1945 e 1952, percorreu parte das pequenas cidades paraguaias, lindeiras com o então sul de Mato Grosso, e depois peregrinou por várias cidades mato-grossenses, até se fixar em Dourados, conforme mostrou a pesquisa de Jara (2018, p. 96 e segs).⁹

Derrubar matas com o emprego do machado, abrir estradas com ferramentas do tipo foice e enxadas, construir casas, móveis, cercas, manguieiras para encerramento do gado, todos a partir do uso da madeira, ao lado do trabalho na pecuária, se transformaria em atividade símbolo do trabalho realizado; tarefas que se tornaram indicadoras de uma suposta habilidade natural dos trabalhadores paraguaios nas lidas com a madeira e o gado. É importante apontar que se trata de uma atividade exercida majoritariamente por homens, geralmente jovens; muitos deles migraram acompanhados por mulheres e se embrenhavam pelas fazendas, enquanto elas ficavam nas vilas ou periferias das cidades cuidando dos filhos e exercendo trabalhos domésticos e de baixa remuneração, conforme narraram os entrevistados Euzébio Lopes (Palomita) e Rosalino Gonzalez, já referidos aqui.

Há um movimento sutil existente no processo de integração e incorporação dos migrantes paraguaios no cotidiano do trabalho. Inicialmente esses homens e mulheres eram requisitados para os árduos trabalhos nas fazendas ou grandes empresas como a Companhia Mate Laranjeira que explorava a erva-mate; atividades exigentes de mão-de-obra sem condições de reivindicar condições mínimas de trabalho e de moradia, por exemplo, uma vez que a condição de migrante irregular articula uma espécie de pacto entre o patrão e o trabalhador e cuja relação se sustenta, obviamente, na exploração do trabalhador.

No controverso processo de inserção, a sublocação de mão de obra também aparece nas entrevistas, revelando as contradições existentes nos movimentos de busca pelo trabalho. Vitor Areco (2018), um entrevistado, relata suas atividades em empresas, ora trabalhando em atividades de construção, ora se ocupando do recrutamento de mão-de-obra de imigrantes para empresas de Colonização, como a SOMECO (Sociedade de

⁹ O historiador Alan Jara (2019, p. 3-33), em sua pesquisa de Mestrado, apresenta um significativo quadro em que é possível visualizar uma série de informações sobre paraguaios e paraguaias radicados na região de Dourados, Mato Grosso do Sul. Jara mapeia, por exemplo, lugares de origem no Paraguai, locais de passagem, e profissões exercidas no Brasil, sintetizando assim a complexidade do processo migratório guarani no Mato Grosso.

Melhoramentos e Colonização S/A) e fazendas dedicadas à criação bovina e agricultura. Em um lugar inicialmente estranho, no contexto de expansão do agronegócio dos anos 1970, a demanda por trabalhadores rurais ampliava as possibilidades de encontrar formas de sobrevivência e a tarefa de agenciar outros trabalhadores recém-chegados do Paraguai ou mesmo brasileiros se apresentava como uma perspectiva de ampliar a renda.

Presenças e persistências

A longa e constante presença paraguaia em Mato Grosso do Sul, ao longo do tempo, produziu movimentos que levaram a articulações diversas na direção de elaborar estratégias para marcar sua inserção no estado. A mais expressiva foi a organização em forma de associações com finalidades de práticas de sociabilidades, por meio de reuniões festivas ou não.

Essas associações, que também passaram a ser denominadas por colônias paraguaias, cumprem a tarefa de (re)construção e reforço de identidades tanto paraguaias, quanto brasileiras, reafirmando a ideia de que a Fronteira entre dois países permite a formação de histórias que são transnacionais, demonstrando as transformações históricas efetuadas entre os nacionais do Paraguai e os do Brasil no âmbito do encontro entre ambos.

Nesse contexto, a entrada de paraguaios e paraguaias no estado de Mato Grosso e também em Mato Grosso do Sul, um fenômeno histórico, foi se constituindo de forma ininterrupta; implicou também na migração de componentes culturais que integram o cotidiano daqueles/as que chegaram. As reuniões e festas, atividades responsáveis por frutificar as propostas de criação das associações foram a base para a consolidação de mecanismos que implicaram em movimentos de reelaborações enquanto estratégia de aquisição de maior e melhor visibilidade, potencializando a presença de paraguaios e paraguaias em espaços marcados pelas disputas econômica, social e política, nos quais dificilmente eles/elas logravam alguma representatividade.

A condição de migrante ou de descendente é transformada em instrumento e característica relevante para a afirmação de identidades no momento em que a ideia de nação também é objeto de disputa. A história, cuja base é o lugar de origem e a memória, constituída pelas experiências individuais e coletivas no Paraguai, conferem sentidos à performance dos/das sujeitos/sujeitas deslocados/as e, ato contínuo, em processo de afirmação e reformulação de formas de ser e estar. Esse complexo movimento identitário mobiliza elementos que articulam ideias e representações de nacionalidades, seja a paraguaia, seja a brasileira, e instrumentalizam componentes do cotidiano tais como língua, música, festas, alimentos e hábitos e práticas que passam a ser organizados e “certificados”

enquanto definidores de identidades fronteiriças, pouco circunscrita a ideia de limites definidos por estados nacionais.

Desde a década de 1970, associações ou colônias paraguaias, progressivamente, foram ganhando destaque em cidades, geralmente próximas à fronteira, funcionando como ambiente de sociabilidade e consolidação de mecanismos que fortalecem a memória do grupo. Esses ambientes não são templos dedicados à memória, mas as suas atividades servem para acalantar e estimular sentimentos de pertencimentos, acionando mecanismos do recordar. Nas festividades das associações paraguaias, mais do que produzir memória, se forjam identidades a partir de escolhas pautadas por uma memória e pela representação de um lugar de origem.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, [...], em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteira sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. **A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis** (POLLAK, 1989, p. 9; grifos do autor).

A formação desses espaços atendeu demandas pautadas na condição de migrantes radicados, e que nas entrevistas afirmam se sentir parte do país, ou seja, integrados ao Brasil, mas que nas colônias, especialmente nas suas reuniões festivas e religiosas, os encontros possibilitam lembrar de seus antepassados e das histórias que continham informações a respeito dos movimentos realizados por parentes e amigos íntimos na direção de alcançar alguma estabilidade no lugar habitado na contemporaneidade.

A criação das associações motivou disputas internas, seja pela forma de sua organização, seja pelo capital cultural que essas instituições produzem. Vitor Areco (2018) reivindica para si algum protagonismo na idealização e criação da Colônia Paraguaia de Dourados. Segundo ele, a Colônia atenderia a expectativas dos paraguaios radicados em Dourados, para a realização de festas, reuniões e ambiente para a manifestação da cultura paraguaia. Esse protagonismo de Areco reivindicado não é plenamente aceito por outros entrevistados que argumentam que a fundação se deve muito mais à interesses de vários outros membros.

A memória desses migrantes se reifica nos ambientes coletivos, nos momentos de festas, ao som da musicalidade paraguaia, assegurando uma relação de pertencimento ao Brasil, mas igualmente vinculados ao passado ou a uma pátria que não está tão distante. Ao mesmo tempo o lugar de origem parece não mais reservar um lugar para quem avalia retornar. É uma memória fluída, essencialmente praticada nas conversas, nas músicas, nas danças, na

religiosidade; uma memória que se restaura e se mantém por meio da oralidade, especialmente com o emprego do guarani.

Enfim, a história continua

O longo processo de deslocamento de paraguaios e paraguaias em direção ao Brasil e, especialmente, à região que hoje é o estado de Mato Grosso do Sul é um fenômeno histórico que remonta ao século XIX, embora tenha sido no século XX o momento de maior intensificação dessa ocorrência. Desde a Guerra da Tríplice Aliança, passando por diversas crises políticas e sociais internas, chegando ao Stronato, o Paraguai se tornou uma espécie de “exportador” de homens e mulheres em busca de outras vivendas, sobretudo nos países vizinhos.

No Mato Grosso, depois no Mato Grosso do Sul, inicialmente foi o mundo do trabalho do campo a se beneficiar da migração e, posteriormente e de forma paralela, as cidades se tornariam o espaço de fixação de homens e mulheres que chegaram do Paraguai, juntamente com aquela geração de filhos/as, netos e netas de quem antes chegara. Essa condição contribuiu para a formação da identidade regional, mobilizando todo um conjunto de memórias individuais e coletivas importantes na fixação de um lugar representacional no cotidiano local. É possível dizer que a persistência dessa memória e conseqüentemente da identidade é a base que sustenta as novas vivendas.

Destaca-se que a migração paraguaia, considerando sua constância e as particularidades da região sul-mato-grossense, é a mais longeva e aquela que mais impactou a formação identitária do novo estado surgido em 1977, seja por conta do quantitativo de pessoas que atravessaram ao longo do tempo, seja pela força das práticas culturais dessa população que fixou sua presença de forma profunda no estado.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERNANDES, Frederico. A poética da migração: narrativas orais açorianas na província de Ontário. In. **CERRADOS**: Revista do Programa de Pós-graduação em Literatura. no. 28. Brasília: EdUNB, 2009. p. 85-97.

JARA, Alan Luiz. **Paraguaios, paraguaias e descendentes: memórias e trajetórias de vida entre Paraguai e Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). Dourados: PPGH/UFGD, 2018.

LEITE, Eudes Fernando. **Marchas na história: comitivas e peões boiadeiros no Pantanal**. Campo Grande: Edufms, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In. **REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS**. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989, p. 3-15.

RESQUIN, Francisco Isidoro. *La guerra del Paraguay contra La Triple Alianza*. Asunción: El Lector, [1875] 1996.

WILCOX, Roberto W. Os paraguaios na construção do extremo oeste do Brasil, 1870-1935). In: **Fronteiras** – Revista de História – Dourados, nº 17, vol. 10, 2008, p. 11-54.

Entrevistas

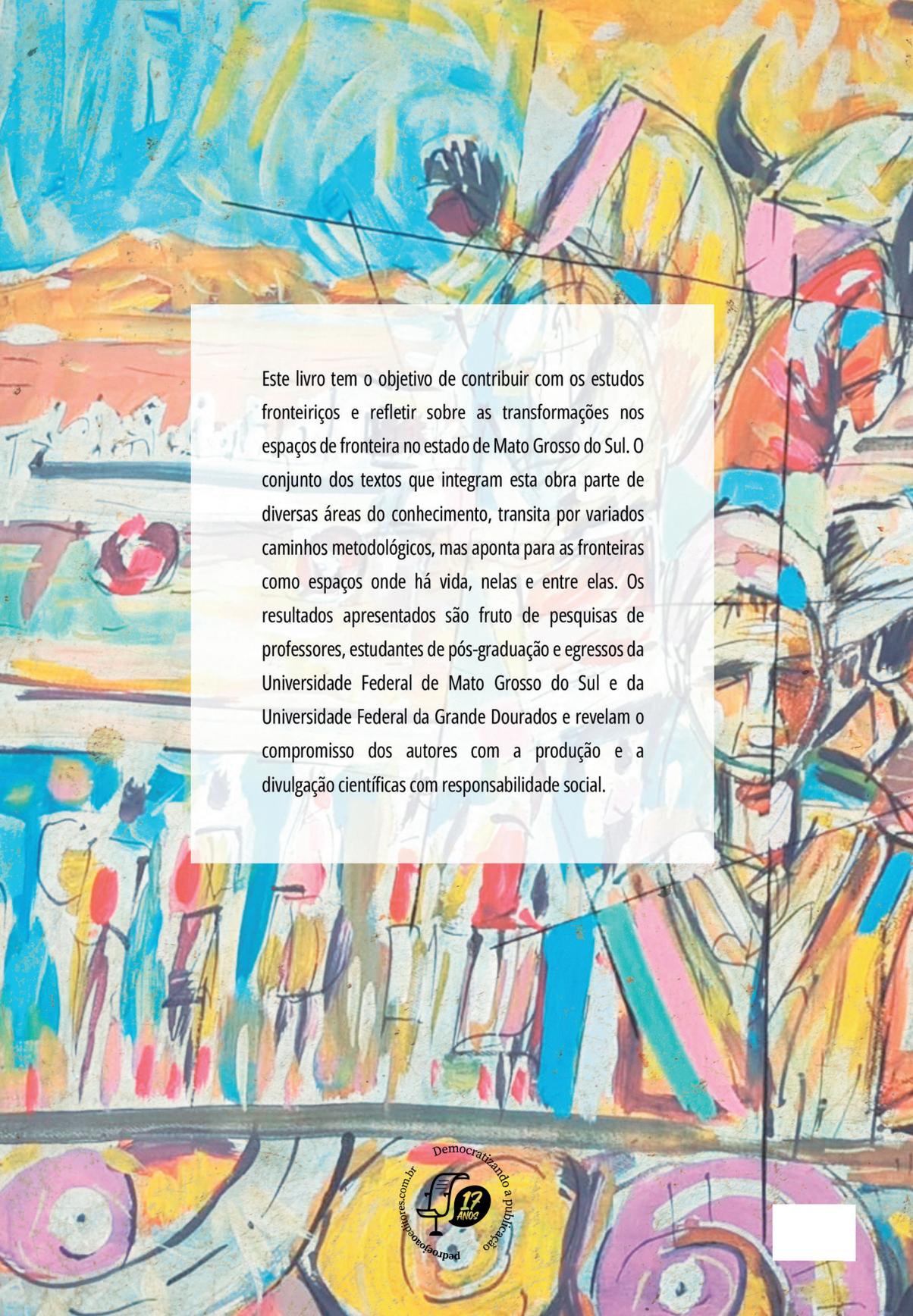
Euzébio López (Palomita) – 77 anos – descendente. Produção: Alan Luiz Jara. Dourados: UFGD, 76 min. aprox., vídeo-MP4. Realizada em Dourados em 2011.

Olimpia Agüero – 81 anos – imigrante, Produção: Alan Luiz Jara. Dourados: UFGD. 54 min., aprox., áudio MP3 son. Realizada em Dourados em 2017.

Pedro Otero – 88 anos – imigrante. Produção: Eudes Fernando Leite e Gilmar Lima Caetano. Dourados: UFGD. 80 min aprox., em vídeo-MP4. Realizada em Dourados em 2011 (s/d).

Rosalino Gonzalez – 54 anos – descendente. Produção: Alan Luiz Jara. Dourados: UFGD. 70 min aprox., em áudio-MP3. Realizada em Dourados no dia 04 de dezembro de 2016.

Victor Areco – 70 anos – descendente. Produção: Alan Luiz Jara. Dourados: UFGD. 87 min aprox., em vídeo-MP4. Realizada em Dourados no dia 03 de fevereiro de 2018.



Este livro tem o objetivo de contribuir com os estudos fronteiriços e refletir sobre as transformações nos espaços de fronteira no estado de Mato Grosso do Sul. O conjunto dos textos que integram esta obra parte de diversas áreas do conhecimento, transita por variados caminhos metodológicos, mas aponta para as fronteiras como espaços onde há vida, nelas e entre elas. Os resultados apresentados são fruto de pesquisas de professores, estudantes de pós-graduação e egressos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade Federal da Grande Dourados e revelam o compromisso dos autores com a produção e a divulgação científicas com responsabilidade social.